UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

FÁBIO SILVA DE SOUZA

O Movimento de Cultura Popular do Recife (1959-1964)

Versão Corrigida

SÃO PAULO
2014

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

FÁBIO SILVA DE SOUZA

O Movimento de Cultura Popular do Recife (1959-1964)

Versão Corrigida

De Acordo
SPaulo 9/10/2014
Marcos Napolitano de Eugênio

SÃO PAULO

2014

FÁBIO SILVA DE SOUZA

O Movimento de Cultura Popular do Recife (1959-1964)

Dissertação apresentada à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para a
obtenção do título de Mestre em
História

Área de concentração: História Social

Orientador: Prof. Dr. Marcos Francisco
Napolitano de Eugênio

SÃO PAULO

2014

Nome: **DE SOUZA, Fábio**

Título: **O Movimento de Cultura Popular do Recife (1959-1964)**

Dissertação apresentada à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para a
obtenção do título de Mestre em
História

Área de Concentração: História Social

Aprovado em: ____ / ____ / 2014

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Nem sempre são doces as lembranças do período em que eu estive imbuído de produzir esta dissertação. No aconchego do meu quarto, eu escrevia, reescrevia, teimava, limava, sofria e suava, tentando dar forma ao que agora se segue como trabalho acabado. Se o texto que no momento se faz terminado disfarça o emprego desse esforço, é porque em grande medida um seleto grupo de pessoas me ajudou nesse empreendimento.

Ao Prof. Marcos Napolitano, historiador de uma destreza intelectual que só pode ser vista em poucos, eu agradeço a incansável orientação. Quanto privilégio eu tive de aprender convivendo com suas inúmeras observações – corta isso, desenvolve aquilo, reescreve aquilo outro. A atenção que ele me dispensou durante todo o período de pesquisa foi, sem sombra de dúvidas, o ponto mais alto para superar as dificuldades que se apresentaram durante essa segunda etapa de formação que se configura o mestrado. Sempre com uma palavra amiga e uma orientação precisa, tudo parecia ficar mais fácil.

Aos colegas e amigos que compõem o grupo da sala 19, eu agradeço por terem lido meus textos sempre de forma muito crítica. Em especial a aqueles que acompanharam meu trabalho desde o início: Fernando Seliprandy, Carolina Amaral, Rafaela Lunardi, Cecília Heredia, Lucas Monteiro, David Ribeiro, Eduardo Chammas, Felipe Victor, Mariana Rosell, Camilla Fontes, e Raquel Cartoce. Cito também o Ignacio Del Valle, outro pesquisador que contribuiu muito na reta final do meu trabalho.

Cabe aqui agradecer igualmente toda a generosidade intelectual da Prof^a Gabriela Pellegrino e do Prof. Rodrigo Czajka no meu exame de qualificação. As observações que eles lançaram sobre meu texto contribuíram de forma contundente para que minha redação final se desenvolvesse de forma mais tranquila. Sou grato também ao Prof. Czajka, por ele ter me disponibilizado os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) que alicerçaram as análises empreendidas no quarto capítulo da minha dissertação.

Do mesmo modo, eu sou imensamente grato ao Prof. Germano Coelho pela decisão de colocar, pela primeira vez, seus arquivos, em parte inéditos, à disposição de um pesquisador. Esse apoio e a riqueza da documentação contribuíram para que este trabalho trilhasse os caminhos que hora torno públicos.

Fora do ambiente acadêmico, eu pontuo aqueles que contribuíram para deixar a Pauliceia Desvairada o melhor lugar para se viver: Julián Fuks, Fernanda Sucupira, Graziela Rodrigues, Luana Sucupira, Eduardo Socha, Lia Novaes, Andréa Socha, Miriam Grajew, Alexandre Socha, Carolzitta Amaral, Nacho D'Ávila e Rodolfo Mói. E, de forma mais que especial, meus queridos irmãos que esta cidade achou por bem me presentear: Fernando Seliprandy (aqui simplesmente o Carioca), Tércio Vancim, Renato Prelorentzou e Guilherme de Paula Costa Santos. Sem eles, a vida em São Paulo teria sido bem difícil.

Não poderia deixar de agradecer aos meus queridos amigos Leonardo Pasqua, Lázaro Rocha, Roberto Parente e Antônio Cícero Santos. Os três primeiros por terem aguentado, cada qual em um período de tempo, meu mau humor matinal durante o processo de feitura da minha dissertação, e ao último pela amizade e solicitude que sempre me dispensou. De forma muito especial eu agradeço à Gilma Rossafa e toda sua família, por terem me ajudado de todas as formas logo quando cheguei a São Paulo. A certeza de ter neles um porto seguro me deu a segurança necessária para desenvolver minha pesquisa de modo tranquilo. Por último, mas não menos importante, eu sou grato à Marília Calazans, mulher de inteligência refinada que esteve ao meu lado boa parte do tempo em que me dediquei a este trabalho. Aos queridos Raimundo Marques e Fernanda Aires, eu agradeço pela profícua troca de ideias dentro e fora do ambiente acadêmico.

Aos meus queridos de Recife, Luciana Beltrão, Adaíra Sene, Thiago Lasserre, Alexandre Barros, Franklin Montanha e Rafael Leite, eu agradeço pelo fato de eles sempre estarem presentes na minha vida. Ao meu grande amigo Luiz Carlos Luz Marques, eu sou grato por ele ter me ajudado a dar os primeiros passos na vida acadêmica. Devo a ele boa parte da minha formação. Sem suas contribuições, chegar até aqui teria sido bem mais difícil.

Muitas são as pessoas que contribuíram para eu chegar neste ponto. Mas ninguém desempenhou papel mais importante do que a minha família. Eu dedico cada linha aqui escrita a eles, em especial à minha mãe. Aquela que sempre me apoiou em todas as minhas decisões, até naquelas que iriam me levar para longe do convívio familiar diário. Embora ela saiba de toda minha admiração e respeito, deixo aqui registrado que nenhuma palavra escrita ou falada poderia expressar o meu bem-querer. Muito obrigado por tudo que você fez e ainda faz todos os dias pelo bem estar da nossa família.

Ao CNPq e à Fapesp, agradeço pelo financiamento que me possibilitou desenvolver esta pesquisa da melhor forma possível.

Vamos crianças, vamos
Vamos todos aprender
No tesouro que achamos
A receita do bem viver
Vamos criança, vamos
Bem depressa aprender
A receita do bem viver

É preciso conquistar
Com coragem e união
A flor da felicidade
Que deseja, deseja o coração

Vamos crianças, vamos
Vamos todos aprender
No tesouro que achamos
A receita do bem viver
Vamos criança, vamos
Bem depressa aprender
A receita do bem viver

Primeiro a Verdade amar
Amar sempre a Igualdade
Progresso conquistar
Pelo bem, pelo bem da Humanidade

Receita do Bem Viver - MCP

RESUMO

DE SOUZA, Fábio. **O Movimento de Cultura Popular do Recife (1959-1964)**. 2014. 123 páginas. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

Nesta dissertação, analisamos as dinâmicas internas do Movimento de Cultura Popular (MCP) nos anos 1960 e a aproximação de determinada elite intelectualizada com as camadas populares. Entendemos que os jovens intelectuais que militaram no MCP, uma vez confrontados com os desafios do meio sócio-político-cultural popular da cidade do Recife e do interior de Pernambuco, desenvolveram propostas programáticas e ações político-culturais que contribuíram para a percepção de que as classes populares deveriam ser sujeitos da sua história e protagonistas da construção de sua identidade. Na nossa hipótese, essa percepção pode ser contraposta às ações e aos valores dos intelectuais que se caracterizaram por certo dirigismo e elitismo. Em outras palavras, sustentamos que a experiência histórica do MCP rompeu os limites e valores que motivaram os intelectuais que formaram o Movimento.

A partir dessa hipótese, buscamos, por meio da análise das especificidades das correntes, debates e contradições do Movimento, demonstrar que o MCP surgiu de um interesse político-partidário, mas acabou indo além dele. O lugar dos intelectuais no movimento foi tensionado entre o dirigismo e o contato efetivo com as massas populares, na construção de um idioma cultural e ideológico comum, marcado por um reformismo e pelo nacionalismo progressista. As relações entre intelectuais e povo, no contexto recifense, seguiram padrões nacionais (intelectual como mediador entre povo, Estado e Nação), porém, também sofreram influxos do contexto local. Por último, defendemos que o MCP, como movimento cultural e político, não teve tempo de maturar suas próprias contradições, dado seu fim abrupto em 1964.

Palavras-chave: Movimento de Cultura Popular, Miguel Arraes, Intelectuais, Reformismo, Pernambuco

ABSTRACT

DE SOUZA, Fábio. **O Movimento de Cultura Popular do Recife (1959-1964)**. 2014. 123 páginas. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

In this master's thesis, we analyze the 1960s internal dynamics of the Movimento de Cultura Popular (MCP) and the approximation of a certain intellectualized elite with the working class. We understand that the young intellectuals who have participated in activism in MPC, when confronted with the challenges of the socio-political and cultural working class environment from the city of Recife and from the country side of Pernambuco, have developed programmatic proposals as well as political and cultural actions that have contributed to the perception that the working class should be the subjects of their own history and protagonist of their own identity construction. It's our hypothesis that this perception contrasts with the intellectual's actions and values which are characterized by a certain dirigisme and elitism. In other words, we claim that the MCP historical experience has surpassed the limits and values that have motivated the intellectuals from the Movement. Based on this hypothesis and through the analysis of the specificities of the different lines of thoughts, debates and contradictions of the Movement, we have tried to demonstrate that MCP was originated by partisan interests, but was not restricted to it. The intellectuals' place in the Movement was a battle between dirigisme and the actual contact with the working class in the construction of a common cultural and ideological language marked by a reformism and by the progressive nationalism. The relationship between intellectuals and the people, in the context of Recife, has followed the national pattern (intellectual as mediators of the People, State and Nation), but it was also influenced by the local context. Lastly, we conclude by saying that MCP as a cultural and political movement didn't have time to bring to maturity their own contradictions as it was abruptly interrupted in 1964.

Key words: "Movimento de Cultura Popular", Miguel Arraes, Intellectuals, Reformism, Pernambuco

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: “Mocambo” – Elijah Von Sohsten.....	55
Figura 2: “Nabuco e a Abolição” – Abelardo da Hora.....	56
Figura 3: “Cana de açúcar” – Abelardo da Hora.....	57
Figura 4: Cartaz da peça “A Derradeira Ceia”	63
Figura 8: Projeção popular de cinema. APGC	66
Figura 9: Concerto da orquestra sinfônica do Recife e de músicos do MCP	67

LISTA DE SIGLAS

AP: Ação Popular

CEPLAR: Campanha de Educação Popular da Paraíba

CJM: Conselho de Justiça Militar

CPC: Centro Popular de Cultura

IPM: Inquérito Policial Militar

ISEB: Instituto Superior de Estudos Brasileiros

JIC: Juventude Independente Católica

JK: Juscelino Kubitschek

JOC: Juventude Operária Católica

JUC: Juventude Universitária Católica

MCP: Movimento de Cultura Popular do Recife

MEB: Movimento de Educação de Base

MURB: Movimento Unificado da Revolução Brasileira

PCB: Partido Comunista Brasileiro

PCUS: Partido Comunista da União Soviética

PMR: Prefeitura Municipal do Recife

POLOP: Organização Revolucionária Marxista Política Operária

PORT: Partido Operário Revolucionário Trotskista

PSB: Partido Socialista Brasileiro

PSP: Partido Social Progressista

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

PTN: Partido Trabalhista Nacional

SAMR: Sociedade de Arte Moderna do Recife

UBES: União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UDN: União Democrática Nacional

UNE: União Nacional dos Estudantes

UNESCO: Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 CAPÍTULO I: MCP, DAS BASES AO FUNCIONAMENTO	22
<i>1.1 Os primeiros passos de um ideal transformador</i>	<i>22</i>
<i>1.2 Das ideias à ação: MCP e suas relações com os governos do Arraes</i>	<i>26</i>
<i>1.3 Algumas distinções sobre o pensamento dos intelectuais do MCP</i>	<i>34</i>
2 CAPÍTULO II: OS ARAUTOS DO CONHECIMENTO	40
<i>2.1 A adesão dos intelectuais ao Movimento</i>	<i>40</i>
<i>2.2 Os intelectuais e suas correntes político-ideológicas</i>	<i>48</i>
<i>2.3 Como os intelectuais buscaram superar o elitismo cultural?</i>	<i>52</i>
2.3.1 A ação na educação	53
2.3.2 Na educação informal	58
2.3.3 Ação na cultura	61
3 CAPÍTULO III: CULTURA NA ÓTICA DO MCP	70
<i>3.1 MCP e a construção da ideia de Cultura Popular</i>	<i>70</i>
<i>3.2 MCP e a Cultura Popular do Nordeste</i>	<i>73</i>
<i>3.3 A cultura popular e o despertar da consciência das massas</i>	<i>77</i>
<i>3.4 A significação da cultura popular nos festejos populares</i>	<i>79</i>
<i>3.5 Educação sob o signo da cultura popular</i>	<i>89</i>
4 CAPÍTULO IV: O MOVIMENTO E O GOLPE	95
<i>4.1 Os caminhos da repressão</i>	<i>95</i>
<i>4.2 A produção da culpa</i>	<i>95</i>
<i>4.3 A “subversão” do MCP nos IPMs: 709-3 e UNE-UBES/Pernambuco</i>	<i>99</i>
<i>4.4 Inimigos à vista: a frente comunista pernambucana nos autos dos IPMs</i>	<i>105</i>
<i>4.5 Os militares e o temor do “Zé Ninguém”</i>	<i>111</i>

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
FONTES	117
REFERÊNCIAS.....	119
ANEXO 1: MAPA DO RECIFE, COM BAIRROS DOS PROJETOS DO MCP	123

INTRODUÇÃO

O Movimento de Cultura Popular, constituído para “promover e incentivar, com a ajuda de particulares e dos poderes públicos, a educação de crianças e adultos” e “proporcionar a elevação do nível cultural do povo”¹, foi um departamento autônomo da prefeitura da cidade do Recife. Departamento cuja sede era situada nas históricas terras do Arraial Velho do Bom Jesus, em Casa Amarela, onde outrora o General Matias de Albuquerque entrincheirou-se para salvaguardar a capitania de Pernambuco das investidas levadas a cabo pelos holandeses².

Embebidos pelo simbolismo da “Recife da insurreição pernambucana. Do nativismo. Da abolição. Das revoluções libertárias”³, um grupo de intelectuais (artistas e educadores), com o apoio do então prefeito da cidade do Recife, Miguel Arraes, propõe-se a tarefa de “organizar” as massas urbanas, em um processo cujo objetivo era livrar a sociedade recifense da opressão exercida pelo atraso econômico e social que imperava naquela capital, em meados do século XX.

Apesar de ser caracterizado por suas lideranças como um órgão de “caráter técnico e rigorosamente apolítico e pluralista, conforme modelo da UNESCO”⁴, ali militaram correntes intelectuais heterogêneas do ponto de vista ideológico – católicas, socialdemocratas, e comunistas – animadas pela crença de que o desenvolvimento da região Nordeste só seria concretizado a partir da união entre intelectuais, governo e setores populares.

É dessa perspectiva comum que nasceu o Movimento de Cultura Popular do Recife. Experiência que ganhou notoriedade pelo esforço empreendido por seus militantes no sentido de acelerar a elevação do nível material e o desenvolvimento cultural do povo pernambucano, em uma sociedade em que a maioria da população, por ser analfabeta, não tinha uma participação ativa na vida política institucionalizada do país, por ser proibida de votar.

Educar, essa foi a palavra de ordem do MCP. Educar pelo rádio, pelo cinema, pela televisão, pela imprensa, pelas artes plásticas, pelo teatro, pela música, por meio de métodos informais de educação em praças públicas. Essa era a filosofia daqueles que ali militaram. Promover uma escola desburocratizada, técnica e ideologicamente orientada, regionalizada e

¹ Estatuto do Movimento de Cultura Popular do Recife.

² Os bairros aqui citados podem ser localizados no mapa da cidade do Recife, anexo ao trabalho.

³ ARRAES, Miguel Newton. Que foi MCP? *Arte em Revista*, ano 2, v. 3, 1964.

⁴ Cf. Ofício de 22 de Outubro de 1962, endereçado ao Senador Barros de Carvalho, e ao Deputado Humberto Lucena, cujo assunto tratava da inclusão do MCP no orçamento da União destinado à educação.

popular. Tudo foi mobilizado, aglutinado, fundido, em prol desse objetivo: o denso folclore nordestino – o natalino, o carnavalesco e o joanino – que capitaneava as grandes festas populares. A dança, os problemas brasileiros, a ciência, a pesquisa, a literatura, o cooperativismo, o sindicalismo, a formação profissional e os esportes. Empreendimento que contou com cinco Praças de Cultura em Iputinga, Torre, Beberibe, Várzea e em Casa Amarela, levando às comunidades periféricas bibliotecas, teatro, cinema, televisão, música, esportes, educação física, jogos infantis e orientação pedagógica para crianças e adultos; uma Galeria de Arte construída às margens do rio Capibaribe; um teatro ao ar livre construído nas terras do Arraial do Bom Jesus; e teatro ambulante para ser levado aos arrabaldes da cidade durante o verão.

Também era parte integrante dessa experiência o TCP (Teatro de Cultura Popular), prestigiado grupo teatral; o trabalho científico de pesquisa social, dedicado ao levantamento das problemáticas que assolavam as comunidades periféricas; os conjuntos folclóricos; o aproveitamento das festas populares e religiosas típicas da região nordestina; e um expressivo número de escolas que até 1963 tinham mais de 19.000 alunos, dentre eles, crianças, adolescentes e adultos.

O MCP desenvolveu, igualmente, uma rede de escolas radiofônicas que emitia diariamente, por meio de duas emissoras de rádio que contavam com significativa audiência popular, um programa de alfabetização e educação de base; um centro de artes plásticas e artesanato, com cursos de tapeçaria, tecelagem, cerâmica, cestaria, cartonagem, fantonches, pintura, desenho, estamparia, entre outras atividades; uma escola de motoristas-mecânicos provida de equipamento completo para educar profissionalmente um expressivo contingente de alunos em cada turma; e o Centro Dona Olegarinha, no bairro do Poço da Panela, onde funcionavam cursos de corte e costura, teleclubes e um espaço para alfabetização.

Todo um conjunto de iniciativas que, dada a efervescência política dos anos 1950/60, não procurava apenas acabar com o analfabetismo em massa que marcava as classes populares em Pernambuco. Nem visava exclusivamente à integração das massas ao sistema eleitoral. Tampouco restringia suas atividades à inserção das camadas populares no sistema produtivo e, por conseguinte, na vida econômica do Estado de Pernambuco. Era tudo isso, sem dúvida, mas ia muito além, em suas intenções e objetivos.

Supomos que estava em jogo, naquele momento, o destino de quase um milhão de pessoas que viviam à margem da vida política, econômica e cultural e sujeitas a todo tipo de infortúnio. Condição que as colocava impotentes para qualquer espécie de luta no plano da política institucionalizada, uma vez que os analfabetos não tinham a plenitude de seus direitos

políticos. Dessa forma, o que o Movimento de Cultura Popular do Recife almejava era dar condições para que as camadas populares pudessem engrossar as fileiras dos setores progressistas da sociedade ativa politicamente, para juntas promoverem as reformas políticas que iriam tirar o estado de Pernambuco do atraso econômico e social no qual se encontrava. Mesmo considerando que o significado histórico de suas práticas tenha ido além dessa perspectiva.

Diante dessa postura, destacamos a convicção das lideranças do Movimento de que a totalidade dos meios necessários para se fazer qualquer trabalho não seria suficiente sem uma iniciativa determinada por parte dos intelectuais, bem como a crença de que as massas deveriam ser o agente da história. Posicionamento este que admitia que a alteração na Constituição Federal, a fim de dar poder de voto aos analfabetos, não seria suficiente para implantar um novo modelo de sociedade, se não fosse acompanhada por uma nova consciência, nacionalista e reformista, das classes populares. Sendo assim, o único caminho para se atingir tais objetivos era levando a cabo uma revolução por meio de uma educação que visasse conscientizar politicamente os setores populares, utilizando-se de todos os instrumentos disponíveis. Essas ações foram pensadas a partir das concepções ideológicas das formações intelectuais que compunham o Movimento e subsidiadas pela realidade e pelos reclamos da população oprimida.

Nesse sentido, o que procuramos problematizar no decorrer de toda a dissertação é o caráter assimétrico dos projetos do MCP. Supomos que os jovens intelectuais que ali militaram, uma vez confrontados com os desafios do meio sócio-político-cultural popular da cidade do Recife e do interior do Estado de Pernambuco, acabaram desenvolvendo propostas programáticas e ações político-culturais que contribuíram para a percepção de que as classes populares deveriam ser sujeitos da sua história e protagonistas da construção de sua identidade. Na nossa hipótese, esse processo se confronta com as ações e valores dos intelectuais que não deixavam de se caracterizar por certo dirigismo e elitismo. Em outras palavras, é plausível supor que a experiência histórica do MCP tenha rompido os limites e valores que motivaram os intelectuais que formaram o movimento.

Essa proposição nos conduzirá a melhor entender como os intelectuais e artistas pernambucanos que militaram no Movimento pensaram a questão da identidade brasileira e pernambucana, assim como qual era o papel desempenhado pela cultura para romper com o subdesenvolvimento que caracterizava a região Nordeste do Brasil nos anos 1950 e 1960. Tal esforço será subsidiado pelo aporte teórico de Raymond Williams, que nos fornece estratégias

para se chegar a resultados proveitosos ao se trabalhar com os conceitos de “cultura de massa” e “cultura erudita”⁵.

Levando em consideração as lições desse autor, desnudamos a atuação do MCP no cenário político-social pernambucano, partindo da sua organização interna e considerando a circulação de ideias em seu interior, bem como as relações propostas e reais com outras organizações na mesma área e, de modo mais geral, com a sociedade. Nessa tarefa, as considerações de Joaquim Brunner provocam-nos a pensar sobre as políticas culturais desenvolvidas pelo MCP como uma estratégia que *“no define para la sociedad una ideología (integral y totalizante) sino una contribución competitiva que aspira a proporcionar una dirección intelectual y moral en función de la renovación socialista y democrática de la sociedad”*⁶.

Desse modo, nesta dissertação, propomo-nos a analisar a aproximação entre artistas/intelectuais e setores populares, por meio da análise dos programas, projetos e ações do Movimento que foi responsável por uma gestão político-cultural identificada com as forças políticas progressistas que almejavam o desenvolvimento pernambucano a partir da intervenção do Estado. Tal esforço, inserido no contexto político brasileiro de afirmação do nacionalismo, de confronto entre propostas reformistas e revolucionárias, em que a atuação de grupos, tais como as Ligas Camponesas do deputado Francisco Julião, criavam reais possibilidades de uma "Revolução Brasileira", à imagem daquela, vitoriosa, cubana, pode ter sido o último movente do golpe civil-militar de 1964, que, entre suas primeiras providências, buscou desarticular toda essa fermentação.

As fontes que nos possibilitam traçar esse percurso são várias. Fazemos uso do conjunto de documentos do acervo particular do principal ideólogo do MCP, prof. Germano de Vasconcelos Coelho; dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) produzidos pelo regime militar sobre o Movimento; e da farta bibliografia disponível. Grande parte da documentação utilizada nesta pesquisa é inacessível ao grande público, por se tratar de acervo particular. Lançamos mão desse amplo conjunto de fontes, inicialmente, pela decisão do prof. Germano Coelho de nos disponibilizar a farta documentação oficial do MCP, bem como os manuscritos que esboçam as ideias iniciais do Movimento, acervo que o regime militar não obteve sucesso em destruir ou apreender.

Outro grupo de fontes primárias corresponde ao material produzido pelos militares sobre a efervescência política e cultural pernambucana dos anos 1960. Essas fontes

⁵ WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

⁶ BRUNNER, José Joaquim. *América Latina: cultura y modernidad*. México: Grijalbo/Consejo, 1992.

trazem à tona o olhar dos militares acerca daquela experiência, além de uma expressiva quantidade de documentos do Movimento apreendidos pelo regime.

Procuramos também reconstruir a trajetória do MCP por meio das análises produzidas sobre o papel político da cultura nos anos 1960. São livros e entrevistas produzidos por intelectuais militantes ou tão somente contemporâneos ao Movimento pernambucano, com destaque para as interpretações de Carlos Estevam Martins e Ferreira Gullar, que para nosso trabalho têm caráter de fontes primárias, bem como trabalhos mais recentes, cujas análises tornaram-se indispensáveis para refletir criticamente sobre a atuação do MCP.

A bibliografia sobre o MCP nos auxilia a compreender a ebulição política e cultural dos anos 1960, seja lançando luz sobre alguma particularidade do MCP, seja em uma abordagem indireta do Movimento, a partir dos aspectos da efervescência cultural de meados do século XX. Nesse rol, encontram-se trabalhos que se preocuparam em explorar um dos múltiplos aspectos do Movimento, a educação popular, e como essa proposta se destacou no cenário sociopolítico à época.

A educadora Letícia Rameh Barbosa, em *Movimento de Cultura Popular: impactos na sociedade pernambucana*, insere-se nessa perspectiva. A autora procurou revisitar a história do MCP, buscando, em sua visão, os elementos significativos do Movimento. Propensa a explorar as atividades educativas, a autora fez uma apresentação descritiva do MCP sem problematizar os debates e conflitos das correntes que compunham o Movimento. Para ela, explorar as diretrizes do sistema de educação criado por Paulo Freire significava desnudar as atividades veiculadas pelo MCP. Diz-nos a autora:

A utilização de tal “método” propiciou, por meio da articulação entre educação e a cultura, modos e formas de alfabetizar em que um mosaico de elementos expressava as estratégias adotadas, a exemplo das praças de cultura, onde se desenvolviam atividades, como círculos de cultura, teatro, artes plásticas, música e dança⁷.

Dessa forma, Barbosa, instrumentalizada por depoimentos de trinta pessoas que militaram no MCP, explorou, a nosso ver, tão somente uma das dinâmicas daquela experiência, valorizando sobremaneira a versão contada pelos católicos. Em nossa dissertação, procuramos incorporar a tensão interna com outras correntes políticas, sem prejuízo das contribuições dessa autora.

⁷ BARBOSA, Letícia Rameh. *Movimento de Cultura Popular: impactos na sociedade pernambucana*. Recife: d. Autor, 2009. p.16.

De outra perspectiva, mas também centrando suas análises diretamente no MCP, figura a dissertação de Bianca Nogueira. Com o objetivo de contribuir para um melhor entendimento sobre a ebulição política e cultural da cidade do Recife nos 1960, a historiadora privilegiou analisar as categorias históricas de “povo”, “intelectuais” e “populismo”, a partir das práticas de alguns intelectuais do MCP e da conjuntura política e ideológica da Recife de meados do século XX. Embora divirjamos da tese que alicerça todo seu trabalho, a saber, a de que a aproximação dos intelectuais das camadas populares se processou por meio da “criação, representação e apropriação do povo pelos intelectuais [...]”⁸, esse trabalho lança contribuições para se entender as dinâmicas ideológicas no Estado de Pernambuco dos nos 1960.

Por seu lado, Wagner da Silva Teixeira, também inserido no rol dos que exploraram o MCP por seu viés educacional, procurou lançar um olhar sobre a efervescência dos anos 1960. O autor indaga como a cultura política da época instrumentalizou os movimentos de educação e cultura popular desenvolvidos no período, a saber, o Movimento de Educação de Base (MEB), o Movimento de Cultura Popular (MCP), a Campanha de Pé no Chão, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e os Centros Populares de Cultura (CPCs).

Teixeira, em sua obra, procurou fazer um balanço de como as forças de esquerda buscaram apoio nessas iniciativas para sustentar seus projetos reformistas. Explorando, sobretudo, a “relação entre os movimentos de educação e cultura popular e os chamados políticos trabalhistas, comunistas e cristãos-progressistas”⁹.

A sua proposta de trabalho diferencia-se de grande parte dos trabalhos já escritos sobre esses movimentos, apresentando uma nova perspectiva ao analisar a educação como estratégia político-eleitoral. No entanto, no que tange ao MCP, o autor traz à tona poucos elementos novos nessa chave de interpretação, pelos mesmos motivos que outros pesquisadores: a falta de uma documentação que sustentasse tais análises. Essa obra traz a visão, seguindo as lições de Sebastião Uchoa Leite em *Cultura Popular: esboço de uma resenha crítica*¹⁰, de educação e cultura popular com uma acepção do espírito, e como esta é influenciada pela evolução histórica. Nessa chave de análise, ele investiga como o processo histórico nos governos de JK, Jânio Quadros e João Goulart acelerou e enfatizou a participação dos intelectuais envolvidos nesses Movimentos, no processo político da época.

⁸ SOUZA, B. N. S. O ser e o fazer: os intelectuais e o povo no Recife dos anos 1960. 2010. Dissertação (Dissertação em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco. p.16.

⁹ TEIXEIRA, Wagner da Silva. Educação em tempos de luta: história dos Movimentos de educação e cultura popular (1958-1964). 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. p. 21.

¹⁰ LEITE, Sebastião Uchoa. Cultura Popular: esboço de uma resenha crítica. In: FÁVERO, Osmar (org.). *Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

Outros trabalhos historiográficos situam, de passagem, o MCP na conjuntura político-cultural mais ampla. Geralmente, os trabalhos estão mais voltados para a análise do CPC do Rio de Janeiro, como nas obras de Heloísa Buarque de Hollanda e Miliandre Garcia. A primeira, com o objetivo de “examinar alguns momentos em que a literatura participa de maneira direta dos debates que se desenvolvem a partir da década de 60, mobilizados pelas propostas revolucionárias da produção cepecista ou de seu suposto adversário, o experimentalismo de vanguarda”, sintetiza a produção ligada ao movimento carioca em termos de “arte popular” e “arte popular revolucionária”, discutindo o caráter paternalista desta¹¹. Ao privilegiar em suas análises esse aspecto dos projetos levados a cabo pelo CPC, Hollanda termina por contribuir, junto com os outros autores, para que a visão político-cultural do MCP fosse tratada de maneira tangencial nas pesquisas subsequentes, por não terem nuançado de forma acurada os dilemas estéticos e ideológicos do CPC.

Essas concepções desenvolvidas sobre o CPC do Rio foram duramente criticadas nos anos 1980, no processo de revisão da cultura nacional-popular de esquerda, em nome de um “basismo” cultural e político. Marilena Chaui, em sua obra *Seminários*¹², enfatizava que os intelectuais engajados em uma ideia de cultura nacional-popular, tal como propunha os projetos do CPC da UNE, pecavam por não valorizar as diferenças culturais, que vinculam os indivíduos à sua classe, raça e etnia. Para a filósofa, a cultura deveria ser entendida a partir da reflexão segundo a qual os seres humanos vivem em comunidade, e nela têm seus vínculos como trabalhadores e seres sociais. O conflito é visto como fundamental para a emergência de uma consciência dos “de baixo”. Para ela, os intelectuais não deveriam dirigir esse processo a partir de cima, como pretensamente seria o caso do CPC da UNE, mas junto com os trabalhadores.

Tal reflexão nos leva a pensar a cultura nos níveis subjetivo e objetivo. No primeiro, os indivíduos desenvolvem-se culturalmente a partir do contato com seus pares e, no segundo, pelas transformações culturais exercidas na natureza, pela ação do trabalho humano. Dessa forma, a cultura não poderia ser pensada como um todo homogêneo, mas, sim, em uma chave de interpretação que valorizasse as múltiplas culturas existentes.

Ao refletir sobre essas facetas, Chaui oferece-nos elementos que permitem refletir sobre a visão dos intelectuais em relação ao Estado. Embora Chaui parta de uma análise engessada do manifesto do CPC para justificar sua posição de crítica ao conceito de nacional-

¹¹ HOLLANDA, Heloísa Buarque de. O engajamento cepecista. In: *Impressão de viagem: CPC, vanguarda e desbunde: 1960/1970*. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1981.

¹² CHAUI, Marilena. *O nacional e o popular na cultura brasileira: seminários*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

popular tal como preconizaram os intelectuais do pré-golpe, ela traz à tona conceitos que nos possibilitam pensar o caminho que os intelectuais do MCP se propuseram a seguir. A crítica que a autora fez às formas deliberadas com que os intelectuais das décadas de 1950/60 pensavam a cultura brasileira reflete-se na perspectiva de que “há uma tradição, que se pode observar na grande maioria dos projetos culturais e políticos de intelectuais ou de grupos de intelectuais, que consideram o poder do Estado no Brasil como o poder histórico por excelência”¹³. Para Chauí, os conflitos internos da sociedade, de natureza classista, foram relegados a um segundo plano nesse projeto, que tinha uma visão homogênea de “povo” e “nação”.

Em uma perspectiva mais voltada para a análise dos debates internos desses movimentos, Miliandre Garcia, mesmo não fazendo referência em seu trabalho ao MCP, suscita elementos metodológicos no que concerne a uma análise acurada da participação artística e intelectual nos anos 1960. Distanciando-se das análises feitas pelos primeiros autores, Garcia procurou nuançar, em sua obra, os dilemas, correntes e contradições internas ao CPC, criticando a análise superficial dos debates internos deste a partir de um grupo reduzido de fontes primárias, tais como o famoso “manifesto” de Carlos Estevam Martins. Diz-nos a autora: “No espaço das políticas culturais promovidas sob a sigla do CPC, essas ideias de Estevam foram reproduzidas, assimiladas e, sobretudo, contestadas por inúmeros artistas”¹⁴, pontuando as contradições internas do CPC, e não o pensando como um bloco homogêneo.

A presença de artistas e intelectuais nos movimentos político-culturais dos anos 1960 foi analisada por inúmeros autores que também se constituem em referência para o nosso trabalho. Daniel Pécaut faz uma leitura do MCP a partir da análise dos textos de Paulo Freire, inserindo-os na problemática geral de sua obra, que analisa os intelectuais brasileiros como mediadores entre setores populares e o Estado-nação¹⁵. Marcos Napolitano, cujas pesquisas analisam o percurso das manifestações culturais na segunda metade do século XX, também baliza nossa perspectiva de estudo. Napolitano discute a relação entre arte e política por meio de uma visão multifacetada, que busca as raízes da cultura brasileira em seus múltiplos projetos estético-ideológicos¹⁶.

¹³ Idem.

¹⁴ GARCIA, Miliandre. A questão da cultura popular: as políticas culturais do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n° 47, p.127-62 – 2004.

¹⁵ PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e nação*. São Paulo: Ática, 1990.

¹⁶ NAPOLITANO, Marcos. *Coração civil: arte, resistência e lutas culturais durante o regime militar*. Tese de Livre Docência em História do Brasil Independente, Universidade de São Paulo, 2011.

O papel histórico dos artistas e intelectuais como “organizadores” das classes populares no Brasil por meio de suas políticas culturais também foi estudado por Marcelo Ridenti, em obra que destaca o movimento de “busca do popular”.

Nos anos 60, havia uma ligação íntima entre expressão política, artística e científica – todas voltadas para a revolução brasileira –, que conduzia os jovens engajados das classes médias a militar no cinema, no teatro ou em qualquer arte, no jornalismo, na Universidade e/ou em algum partido político revolucionário [...]¹⁷.

As análises produzidas por esse sociólogo ao longo de sua trajetória acadêmica também se configuram indispensáveis ao nosso esforço de compreender o papel que os intelectuais do MCP tiveram nos anos de 1960.

Dito isso, lançamos mais uma vez a pergunta que o historiador José Batista Neto fez na década de 1980, ao escrever sobre o Movimento recifense: “Quantas histórias se pode contar do MCP?”¹⁸. Sem perder de vista que para o historiador o olhar para o passado está sempre inserido no presente, respondemos: várias. É dentre essas múltiplas visões que podem ser direcionadas ao MCP que nosso trabalho se estabelece.

Diferentemente das perspectivas de análise que procuraram desqualificar ou idealizar a relação entre política e cultura nos 1960, procuramos investigar as assimetrias dos projetos político-culturais do MCP, a fim de compreender aspectos da história contemporânea do Brasil que não foram contemplados por outras investigações. Interessa-nos desnudar em que termos o complexo cultural popular foi concebido pelos intelectuais do MCP na medida em que eles procuraram dar voz política aos setores populares pernambucanos. Essa tarefa, ao fim e ao cabo, torna-se um caminho para entender alguns dilemas, práticas e contradições socioculturais presentes não apenas no próprio MCP recifense, mas que até hoje operam em nossa sociedade.

Traçada essa orientação dos rumos que este trabalho segue, resta-nos apresentar como dividimos nossa análise no corpo do texto da dissertação. Trataremos nosso objeto em quatro capítulos que buscam dar conta dos nossos objetivos e estão estruturados obedecendo à seguinte ordenação: no primeiro capítulo, serão expostos os desdobramentos político-sociais que contribuíram para a aproximação de uma determinada elite intelectual das camadas populares. Entender os primeiros passos dessa relação que se intensificou a partir de 1955, privilegiando os aspectos da integração dos políticos progressistas, setores intelectualizados e

¹⁷ RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000.

¹⁸ NETO, José Batista. “MCP: o povo como categoria histórica”. In: REZENDE, Antonio Paulo (org). *Recife: que história é essa?* Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1987. p. 232.

do homem simples do povo pernambucano, leva-nos a melhor compreender as bases do projeto alternativo de sociedade que ganhou vida a partir da ascensão de Miguel Arraes à prefeitura da cidade do Recife, em 1959, e, por conseguinte, a estruturação do MCP.

Nesse capítulo, propomo-nos também a fazer uma análise das relações do MCP com as instituições governamentais – primeiro com a prefeitura da cidade do Recife, e posteriormente com o governo do Estado, quando da posse de Miguel Arraes, em 1962. A aspiração que está por trás deste estudo é a de verificar o momento em que tudo começou a ganhar contornos na direção de integrar os setores populares na dinâmica política pernambucana, bem como a de desnudar se as formações intelectuais que ali militaram se reconheciam como parte integrante da estrutura governamental, ou se essas formações conservaram sua autonomia diante do aparelho de Estado. Tal questão é central para se compreender as relações sociais do projeto político-cultural do MCP

O segundo capítulo destaca as formações intelectuais que militaram no Movimento. Dando ênfase às duas correntes que ali foram hegemônicas – católica e comunista – procuramos analisar como se configurou a relação entre esses intelectuais e os setores populares. O caminho escolhido para analisar esse caráter do MCP foi problematizar a autoimagem que os intelectuais veiculavam, de que pensavam a cultura popular fora de moldes elitistas, bem como a participação que era dada ao homem simples do povo nesse empreendimento. Sempre por meio do olhar dos intelectuais, registrado nos documentos oficiais do Movimento, essa tarefa nos possibilitará tensionar a postura das referidas lideranças em relação aos populares no decorrer do período em que o MCP esteve em atividade.

No terceiro capítulo, propomo-nos a prosseguir as análises que começaram a ser desenvolvidas no capítulo anterior, deslocando a ênfase dada na relação entre intelectuais e as classes proletarizadas para a leitura que esses mesmos intelectuais faziam da cultura popular. Almejamos, com isso, trazer à tona os elementos que informaram o conceito de cultura daqueles intelectuais, bem como as bases em que se estruturaram suas ideias acerca do popular. Realizar um estudo detalhado sobre essas questões contribuirá para que possamos avançar na compreensão de como aqueles intelectuais pensaram a identidade brasileira e pernambucana em meados do século XX e como essa visão foi articulada aos projetos culturais que buscavam promover os setores populares à posição de protagonistas na batalha travada pelas reformas políticas e sociais em marcha nos anos 1960.

Por fim, apontaremos no quarto capítulo como se desenvolveu a abrupta interrupção das atividades do MCP quando da instauração do golpe civil-militar, em 31 de

março de 1964. A partir dos IPMs produzidos para investigar a atuação política e cultural do Movimento pernambucano, buscaremos destacar o ponto de vista dos militares no que tange àquela experiência. Tal estratégia vai nos conduzir a esmiuçar os desdobramentos que as atividades do MCP lograram na sociedade pernambucana, bem como quais eram as preocupações das elites conservadoras acerca daquela nova forma de conceber a sociedade. Essa escolha de percorrer esse caminho está fundamentada na gama de documentos produzidos pelo regime militar sobre as atividades revolucionárias levadas a cabo pelo MCP. São documentos que ainda não foram analisados e que nos possibilitam traçar os impactos do Movimento na conjuntura política e social pernambucana, nesse caso, por meio do olhar dos militares. Vale lembrar que os IPMs também trazem consigo vários materiais de difícil acesso produzidos pelo MCP, na forma de “provas” do crime de “subversão”.

Formulado esse percurso, nossa intenção é esclarecer ao leitor que, ao centralizar nossas análises no MCP, pretendemos, sobretudo, trazer à tona uma nova contribuição acerca da efervescência política e cultural pernambucana dos anos de 1950/60. Nesse sentido, não se trata de reduzir a importância das manifestações ocorridas em solo pernambucano à atuação do Movimento de Cultura Popular do Recife, mas, sim, de esmiuçar a contribuição que esse Movimento deu para que o Estado de Pernambuco fosse um laboratório de experiências sociais e culturais do Brasil, nos anos 1960.

1 CAPÍTULO I: MCP, DAS BASES AO FUNCIONAMENTO

1.1 Os primeiros passos de um ideal transformador

O período de 1955-64, no Brasil, registrou uma nova fase dos governos populistas da Quarta República¹⁹. As políticas de desenvolvimento industrial nacional e as de democratização social e política exigiam reformas estruturais profundas no cenário político da época. Vale dizer: se outrora o Estado era imaginado pairando acima das diferenças de classe, conformando-se, assim, em guardião dos interesses da sociedade em seu conjunto, a partir da segunda metade da década de 1950, essa ideia não se adequava mais à realidade política e social brasileira. A ideologia política do nacional-desenvolvimentismo lançou as bases de uma nova prática política, não apenas presente em movimentos sociais, mas que marcou inclusive vários níveis do exercício do poder institucional, em prefeituras e governos estaduais²⁰.

Dito de outra forma, essa empresa tornou possível que grupos progressistas se aproximassem do poder, alimentando, inclusive, o desejo de controlar efetivamente o Estado. Nessas circunstâncias, intelectuais e políticos não alinhados à ordem vigente projetavam ser possível não só direcionar o Estado para uma identificação com os interesses que eles supunham ser os das classes populares, mas também realizar uma revolução política e social a partir do próprio Estado. Essa conjuntura lança os pilares para se entender tanto as modificações ocorridas no plano social e político daqueles anos, quanto analisar o tipo de

¹⁹ A fim de explicar a emergência do MCP no contexto político-social brasileiro de meados do século XX, tomamos emprestado o conceito de populismo elaborado pelo sociólogo Gino Germani. Na perspectiva sociológica desenvolvida por ele “o populismo foi caracterizado como um momento de transição de uma sociedade tradicional para a moderna (o que implica um deslocamento do campo para a cidade, do agrário para o industrial). No que se refere ao político, a teoria explica o populismo como uma etapa do desenvolvimento de sociedades latino-americanas que não conseguiram consolidar uma organização e uma ideologia autônomas”. CAPELATO, M. H. R. *Multidões em Cena*. Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p.24. Cientes de que esse modelo teórico não consegue abranger todas as especificidades do período em foco, conforme ficará patente ao longo desta dissertação, fazemos uso desse conceito tão somente para situar o MCP nos limites do quadro histórico conjuntural pernambucano daqueles anos.

²⁰ O nacional-desenvolvimentismo pode ser caracterizado como uma orientação que visava à modernização política e econômica do Brasil. Isto é, a transformação de uma sociedade preponderantemente voltada para o campo e para a exportação dos produtos nele produzidos em uma sociedade industrializada e urbana. Esse empreendimento marca a ascensão de uma determinada intelectualidade aos centros de poder, não só porque o ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros, onde um grupo de intelectuais formulou as principais diretrizes dessa orientação – era organicamente ligado ao governo JK, mas também porque esses e outros intelectuais buscaram influenciar a definição desse projeto no plano político, econômico e cultural. Ver a respeito dessa perspectiva a tese de doutorado de: ABREU, Alzira Alves de. *Nationalisme et action politique au Brésil: une étude sur l'ISEB*. 1975. Tese (Doutorado em Sociologia) – Université Paris Descartes, França, 1975.

consciência ideológica de um determinado grupo de intelectuais e políticos que conseguiu, em Pernambuco, lograr êxito nesse empreendimento²¹. Mas a consciência dos intelectuais engajados no projeto de transformação social não ocorreu no vazio. Ela interagiu com importantes movimentos sociais protagonizados pelas classes populares.

Nesse sentido, era em decorrência desse contexto – nova situação econômica, política e social – que as inspirações populares por melhores condições de vida no campo e na cidade se faziam sentir à época, de diferentes maneiras²². Entender as dinâmicas políticas e sociais de meados do século XX dessa forma nos leva a corroborar a ideia de que, em Pernambuco,

As frequentes greves de trabalhadores, a crescente importância dos grupos nacionalistas, a mobilização da opinião pública em torno da temática das reformas estruturais (em particular a reforma agrária), a extensão dos direitos sociais dos trabalhadores do campo, a mobilização dos camponeses para a organização sindical ou as ligas camponesas de Francisco Julião – são alguns dos fatores que estavam a anunciar a emergência de um movimento popular de novo tipo²³.

As forças progressistas daquele Estado não estavam apenas imbuídas em proclamar verbalmente a opção pelas camadas populares, mas tinham uma prática política rigorosamente afinada com os interesses dos setores oprimidos da sociedade pernambucana. Dessa forma, podemos afirmar que quanto mais as elites progressistas ganhavam clareza sobre essa dimensão de suas práticas, tanto mais percebiam a impossibilidade de separar a educação e as manifestações culturais da dinâmica política. Isto é, refletir sobre em favor do que e de quem estavam suas lutas políticas determinou a maneira como os grupos progressistas pernambucanos passaram a enxergar a importância da educação e da

²¹ Aqui, fazemos referência à coligação partidária denominada Frente do Recife que, de 1955 aos anos de 1960, reuniu o PSB, PCB (mesmo na ilegalidade), PTB, PTN, PSP e uma parcela considerada progressista da UDN. Esta última sigla em fins dos anos 1950 se afasta da coligação. A Frente do Recife tinha como objetivo lutar contra as formas atrasadas de conceber a política em solo pernambucano. Esse movimento aliancista era capitaneado pelos então partidos de esquerda, cuja ascensão e sucessivas vitórias a partir de 1955, tanto em nível municipal quanto no estadual contribuiu para o surgimento do MCP. Ver: AGUIAR, Roberto Oliveira de. *Recife da frente ao golpe: ideologias políticas em Pernambuco*. Recife: Ed. UFPE, 1993; SOARES, José Arlindo. *A frente do Recife e o governo do Arraes: nacionalismo em crise – 1955/1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

²² Essa assertiva se filia à tese elaborada pelo sociólogo pernambucano Roberto Oliveira de AGUIAR em sua obra: *Recife da frente ao golpe*. *Op. cit.* Nela, o autor defende que “os acontecimentos políticos ocorridos em Pernambuco no período compreendido entre 1945 – 1964 – particularmente aqueles que ocorreram a partir de 1955 – não podem ser entendidos como expressão da unicidade da vida política de Pernambuco naquele período [...] o chamado ‘avanço das massas’, basicamente, não foi um movimento orientado contra a expansão do capitalismo no Brasil. Pelo contrário, [...] aqueles movimentos políticos ocorridos em Pernambuco a partir dos anos 50 expressaram o amplo desejo generalizado por reformas sociais, sustentado por vários setores da sociedade local, regional e nacional naquele período”.

²³ WEFORT, Francisco Correia. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980. p.77.

democratização cultural naqueles anos. Voltemo-nos à compreensão contextual das significantes desse processo.

A rigor, havia por parte daqueles grupos de intelectuais e políticos, o entendimento de que as classes dominantes não poderiam jamais compreender e modificar as verdadeiras causas dos níveis de pobreza e de miséria das camadas populares, sem o contato ativo com estas. O ponto de partida para se chegar a essa conclusão era o fato de os progressistas conceberem que a única preocupação das classes que compunham a ordem estabelecida tradicional era sistematizar ideias que situavam as camadas populares passivas diante de uma conjuntura capitalista opressora. Ou seja, as ideias conservadoras difundiam verdades tidas como universais e necessárias para todos, educando a serviço da dominação política e econômica das classes abastadas sobre as camadas populares.

Nesse contexto, estava posta a necessidade de se fazer uma crítica política dos sistemas que regiam a sociedade pernambucana. No plano da educação e das manifestações culturais, era observado que, enquanto o sistema político estivesse sustentado por princípios de desigualdade e exclusão política e social, a educação teria como tarefas precípuas, primeiro, difundir como conhecimento os valores que justificassem a realidade de opressão e submissão legada às camadas pobres daquele Estado. Segundo, refletir sobre a relação entre dirigentes e dirigidos. Para transformar essa relação, tradicionalmente regida pelo autoritarismo das elites, era preciso rever a distribuição desigual dos saberes, tanto no plano da educação formal quanto no que concerne ao acesso das classes menos favorecidas economicamente às produções culturais.

Dessa forma, destacamos que os primeiros passos na direção do processo de politização da educação e da cultura, nos anos 1950-60, passavam por dois momentos distintos, mas que ao fim e ao cabo se imbricavam. O primeiro era o da crítica ao papel da educação e da cultura de base conservadora, suas formulações, propostas, bem como seu funcionamento e seus usos em relação às camadas populares. O segundo versava sobre pensar um trabalho político de criação de uma nova perspectiva política entre governo e “povo”. Algo que pudesse contribuir, significativamente, para que as camadas populares se tornassem corresponsáveis, no plano da política institucionalizada, pelo projeto alternativo de sociedade que já era à época uma questão latente para as camadas camponesas e urbanas oprimidas pela ordem vigente²⁴.

²⁴ Ver sobre a ebulição social no Estado de Pernambuco: PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1972.

Observemos como essa nova perspectiva, como esse novo projeto de sociedade, dependia de um pressuposto básico: a organização das camadas populares. Contudo, cumpre-nos destacar que essa questão não era entendida em termos abstratos. O que interessava, de fato, era sensibilizar todos os setores cujas perspectivas se coadunavam, de alguma maneira, ao projeto de transformação pretendido pelas novas elites políticas que defendiam a transformação social. Sendo assim, se o encaminhamento político acertado era agregar todos os estratos interessados em um novo modelo de sociedade, a aproximação e a organização das massas em prol desse objetivo eram realizadas tanto por meio da politização das manifestações culturais, quanto por meio da educação básica.

A estruturação dessa tática implicava a formulação de diagnósticos e objetivos para a “nova educação popular” que se desenhava:

A necessidade de evitar qualquer plano fantástico e inesequível [sic] e sim a de partir da realidade apresentada pelo Município, não pode impedir um programa que leve em conta a educação integral, longe de limitar-se à generalizada aprendizagem [sic] das letras e dos costumes que, por si só, nem ao menos conseguirá despertar o gosto pela leitura e muito menos despertar o indivíduo para os problemas fundamentais da realidade comum e da sociedade em que vive. Particularmente nos tempos que atravessamos em que o país caminha vertiginosamente para uma era tecnológica e industrial e se faz preciso preparar o homem para construí-la, cada vez mais dignificando-se a sua condição humana. Dessa forma, dentro de um programa de ação, livre de qualquer aparato fantasista, porém visando a eficiência do ensino, procurará cooperar diretamente com as instituições particulares de caráter educativo, auxiliadas ou subvencionadas pela Prefeitura a fim de que recebam influência decisiva para a melhoria de suas condições de ensino, ao mesmo tempo que lutará por estabelecer um tipo de escola moderna, escola viva, escola de trabalho, servida por todos os recursos de uma sã e autêntica pedagogia, de modo a tender, gradualmente [sic], para a realização de um plano municipal de educação à altura da cidade do Recife²⁵.

Observemos a tônica empregada no documento. Por um lado, o Estado ali representado procurava agir no sentido de que as camadas oprimidas perdessem “a fê servil no Estado” e, por consequência, nas elites conservadoras que por muito tempo estiveram à sua frente. De outro, que os empreendimentos educacionais dispensados pela prefeitura, a partir daquela nova conjuntura, pudessem resgatar a raiz etimológica da palavra “público”, isto é,

²⁵ Excerto do documento que faz um diagnóstico sobre a “situação calamitosa” da população do Recife em idade escolar e traça algumas diretrizes que deveriam ser seguidas para que essa situação fosse equacionada, a partir dos novos interesses das elites progressistas que assumiam a prefeitura da capital pernambucana na segunda metade dos anos 1950. Embora o texto não esteja datado, seu conteúdo deixa claro que se trata de um documento redigido ainda no calor da posse de Miguel Arraes como prefeito da cidade do Recife, em 1959. Documento do acervo particular do prof. Germano Coelho. Doravante esse arquivo será citado pela sigla: APGC (Arquivo Particular Germano Coelho).

popular. Em decorrência desses dois direcionamentos, o documento nos informa um terceiro que, a nosso ver, era a pedra angular dessa nova forma de se pensar os empreendimentos educacionais. Nessa nova perspectiva, a educação, seja ela básica ou por meio das manifestações culturais, não deveria mais ser tutelada / controlada pelo Estado a partir de uma relação unidirecional, elitista e autoritária. Isso não implicava, deixamos claro, a liberação do Estado dos seus encargos no que concerne a essa questão. Mas, sim, fazer com que os organismos representativos das camadas populares, bem como os próprios populares, passassem a ser parte integrante do processo decisório das políticas educacionais emanadas do Estado, ainda que os mecanismos para tal participação não estivessem muito claros. Tratava-se, desse modo, de contribuir para projetos educacionais autônomos em relação ao Estado. De conceder à educação, de modo sistemático e elaborado, um lugar de importância na organização das massas no interior de seus próprios espaços.

No entanto, parece-nos sintomático que a defesa dessas ideias desembocasse em um dilema difícil de ser superado. Em que medida essas instituições e seus respectivos militantes conseguiam permanecer verdadeiramente autônomos em relação ao Estado? Seria possível uma organização receber dotações orçamentárias do Estado e permanecer blindada de uma possível ingerência governamental em suas atividades? Em que termos essa relação era pautada? Nos próximos itens, buscaremos esclarecer essas questões a partir do ponto de vista das atividades educacionais e culturais desenvolvidas pelos intelectuais que militaram no Movimento de Cultura Popular do Recife.

1.2 Das ideias à ação: MCP e suas relações com os governos do Arraes

Ao nos perguntarmos qual era o papel que cabia à prefeitura da cidade do Recife (1959-62) e, posteriormente, ao governo do Estado de Pernambuco (1963-64), nos empreendimentos levados a cabo pelo MCP, precisamos considerar os embates ideológicos travados, sobretudo, a partir de 1955²⁶. Essa tarefa é imprescindível para chegarmos a resultados mais acurados sobre a relação entre os intelectuais daquele movimento e o Estado. Dito isso, passemos a analisar e situar as ideias de Miguel Arraes, no contexto dos anos 1960:

²⁶ A relação entre os intelectuais do MCP e a prefeitura da cidade do Recife (1959-1962) e, posteriormente, com o governo do Estado de Pernambuco (1963-64), é aqui fundamentada a partir das ideias elaboradas por Raymond Williams. A partir do conceito de *artistas e patronos*, esse autor nos fornece elementos que nos possibilitam entender, de forma mais acurada, os enlaces estabelecidos entre aqueles intelectuais e os poderes públicos. Ver a respeito: WILLIAMS, Raymond. *Op. cit.*, p.38-44.

Êsse mar de gente, que em sua imensa maioria é feito de camponêses e operários vindos de diferentes áreas nordestinas, não chegou até aqui trazidos pela curiosidade gratuita. Êle aqui ocorreu convocado para um encontro histórico, para dizer, com sua presença participante, que aceita e assume a cota de responsabilidade que lhe cabe, no compromisso que vamos hoje aqui selar.

A demagogia já não teria tido o poder de convocá-lo. É que nesta terra, de vida dura e gente maltratada, muita coisa mudou e algo novo está acontecendo. Por longos anos, o povo do Nordeste aplaudiu palavras que não se transformaram em ação, teve esperança em promessas que não foram cumpridas. Nem por isso as coisas melhoraram. Pioraram as estatísticas da miséria e da vergonha. E, mais que as estatísticas, piorou a vida do povo [...] Tenho vergonha dessa verdade, mas tenho o dever de proclamá-la. Ela é bem o símbolo de um sistema de privilégios e de discriminação, que há muito já deveria ter sido destruído. A maioria das estruturas e das instituições, em que se cristaliza êsse sistema, constituem uma mentira histórica que é criminoso continuar sustentando. As instituições e as estruturas – isso é lição elementar – não são nem imutáveis nem eternas. Por isso é que, quando alguém vocifera que tal ou qual comportamento é uma ameaça às instituições, por atrasadas e caducas, nem são mais instituições e constituem crime contra a vida de milhões de patrícios nossos. [...]

A discriminação e a violência, porém, já não se exercem tão tranquilamente, como outrora. Nessa verdadeira pedagogia da experiência que outra coisa não tem sido sua luta sobreviver – nosso povo tem aprendido muito; e já aprendeu o suficiente para não mais se deixar iludir, para não mais permitir que sua miséria e seu sofrimento continuem alimentando a demagogia dos que dele se lembram, e lembram mal, às vésperas de eleições. Nosso povo adquiriu uma sabedoria nova, que em grande parte resulta de sua posição realista e crítica diante do que impediu e ainda impede a solução de seus dramáticos problemas [...] O que temos hoje diante de nós – ninguém se iluda a êsse respeito – é uma realidade nova: é a realidade de um povo que decidiu não mais viver à margem, não mais viver de espectador da sua própria história; êsse povo decidiu assumir o papel que legitimamente lhe compete, de ser êle próprio criador da História²⁷.

Para delinear novos rumos para a sociedade pernambucana, o então governador Miguel Arraes, partia de alguns princípios diretores que fixavam sua posição ideológica em face aos problemas sociais, políticos e econômicos do Estado de Pernambuco. A pedra angular desses princípios se fundamentava, em grande medida, em uma espécie de releitura do conceito de *hierarquização dos bens*²⁸. Isto é, em vez de a sociedade assegurar aos seus

²⁷ Excerto do discurso pronunciado pelo governador do Estado de Pernambuco no comício de 28 de julho de 1963 no Recife. In: MIGUEL ARRAIS E AS REFORMAS DE BASE. APGC.

²⁸ Esse conceito versa sobre a substituição de uma economia do proveito por uma economia da necessidade, tendo como principal protagonista desse processo, a própria sociedade. Embora essa ideia tenha, a nosso ver, fundamentado as análises empreendidas por Arraes sobre a conjuntura política, econômica e social do Estado de Pernambuco, ela não foi formulada pelo então governador. A origem desse conceito são os textos teóricos do Movimento Economia e Humanismo. A respeito do Movimento ver: BOSI, Alfredo. Economia e humanismo. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo, vol. 26. nº. 75. maio/ago. 2012.

membros os bens primários de que todos necessitavam, era o Estado, conforme deixava claro Arraes em seu discurso, quem deveria garantir a distribuição igualitária desses bens. Essa perspectiva informava todas as atividades da esquerda nacionalista e reformista da qual Miguel Arraes era um dos principais expoentes nos anos 1960.

Em Pernambuco, havia muitos políticos identificados com uma forma conservadora de pensar a sociedade, seja nos moldes dos liberais antirreformistas, seja nos moldes dos liberais autoritários. Ao fim e ao cabo, eram muitos os que se sentiam seguros e tranquilos, calmamente convencidos de que não teriam senão de repetir as práticas políticas que já eram realizadas há muito. Esses grupos sempre rejeitavam e criticavam o novo, procurando situá-lo como “manipulação” ou resultado da “demagogia política”.

No entanto, havia entre eles muitos que sentiam o futuro e, como Miguel Arraes, julgavam que a sociedade pernambucana deveria se afastar de antigas formas de se conceber a modernização da sociedade. Para esses últimos, o processo de integração social já não poderia mais ser sustentado apenas por mudanças na estrutura política. As transformações na ordem política deveriam ser sucedidas por transformações que pudessem atingir significativamente as raízes dos problemas sociais que assolavam o Estado de Pernambuco. Desse modo, a relação que aqui nos propomos a pormenorizar não pode ser entendida como um simples plano pedagógico, nem como um mero plano administrativo, mas, sim, como um plano de descentralização política e de reconhecimento do estado de integração de uma parcela da sociedade para o cumprimento de um determinado objetivo comum.

Nesse sentido, havia uma interdependência entre intelectuais e Estado. E, nessa relação, os militantes do MCP assumiam uma posição ambígua em relação ao poder público.

Pensados como uma instituição, cujo fim era organizar as camadas populares pernambucanas para dar sustentação política a uma determinada elite progressista, os intelectuais que ali militaram exerciam um duplo papel nesse jogo político. Ora eles representavam o poder público e seguiam, assim, as diretrizes emanadas do Estado. Ora tentavam representar os interesses das camadas populares por uma maior participação na dinâmica política. Ao fim e ao cabo, aqueles intelectuais eram uma ponte de mão dupla entre o governo e setores populares, o que os situava na tradição dos intelectuais brasileiros que se pensavam como mediadores entre Estado e sociedade, e arautos da nação-povo²⁹.

Essa complexa relação deitava suas raízes no fato de Miguel Arraes projetar as necessidades de um novo modelo de sociedade para as formações intelectuais que

²⁹ Ver a respeito dessa perspectiva: PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. Op. cit.

compunham o MCP³⁰, de um lado, e, de outro, no fato de que esses mesmo intelectuais vislumbravam, também, alcançar as mudanças tão desejadas por meio de uma revolução que começaria a partir do Estado. E ambos não poderiam abrir mão do apoio de uma população que à época já tinha emergido para uma posição de destaque no cenário político local.

Desse modo, nossa primeira convicção básica é de que não havia diferença no enfoque sobre o trabalho a ser realizado junto às camadas populares. Não havia discrepância em relação aos planos de ação que deveriam ser seguidos no interior do movimento. Isto é, por um lado, o MCP se comprometia com a prefeitura da cidade do Recife em estruturar e administrar serviços culturais para o grande público, principalmente na capital pernambucana. E também se obrigava a cooperar com órgãos daquela prefeitura que estivessem encarregados de serviços educativos ou culturais. Por outro, a prefeitura do Recife se empenhava para disponibilizar logradouros para a instalação dos projetos do MCP. E se compelia a colocar à disposição do MCP, funcionários da PMR para desenvolver atividades de caráter permanente naquele movimento³¹. Assim, a constatação do a favor do que e de quem os trabalhos eram realizados unia as perspectivas culturais oriundas do Estado com aquelas pensadas pelos intelectuais do MCP.

Nossa segunda convicção básica é a de que, em todas as deliberações sobre a estruturação dos planos e objetivos a serem seguidos pelo MCP, todas as vozes eram escutadas, fossem elas vozes que partissem de dentro do Estado ou de algum intelectual sem vinculação político partidária. Isso não quer dizer que o MCP fosse uma organização na qual as decisões eram tomadas sem o aval prévio do então prefeito e depois governador Miguel Arraes. Se assim fosse, o movimento estava fadado, por certo, a não atingir seus objetivos, bem como a perder a base institucional que possuía. Essa assertiva se fundamenta no fato de que os principais projetos que o MCP desenvolvia tinham uma ligação orgânica com a prefeitura da cidade do Recife. Um exemplo paradigmático dessa ligação pode ser apreciado a partir dos enlaces estabelecidos entre prefeitura e MCP no que concerne aos projetos artísticos do movimento pernambucano³². Vejamos alguns exemplos nesse campo.

³⁰ “Formações Intelectuais” é um conceito que foi elaborado por Raymond Williams. Nele, o intelectual é entendido como um produto de um conjunto de relações sociais. De modo geral, esse conceito nos leva a conceber o intelectual como uma espécie de porta-voz de seu grupo, de sua classe. Para Williams, tanto o intelectual, quanto suas obras, jamais poderiam ser entendidos de forma acurada se tratados de forma isolada, fora de um contexto, de uma sociabilidade intelectual. Ver a respeito desse conceito: WILLIAMS, Raymond. *Cultura. Op. cit.*, 1992.

³¹ Conforme Contrato de Administração de bens e serviços entre o município do Recife e o Movimento de Cultura Popular.

³² Esclarecemos ao leitor que vamos priorizar em nossas análises o campo teatral por entender o TCP (Teatro de Cultura Popular) como a síntese dos projetos culturais do MCP.

Desde a mais longínqua antiguidade, argumentava um destacado membro da Divisão de Cultura Brasileira do MCP, o teatro sempre foi tido como um profícuo instrumento de transmissão de valores, assumindo, dessa forma, um lugar de vanguarda e influência na alma do povo ao longo da história. Sabedores do valor cultural e educacional dessa arte, o Departamento de Educação e Cultura da prefeitura da cidade do Recife e o MCP estabeleceram uma estratégia de ação consequente nesse campo.³³ Ao levarmos em consideração que à época o ensino da arte teatral no Brasil não tinha uma categoria legal, os elementos que pautaram aquele diálogo entre a prefeitura e o MCP nos fornecem algumas informações que nos possibilitam entender os pormenores da relação dos intelectuais que ali militaram e o Estado³⁴.

Para efeito de apreender tal conjuntura, passemos a analisar alguns documentos:

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO RECIFE, usando de suas atribuições legais e considerando a proposta que lhe foi encaminhada pelo Departamento de Documentação e Cultura, através do ofício D. AS – 278, de 8 de março de 1961,

DECRETA

ARTIGO 1º - Fica fundado, como órgão consultivo, junto ao departamento de Documentação e Cultura da Prefeitura Municipal do Recife, a Comissão de Teatro.

ARTIGO 2º Compete à Comissão de Teatro:

[...]

3) – Fortalecer um teatro de cunho cultural e artístico, popular, regional e educativo;

[...]

7) – Aglutinar e estimular todos os conjuntos teatrais amadores e profissionais, bem como tôdas as instituições pertinentes ao teatro a fim de assegurar a dinamização do movimento teatral;

[...]

9) – Sugerir aos Poderes Públicos legislação que proporcione o

³³ O argumento a que aqui fazemos referência foi desenvolvido pelo Juracy Costa Andrade em comentário sobre os festivais do Recife. APGC.

³⁴ A informação sobre o ensino da arte teatral no Brasil consta no Plano de Atividades do Serviço Nacional de Teatro para 1961. APGC.

desenvolvimento do teatro;

- 10) – Planejar, em colaboração com entidades bancárias, concessão de empréstimos às empresas teatrais bem como financiamento para a montagem de peças;
- 11) – Opinar sobre os pedidos de auxílio financeiro e empréstimos formulados ao Departamento de Documentação e Cultura pelos conjuntos teatrais vinculados à Comissão de Teatro para a preparação de repertório e apresentação de espetáculos [...]³⁵.

Realçamos nesse documento que, por meio do Departamento de Documentação e Cultura, a prefeitura da cidade do Recife coordenava toda a produção teatral na capital pernambucana. E dentro dessa linha de ação, todos os empreendimentos teatrais ligados à Comissão de Teatro, inclusive os do MCP, estavam sob uma mesma perspectiva de política cultural chancelada, organizada e, em grande medida, dirigida pela prefeitura. Dessa forma, tratava-se de ações planejadas a partir do Estado, conseqüentemente não entregues à improvisação. Aquele órgão consultivo tinha a finalidade de compreender, por meio de um intercâmbio cultural dos diversos grupos teatrais, pesquisas e debates, os problemas pelos quais a produção teatral pernambucana estava passando à época. Essa iniciativa tinha como objetivo dar um novo impulso àquela expressão artística, mas dentro de uma perspectiva que valorizasse a realidade local.

Havia por parte da Comissão de Teatro, o decreto analisado nos informa de modo contundente, a existência de um latente esforço em promover a ampliação do público teatral, sobretudo, na cidade do Recife. À medida que a Comissão de Teatro se tornava um *continuum* entre aqueles diversos grupos, vantagens surgiam, ao lado de problemas. Havia o aumento da pressão e do controle da prefeitura sobre aquelas produções culturais. No bojo desse controle, a nosso ver, a prefeitura interpretava aqueles grupos a partir de um ponto de vista utilitário, como um “sistema escolar” dirigido para um fim específico, a “mudança da sociedade”, ou em termos mais claros, a ampliação da participação política das classes populares dentro de um sistema de voto orientado.

Ou seja, as funções intelectuais investidas nas produções teatrais – e aqui também ampliamos o leque para outras manifestações culturais – contribuíam para que esses empreendimentos assumissem o caráter de veículo central para a mudança da ordem política e social. A sociedade mudava em virtude de toda a revolução ocasionada pela politização dessas manifestações e de sua aproximação das camadas populares. Nesse sentido, tanto o

³⁵ Excerto do DECRETO Nº 4270, de 8 de março de 1961. APGC.

teatro do MCP quanto os demais grupos vinculados à Comissão de Teatro do Recife eram “conscientes” de seu relacionamento com as esferas políticas e sociais e de sua “responsabilidade” para com elas.

Vejamos algumas peças e autores do primeiro festival de teatro da cidade do Recife organizado pela Comissão de Teatro em conjunto com o MCP: “BÔCA DE OURO” de Nelson Rodrigues; “A JÓIA”, de Arthur Azevedo; “PEDRO MICO”, de Antônio Calado; “O ECLIPSE”, de José Carlos Cavalcanti Borges; “A MULHER DO OUTRO MUNDO”, de Noel Coward; “A...RESPEITOSA”, de J. P. Sartre; “A DERRADEIRA CEIA”, de Luiz Marinho; “UM PAROQUIANO INEVITÁVEL”, de Hermilo Borba Filho; “DIVA”, de Cleiber de Andrade; “O GENRO DE MUITAS SOGRAS”, de Arthur de Azevedo; “L’ECOLE DES FEMMES”, de Molière; “SENHORA DE ENGENHO”, de Mario Sette; “JUDAS NO TRIBUNAL”, de Godofredo Tinoco; “ÊLES NÃO USAM BLACK TIE”, de Gianfrancesco Guarnieri; e o “O PAGADOR DE PROMESSAS”, de Dias Gomes. À frente das encenações estavam os seguintes grupos: Teatro Nacional de Comédia, Teatro Adolescente do Recife, Teatro do Estudante Israelita de Pernambuco, Os populares, Teatro Experimental de Cultura, Teatro Phoenix do Recife, Teatro do Funcionário Público, Teatro Pernambucano, Curso de Teatro da Escola de Belas Artes de Pernambuco, Teatro de Amadores de Caruaru e o Madrigal da Universidade da Bahia³⁶.

Destacamos desse empreendimento o empenho da prefeitura e do MCP no sentido de viabilizar o conagração da classe teatral do Recife – amadores e profissionais³⁷. Essa agitação artística, no melhor sentido, obtida pelo comprometimento da prefeitura e do MCP em democratizar as manifestações teatrais, tiveram resultados expressivos. No campo artístico, houve a revelação de novos talentos em diferentes setores da atividade teatral:

AUTOR – LUIZ MARINHO – Sua peça [sic] “A DERRADEIRA CEIA” marcou estreia como autor, e nos termos do Regulamento Geral, será a mesma publicada pelo DDC.

DIRETOR – WILSON MAUX – Dirigiu o elenco de “OS POPULARES”, aumentando assim o tão necessário quadro de diretores atuantes no Recife, iniciando sua atividade em tal setor.

CENOGRÁFOS – UBIRAJARA GALVÃO assinando os cenários de “O ECLIPSE” e “O GENRO DE MUITAS SOGRAS”, JOÃO BOSCO com “A MULHER DO OUTRO MUNDO”, LÚCIO CASTRO com

³⁶ Conforme relatório sobre o I Festival de Teatro do Recife produzido por Graça Mello. APGC.

³⁷ Idealizado pelo prof. Germano Coelho, o I Festival de Teatro do Recife foi promovido e organizado pelo Departamento de Documentação e Cultura da prefeitura da cidade Recife com significativo apoio do MCP e do Serviço Nacional de Teatro.

“A...RESPEITOSA”, Renato Mello com “ÊLES NÃO USAM BLACK TIE”, foram novos artistas revelados pelo Festival;

ATORES E ATRIZES – Numerosa é a lista dos amadores que estiveram em teatro, atuando nas peças do I FESTIVAL³⁸.

Elemento que se articulava a uma perspectiva de política cultural que buscava concorrer para que se multiplicassem os profissionais envolvidos nas lides teatrais e, também, contribuir para a criação de uma nova dramaturgia pernambucana afinada com o projeto de sociedade emanado do entrelaçamento das ideias dos intelectuais do MCP e do prefeito Miguel Arraes.

Dessa especialização no campo das artes, florescia a necessidade de estreitar a cooperação entre especialistas de campos relacionados, e a interdependência entre indivíduos e entre indivíduos e Estado, como um fator positivo na construção do projeto de uma nova sociedade. Desse modo, a necessidade de reconhecer as limitações de conhecimento em alguns campos, fossem eles da esfera político-administrativa ou até mesmo do campo artístico, criava o caminho para que alguns artistas que não se ajustavam a concepções rígidas no que concerne à arte, ou à própria sociedade, vislumbassem uma liberdade para descobrir padrões de relacionamento que os conduzissem a executar um projeto comum a partir das diretrizes oriundas da prefeitura do Recife. Assim, nos empreendimentos do MCP, em que o conhecimento e os fins que se propunha a alcançar tinham as melhores cotações, a capacidade do intelectual de aprender, ou de se adaptar a condições de trabalho cambiantes era a todo momento requerida.

Desse modo, o impacto dos projetos do MCP na dinâmica social pernambucana, os padrões em mudança e as novas exigências do ensino e da pesquisa, a crescente pressão e controle exercidos pela prefeitura sobre os empreendimentos culturais daquele movimento, resultavam no enlace cada vez mais estreito e interdependente entre intelectuais e o poder público. Essa relação era pautada pelo reconhecimento de que educação, projetos culturais e desenvolvimento econômico, político e social estavam ligados integralmente e os intelectuais (aqui incluindo os artistas) eram mediadores fundamentais nesse processo, seja por sua capacidade técnica, seja pelo papel legitimador dos projetos. Assim, o planejamento das ações do MCP era uma parte do planejamento total de uma prefeitura cujo objetivo era redefinir as bases sociais, políticas e econômicas da sociedade pernambucana.

³⁸ Idem.

Dito isso, cabe analisar o documento que traz à tona o significado daquele festival:

O I Festival de Teatro do Recife, que se repetirá anualmente, durante o verão, se enquadra nesta política cultural mais larga. Mobiliza o drama do Recife. De seus mangues cobertos de mocambos. Da lama, dos morros e alagados, onde proliferam o analfabetismo, o desemprego, a doença e a fome³⁹.

Vejamos que os projetos culturais tomados como atividades sistemáticas requeriam dos intelectuais que os promoviam a definição das intenções que pretendiam atingir, e que a ação das manifestações culturais incidia sobre uma coletividade específica, situada em uma sociedade determinada, em um tempo definido. Essas características faziam com que aquele empreendimento fosse pensado a partir de um corpo de ideias que emanavam de perspectivas e valores que traduziam o desejo de mudança de ordem completa – política, econômica e cultural. Portanto, a organização dos empreendimentos do MCP era uma opção política e cultural dentro de um contexto de mudanças que fez com que intelectuais, classes populares e políticos progressistas se aproximassem, apesar das eventuais diferenças e tensões, dentro de um projeto reformista comum.

Ao levarmos em consideração que existia uma organização pedagógica por traz de todos os empreendimentos do MCP, e que ela consistia em uma mediação entre uma concepção de sociedade e uma ação educativa em uma realidade determinada, no próximo item buscaremos desenvolver algumas considerações sobre o pensamento dos intelectuais daquele movimento, em face da natureza transformadora dos empreendimentos que almejavam reestruturar as bases da sociedade pernambucana.

1.3 Algumas distinções sobre o pensamento dos intelectuais do MCP

Ao analisarmos mais detidamente a estrutura interna do MCP, deparamo-nos com uma expressiva variedade de formas de pensar aquele empreendimento. Em alguns setores, militavam juntos estudantes e intelectuais de diferentes confissões religiosas. Era aquilo que poderíamos chamar de braço cristão no MCP. Esses elementos imprimiam às atividades às quais estavam vinculados uma perspectiva motivada pela própria fé. Em outros setores, alguns militantes tomavam para si a tarefa de serem mais independentes, confrontando e, por

³⁹ I Festival de Teatro do Recife. “Significação do Festival”. APGC.

vezes, até criticando as formações intelectuais que confessavam a adesão a uma religião em suas atitudes e formas de pensar. Na maior parte dos casos, esses intelectuais eram vinculados ideologicamente ao comunismo⁴⁰.

De igual modo, outras formações intelectuais e, conseqüentemente, possibilidades de se entender os projetos do MCP eram encontradas no interior daquele movimento. Escolher uma delas como a única via para dar solução à problemática a qual nos propomos discutir neste item seria não fazer justiça à natureza plural do movimento pernambucano. Nossas considerações devem levar em conta ainda um segundo fator. O programa contido nos projetos do MCP incorporava muitas questões pertinentes ao posicionamento dos diferentes grupos intelectuais que ali militaram. Nesse sentido, qualquer que seja a interpretação a respeito das posições daqueles intelectuais, ela deve ser fundamentada a partir do conjunto de opiniões refletidas nos posicionamentos assumidos pelo movimento como um todo.

Dessa forma, reeducar-se às diferentes possibilidades de trabalho, pensar em conjunto, adquirir uma estética, era formar um determinado conceito de ação comunitária de transformação, ainda que fosse formulada a partir “de cima”. Era submeter-se a uma disciplina, a uma responsabilidade. Era, acima de tudo, um tipo de comunicação ordenada. Essa complexa dinâmica, que vertia valores de grupos heterogêneos em uma filosofia comum, é o que nos interessa explorar a fim de chegarmos a resultados mais acurados sobre as posições dos intelectuais daquele movimento. Em síntese, buscaremos analisar as bases do projeto que intencionava assegurar a promoção de indivíduos marginalizados socialmente ao plano de “cidadãos conscientes” e participantes da dinâmica política, social e econômica do Estado de Pernambuco.

Os intelectuais do MCP propunham às camadas pobres da cidade do Recife, um novo sistema de contrato, elaborado a fim de promovê-las, dentro de um quadro de promoção em grupo, pensado sem distinções ou tensões internas, voltado para uma nova configuração de tecido social. Esse esforço, sem perder de vista a preocupação em não destruir o que havia de original e de fecundo nas culturas tradicionais da população nordestina, visava incorporar a cultura popular tradicional nas políticas culturais dos setores reformistas.

A perspectiva que orquestrava os meios utilizados para alcançar o fim colimado era, fundamentalmente, aquela de se servir da educação para modificar as relações econômicas, políticas e sociais. De promover e financiar o complexo de atividades e relações de bases populares, agregando e colocando tudo quanto possível a serviço de um projeto

⁴⁰ No próximo capítulo, discutiremos as principais influências teóricas do MCP. Dessa maneira, não cabe aqui nos aprofundarmos nessas questões.

determinado de sociedade. De descentralizar comunitariamente o máximo de serviços e bens culturais que pudessem animar as qualidades e potencialidades dos grupos que eram alvos dos projetos daquele movimento, para que já no primeiro momento, eles estivessem aptos a engrossar as fileiras daqueles que brigavam por mudanças estruturais na sociedade.

O instrumento principal de promoção dessas populações socioeconomicamente marginais, e na primeira etapa dos trabalhos um dos maiores obstáculos a serem superados, era “conscientizar” os próprios oprimidos sobre o significado do processo que estava em marcha. Na ótica dos intelectuais do MCP, sem esse elemento, sem a compreensão dos setores populares sobre a dinâmica à qual eles estavam se filiando, sem uma vinculação voluntária das camadas populares às reformas empreendidas a partir do Estado e, sobretudo, sem sua colaboração espontânea, não seria possível reformas profundas e duráveis na conjuntura social daquele Estado.

Isso porque esses intelectuais sempre se pautaram por outras experiências de trabalho do mesmo tipo e que, em grande medida, serviam como inspiração daquilo que era ou não pertinente para que o trabalho cultural junto às camadas populares pudesse dar certo. Vejamos um deles:

L'expérience et l'échec des Universités Populaires (1898-1902) rassemblement d'hommes-intellectuels et ouvriers qui ne savaient pas partager leurs savoir, ni se former les uns les autres, nous donne de précieuses informations pour mieux entreprendre de travail. Notre expérience de l'Education Populaire depuis La libération nous permet de mieux situer les conditions générales de cette formation: Donner confiance en eux-mêmes aux autodidactes – savoir écouter leur témoignage – apprendre à partager de qu'ils savent – les aider à échanger leurs expérience de La vie quotidienne. En bref participer ensemble à une culture commune. Les sentiments généreux, les meilleurs techniques (notre pays a accompli un vaste travail de recherche, de mise au point, d'expérimentation) ne suffisent pas. Parfois par timidité, parfois par ignorance Du milieu ou vit l'autodidacte, par méconnaissance de as manière de voir, de sentir, de comprendre, de juger, les intellectuels font de faux pas. Il arrive de blesser sans Le vouloir. Pour Le milieu populaire une idée est un acte. Les éducateurs ne savent pas toujours quelle langue tenir à ceux dont ils ignorant les difficultés, les tâtonnements, parfois les drames intérieurs⁴¹.

Fundamentados a partir dos erros e acertos dessa e de outras experiências, os intelectuais do MCP concebiam que aquilo que poderia ser um problema em nível individual e familiar deixava de sê-lo quando pensado e trabalhado em nível de grupo. Por trás dessa perspectiva, existia a crença de que, quando os interesses se organizavam coletivamente para

⁴¹ DUMAZEDIER. J. *Les autodidactes par eux memes*. “Universite d’ete” de Peuple et Culture. HOUGATE. Juillet, 1958.

solucionar as dificuldades individuais, os resultados eram mais profundos e profícuos. Nesse sentido, com vistas a correlacionar uma ação prática das camadas populares como um aporte de conhecimentos produzidos pelos intelectuais, buscava-se caminhar na direção de valores que pudessem pôr em cena uma nova realidade social. A isso aqueles intelectuais chamavam de “promoção integral”⁴².

Algumas características marcavam essa “promoção integral”. A primeira era uma população preparada, por uma determinada elite intelectual, para enfrentar as tarefas que o novo projeto de sociedade imaginado demandava. A segunda versava sobre a adaptação das possibilidades de participação daqueles setores na vida social, política e econômica, por meio de trabalhos no interior das próprias comunidades⁴³. Uma terceira característica era a formação de grupos de intelectuais especializados para interpretar e harmonizar o trabalho de nucleação popular, cada qual em um campo, a fim de controlar as etapas vislumbradas para as mudanças sociais ocorrerem.

Esse controle era realizado por meio da intervenção desses “especialistas” no cotidiano das camadas populares. Em um quadro que visava ingerir de forma contundente nas transformações e desenvolvimento dos organismos políticos, sociais e econômicos existentes à época, as intervenções eram realizadas por meio de especialistas em economia, artes, sociologia, educação de base, organização comunitária e psicologia. Esses campos não deveriam trabalhar isoladamente, mas compartilhar a contribuição do seu setor, da sua especialidade ao complexo operacional ali denominado de “promoção integral”. Em síntese, tratava-se de saber associar e coordenar, conforme as necessidades e sobre um mesmo prisma, as diversas técnicas e interesses. O importante, ao fim e ao cabo, era a progressão calculada e planejada das camadas populares.

Desde o século XIX até pelo menos meados do século XX, as universidades brasileiras eram frequentadas, em grande medida, pelos membros das classes dominantes. Elas serviram para educar as elites e eram funcionais nesse sentido, uma vez que educavam esses indivíduos naquilo que poderíamos definir como um sentido lato de uma educação burguesa. Isto é, a universidade lutava pelo progresso científico e humano, mantendo a afirmação de que não havia, necessariamente, que ocorrer mudanças nas estruturas sociais. Dentro dessa engrenagem, os intelectuais acabavam sendo os principais responsáveis e

⁴² Essa concepção de promoção integral era inspirada nas ideias elaboradas pelo padre dominicano Louis-Joseph Lebret. Ver a respeito dessa concepção: BOSI, Alfredo. *Economia e humanismo*. Op. cit.

⁴³ No próximo capítulo, trazemos pormenorizadamente os meios utilizados pelos intelectuais do MCP para orientar e inserir as camadas populares do Recife, na dinâmica social do Estado de Pernambuco.

transmissores das estruturas culturais, econômicas e políticas da sociedade à qual pertenciam⁴⁴.

Embora essa funcionalidade e, sobretudo, suas consequências no modo de pensar de uma geração não fossem reconhecidas por uma parcela considerável da intelectualidade dos anos 1950/60, inclusive por aqueles que militaram no MCP, a universidade, à qual todos em grande medida eram devedores intelectuais, era uma instituição investida desse caráter burguês. Essas variáveis acabavam por atribuir aos intelectuais a prerrogativa de serem eles as pessoas aptas a encontrar “as verdades sociais”, independente do campo ou realidade em que se encontravam.

A partir dessas considerações, dois fatores precisam ser realçados. O primeiro era que, a partir dessa perspectiva, o treinamento acadêmico e a vivência naquelas instituições de ensino produziam espécies de seres humanos diferenciados dos demais – o homem educado. Isso aplicado a uma determinada realidade em que mais da metade da população era analfabeta, os intelectuais eram investidos da responsabilidade de guiar os demais setores da sociedade. Nesse processo, o intelectual poderia ter uma perspectiva mais conservadora ou progressista, mas mantinha sua autoimagem de tutor e arauto da “nação-povo”. O segundo elemento é que o impacto da aproximação efetiva de uma parte considerável desses intelectuais das camadas populares possibilitou uma mudança de postura frente à conjuntura social na qual estavam inseridos. Mas não eliminou, por completo, as antigas heranças culturais desses intelectuais. Isso nos ajuda a aprofundar nossas reflexões sobre as contradições entre as posições teóricas dos intelectuais que militaram no MCP e as práticas por eles desenvolvidas no interior do movimento pernambucano para alçar as camadas populares a novos patamares na sociedade pernambucana.

Nesse sentido, o que pesa e importa para o fim colimado das nossas reflexões é deixar claro que o distanciamento dos intelectuais da década de 1950/60 de sua herança acadêmica ocorreu por meio do novo entendimento sobre “autonomia do homem”, gerado a partir da aproximação das camadas populares. Vejamos a autoanálise realizada pelos intelectuais daquele movimento no Plano de Ação para o ano de 1963:

Suas atividades iniciais se orientaram, fundamentalmente, no sentido de conscientizar as massas através da alfabetização e educação de base. A

⁴⁴ As reflexões aqui apresentadas sobre o perfil das Universidades brasileiras e seus alunos foram fundamentadas a partir da Aula Magna da Prof^a Dr^a Maria Lígia Coelho Prado, ministrada em março de 2012, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Embora a professora tenha direcionado sua arguição ao contexto do surgimento e história da Universidade São Paulo, ela nos deu subsídios mais que suficientes para traçarmos as colocações que ora apresentamos. A citada aula está disponível em: <http://comunicacao.ffe.usp.br/galerias/aulamagna>.

realidade de um Estado com enorme índice de analfabetismo exigia esforços urgentes a fim de incorporar à sociedade os milhares de proletários e marginais do Recife, dotando-os de uma nova consciência.

Com o tempo, foi o MCP diversificando seu campo de ação e novos tipos de contato com a massa se foram forjando: teatro, núcleos de cultura popular, meios informais de educação, canto, música e dança popular, artes plásticas e artesanato, etc. Nestes três anos, uma rica soma de experiências e ensinamentos foi acumulada. Mas, com o crescimento e ampliação acelerados do Movimento, foi sentida a necessidade de dar um balanço nos resultados positivos e negativos registrados e de apreciar, criticamente, as falhas existentes em nosso trabalho. Tais falhas, no essencial as originavam da ausência de um planejamento global e realista, em que fossem examinados a linha diretora, as diretrizes gerais, os meios, os procedimentos, o caráter das atividades para um determinado período de tempo e as linhas de ação para cada projeto.

Este documento surgiu assim para dar condições ao MCP de desempenhar com êxito as novas tarefas que precisa enfrentar, corrigindo as distorções que entravavam sua expansão ordenada. É um instrumento básico e indispensável para que o MCP inicie uma fase superior de sua ação pela cultura popular⁴⁵.

A partir desse excerto de documento, podemos supor que o clima intelectual gerado pelo intenso contato com as camadas populares trouxe uma liberação gradual da influência e do controle metafísico das heranças culturais de um pensamento secular de sociedade sobre aqueles intelectuais. Isso significava, dito de outro modo, a perda de uma visão global de mundo fundamentada a partir de um sistema em que o intelectual poderia deduzir a ordem ideal de sociedade exclusivamente subsidiado por seus conhecimentos acadêmicos. Ou seja, os valores pelos quais aqueles intelectuais brigavam não pairavam mais acima da sociedade. Acima das experiências e vivências cotidianas das camadas populares.

Mas o desenvolvimento dessa relação entre intelectuais e as camadas pobres da cidade do Recife, e o estímulo gerado no sentido desses intelectuais se afastarem de antigas concepções sobre em que bases as transformações da sociedade deveriam ser fundamentadas, não alterou, conforme já demonstrado, a concepção que esses intelectuais tinham de si próprios. Eles se viam como aqueles que iriam conduzir as massas rumo a uma nova configuração de tecido social, cuja maior marca era inserir os setores sociais marginalizados em todas as dinâmicas da sociedade.

Ao longo dos demais capítulos desta dissertação, voltaremos a dar ênfase nas contradições das formações intelectuais que militaram no interior daquele movimento. Entendemos que compreender e desenvolver a coexistência dos homens – “educados” e “não

⁴⁵ Projeto do Plano de Ação para o ano de 1963. APGC.

educados”– a fim de estabelecer uma sociedade de liberdade e ordem, de acordo com as necessidades de todos os seus membros, não evitava que os intelectuais do MCP se entendessem como pessoas diferenciadas dos demais estratos da sociedade pernambucana. Essa é a característica que buscaremos fundamentar, a partir das análises dos projetos e das ações daqueles intelectuais no interior do MCP.

2 CAPÍTULO II: OS ARAUTOS DO CONHECIMENTO

2.1 A adesão dos intelectuais ao Movimento

Neste capítulo, destacaremos as formações intelectuais que militaram no MCP. Dando ênfase às duas correntes que ali foram hegemônicas, a católica e a comunista, analisaremos como se configurou a relação entre esses intelectuais e os setores populares. O caminho escolhido para depreender esse caráter do Movimento foi o de problematizar a autoimagem que os intelectuais veiculavam, de pensar a cultura popular fora de moldes elitistas⁴⁶.

Sempre por meio do olhar dos intelectuais, registrado nos documentos oficiais do MCP, essa tarefa nos possibilitará localizar o papel que era dado ao “homem simples do povo” nesse empreendimento, desnudando, dessa forma, a assimetria presente nas políticas culturais levadas a cabo pelos mcpistas.

É necessário, de antemão, esclarecer ao leitor que, ao adotarmos essa perspectiva de análise, buscamos, subsidiados pelas concepções teóricas elaboradas por Raymond Williams⁴⁷, tensionar o caráter dirigista que revestia as ações empreendidas pelo MCP. Embora haja sutis variações de acordo com as representações que cada corrente assumia para si no interior do Movimento, bem como de acordo com seus projetos e estratégias específicos, entendemos que as correntes intelectuais que ali atuaram não compartilhavam de uma visão autoritária no modo de conceber a sociedade. Características que se comprovam pela forma como encaravam os problemas do povo pernambucano.

Entendemos por dirigismo práticas políticas que canalizavam, por meio da “elevação do nível cultural das massas” (expressão presente nos documentos oficiais do MCP), as reivindicações populares, no sentido de abrir espaço para uma determinada elite chegar ao poder. O autoritarismo que fazemos referência, a nosso ver, consiste em práticas

⁴⁶ O elitismo cultural ao qual nos referimos pressupõe, segundo Pécaut: tomar para si “uma responsabilidade essencial na construção da nação...”, conceber que “organizar” a nação, é “uma tarefa que cabe às elites...” e que, dela, “os intelectuais têm ainda mais motivos para participar, na medida em que constitui um fato indissolúvel cultural e político (...)”. Ver, PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil. Op. cit.*, p. 14-15.

⁴⁷ Esse autor, ao teorizar sobre esse caráter da cultura, permite-nos lançar um novo olhar sobre os projetos culturais fomentados pelo MCP, na medida em que preza as formações intelectuais sem desvinculá-las de suas bases sociais. Williams informa-nos que estudar os grupos e tendências em uma relação intrínseca cultura/sociedade pode ser uma maneira de se precisar os limites e pressões que determinam essas relações. Ciente dos problemas que esse tipo de análise pode acarretar, o autor adverte que essas análises devem ser completadas por uma extensão da descrição para incluir o todo social e suas relações de classe, bem como pelo estudo individual das produções dos artistas/intelectuais. Ver, a respeito, os trabalhos de CEVESCO, Maria Elisa. *Para ler Raymond Williams*. São Paulo: Paz e Terra, 2001; WILLIAMS, Raymond. *Cultura. Op. cit.*

políticas que são elaboradas verticalmente, privilegiando os interesses de uma determinada classe, em detrimento dos efetivos interesses de toda a sociedade. Especificamente no caso de intelectuais, isso ocorre quando eles se propõem a “organizar” a sociedade, de cima para baixo, em um jogo político que só atende aos seus respectivos interesses de classe. Nesse sentido, algo precisa ficar claro ao leitor.

Ao propormos que as ações dos intelectuais do MCP eram dirigistas e elitistas não estamos concebendo nelas um corte autoritário conservador. Nossa suposição parte do fato de aqueles intelectuais não abrirem mão de serem as vozes autorizadas daquele período. De agirem a partir de um ideal de classe – serem os detentores do conhecimento científico. De almejarem revolucionar as estruturas da ordem estabelecida, sem necessariamente tentar se desvencilhar de seu status “pequeno-burguês”. É a partir dessas questões que buscaremos demonstrar as assimetrias das políticas culturais levadas a cabo pelo MCP.

As correntes intelectuais da geração dos anos 1920-40 tiveram por objetivo eliminar o hiato entre o “país-político” e o “país-real”, buscando construir uma sociedade brasileira autêntica⁴⁸. Para isso, no entanto, colocaram-se a serviço da formação da sociedade, criando instituições políticas que refletissem a “realidade nacional”. Ao contrário, os intelectuais que militaram no MCP não duvidavam que esta sociedade já estivesse formada. Mesmo que, tal como aqueles, estes assumissem para si uma posição acima dos setores populares, os portadores do conhecimento capaz de despertar as massas rumo a um novo modelo de sociedade. Assertiva fundamentada na opção feita pelos intelectuais mcpistas em romper com o atraso político e social pernambucano por meio da “conscientização” e “politização” das camadas populares⁴⁹.

Para as correntes intelectuais que ali militaram, a marcha para o povo estava fundamentada em uma ideia que concebia os processos históricos como uma sucessão de esquemas de dominação que podiam até variar na forma e na intensidade, mas que só teriam um fim quando as classes dominadas chegassem ao poder junto com seus arautos, os intelectuais e as lideranças políticas reformistas⁵⁰. Essa perspectiva, diante de uma conjuntura

⁴⁸ Ver, a respeito, os trabalhos de PÉCAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil. Op. cit.*; MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira* (1933-1974). São Paulo: Ática, 1994.

⁴⁹ Cf. documento intitulado: Movimento de Cultura Popular, anexo ao INQUÉRITO POLICIAL MILITAR Nº 709-3. *O comunismo no Brasil: a agitação e a propaganda*. Rio de Janeiro: 3.v. Biblioteca do Exército Editora, 1967, p. 38 (de agora em diante IPM 709-3). “A conscientização era a revelação da precariedade social dos indivíduos em contraste com o seu poder como massa de pressão e de ação”. E “a politização era a educação ideológica, a compreensão dos recursos individuais e coletivos para a imposição política e a idéia da participação de todos os grupos sociais na vida nacional”.

⁵⁰ Ao longo da dissertação faremos uso corrente dos conceitos “reformista” e “revolucionário” para designar os intelectuais que militaram no MCP. Fundamentados pelas ideias elaboradas por José Antônio Segatto, em sua obra *Reforma e Revolução*, não fazemos distinção sobre o caráter dos empreendimentos daqueles intelectuais

político-social que excluía os setores analfabetos do plano da política institucionalizada, concebia que o caminho que conduziria as massas ao poder era lhes dar voz política por meio de todos os instrumentos culturais disponíveis.

Para Germano Coelho, primeiro presidente e principal articulador do MCP, a falta de consciência das camadas populares nordestinas quanto a suas potencialidades era um dos fatores que contribuíam para esse cenário de dominação. Para ele, tal quadro só seria revertido quando a população nordestina se conscientizasse de sua missão política⁵¹.

É a partir dessa premissa, que ele e outros intelectuais pernambucanos tinham como básica, que a cultura popular, em seus múltiplos aspectos, começa a ganhar forma, como um dos elementos que poderiam conduzir, em um curto espaço de tempo, ao objetivo pretendido, de fazer com que as massas pudessem ter uma participação ativa na vida política e na dinâmica do poder local, cujo objetivo era levar uma nova elite ao poder, pelo voto.

Essa crença dos intelectuais do MCP em instrumentalizar os múltiplos aspectos da cultura popular para dirigir as massas rumo a um estado revolucionário era fruto do momento que o estado de Pernambuco estava vivenciando à época, pois, conforme as lideranças do MCP, “um movimento de cultura popular só surge quando o balanço das relações de poder começa a ser favorável aos setores populares da comunidade e desfavorável aos setores de elite”⁵².

Afirmativa que nos leva a conceber que essa perspectiva comum que aglutinou diversas correntes intelectuais em um mesmo movimento era determinada pelo fato de que esses intelectuais acreditavam que o crescente avanço dos setores populares pernambucanos em direção ao exercício de suas liberdades democráticas – manifestadas na insatisfação em relação às políticas desenvolvidas pela elite oligárquica local – fazia desses setores organizações politizadas, cujos obstáculos para se tornar de fato revolucionários eram “certos entraves de ordem cultural que se apresentavam como barreiras (...) obstaculizando a passagem para a etapa seguinte [a revolucionária]”⁵³.

Fundado por lideranças políticas e intelectuais em maio de 1960, o MCP surgiu como um departamento autônomo da municipalidade recifense. Ao assumir a prefeitura da cidade do Recife, em 15 de dezembro de 1959, Miguel Arraes definiu como uma das

estar em quadrado em um ou outro desses conceitos. Sobre essa perspectiva que procura imbricar esses dois conceitos para analisar a conjuntura social, política e cultural dos anos 1950/60, ver: SEGATTO, J. A.. *Reforma e Revolução: vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

⁵¹ Cf. manuscrito elaborado por Germano de Vasconcelos Coelho para servir como subsídio para um curso sobre o NE. Documento do acervo particular do prof. Germano Coelho.

⁵² Plano de ação do Movimento de Cultura Popular para o ano de 1963. APGC.

⁵³ Idem.

principais metas de seu governo solucionar o alto índice de analfabetismo que imperava na capital pernambucana.

Há milhares de crianças no Recife que não frequentam escolas. Meu governo criará grupos escolares de emergência, ainda que sejam meros pavilhões ou simples salas-de-aulas. Cumpre incentivar as atividades culturais, encorajar os desportos e a educação física, criar centros cívicos, proporcionar cinema e teatro ao povo⁵⁴.

Iniciativa que, dada a escassez de recursos do município para esses fins, só pôde ser levada a cabo por meio da mobilização de alguns intelectuais progressistas dispostos a ajudá-lo nessa empreitada.

O projeto imaginado pelo então prefeito começou a tomar forma a partir de uma reunião realizada, em janeiro de 1960, com um grupo de artistas e educadores. Dessa reunião brotou a ideia da criação de um movimento largo e amplo de educação de base e de democratização da cultura, que em geral era restrita à época às classes privilegiadas da sociedade. Esse movimento recebeu o nome de Movimento de Cultura Popular e sua finalidade era, na ótica do então prefeito, unir todos os interessados na tarefa de mudar a vida do homem simples do povo por meio da cultura e da educação. Tal como deixou manifesto em entrevista:

A situação era a seguinte: se fosse mantida a estrutura burocrática em vigor para essa questão, era impossível encontrar soluções, devido à insuficiência de meios. Então, era importante movimentar a máquina burocrática municipal, mas também mobilizar a população interessada em melhorar a educação, o que se verificou com a participação direta de variados setores da comunidade, até mesmo na execução de obras⁵⁵.

A proposta de Miguel Arraes logo ganhou a adesão de todos os participantes daquele encontro, como não poderia ser diferente, já que os artistas e educadores ali representados já exerciam projetos com a mesma finalidade – democratizar a cultura e o ensino – e agora poderiam contar com o apoio do poder público para intensificar a militância.

Os artistas que aderiram, e posteriormente assumiram uma posição de destaque no MCP, exerciam uma ativa militância na Sociedade de Arte Moderna do Recife (SAMR), fundada em 1948, e foram responsáveis pelo sucesso do Atelier Coletivo, fundado em 1952. Empreendimentos cuja finalidade era agrupar os artistas pernambucanos em uma entidade de

⁵⁴ Nota Histórica sobre o Movimento de Cultura Popular retirada do esboço do primeiro boletim do MCP. APGC.

⁵⁵ Entrevista de Arraes. In: TAVARES, Cristina; MENDONÇA, Fernando (org.). *Conversações com Arraes*. Belo Horizonte, Editora Vega, 1979, p.11.

classe, bem como aproximá-los de uma arte mais popular e democrática⁵⁶. Objetivos que foram levados a cabo pela montagem de uma oficina-escola onde os artistas davam aulas de desenho, pintura, gravura e escultura, em que a temática popular sempre era privilegiada como a componente central das atividades.

Essas iniciativas foram responsáveis pela formação de expressivo contingente de artistas, fosse pela participação nas aulas oferecidas, fosse tão somente pela influência que a crença no poder revolucionário da arte estava exercendo no cenário artístico pernambucano. Dessa forma, fazendo delas um significativo movimento de marcha em direção ao popular que ganharia a adesão de diversos grupos

como a Orquestra Sinfônica Estudantil, dirigida por Levino Alcântara (que logo depois, mudou-se para o sul do país); grupos de teatro com Luiz Mendonça, Ariano Suassuna e Hermilo Borba Filho; o Coral Bach do Recife, dirigido por Geraldo Menucci (este inclusive passou a frequentar a sede do Atelier Coletivo e lá ensaiava e tinha suas atividades). Havia ainda um grupo de danças, dirigido por Flávia Barros; o Teatro de Marionetes Monteiro Lobato, dirigido por Carmosina Araújo⁵⁷.

Despertando o interesse de Miguel Arraes em aproveitá-los para suprir a carência de recursos que assolava a municipalidade.

Agora os intelectuais e os artistas poderão desenvolver um amplo movimento de educação e cultura na minha administração. Quero que você⁵⁸ faça uma minuta da estrutura desse movimento cultural, pelo qual vocês vêm lutando com dificuldades, porque darei todo apoio necessário. Desejo que se acrescente na estrutura desse plano um setor de educação para a alfabetização de crianças e adultos, que será uma das grandes metas do meu governo⁵⁹.

Sendo assim, o convite realizado por Arraes era o coroamento de uma luta que já era travada por alguns artistas pernambucanos que buscavam a valorização das manifestações populares.

⁵⁶ A SAMR, em linhas gerais, buscava romper com o sistema acadêmico de ensino da arte vigente na Escola de Belas Artes do Recife. Esse empreendimento surgiu durante a primeira exposição de esculturas de Abelardo da Hora, em 1948, e foi animada, entre outros, por Ladjane Bandeira, Augusto Reinaldo, Reinaldo Fonseca, Delson Lima, bem como pelo próprio artista que a dirigiu de 1949 aos anos 1960. O Atelier Coletivo foi idealizado por Abelardo da Hora logo depois de assumir a SAMR, e manteve-se em atividade até finais dos anos 1950. Extensão da SAMR, suas atividades seguiam as mesmas diretrizes: democratizar o ensino da arte, bem como criar um espaço em que os artistas pudessem ser representados junto aos poderes públicos. Informações constantes no depoimento de Abelardo da Hora. In: FCCR. *Memorial do MCP*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1986, p. 13-18.

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ Idem. Neste trecho, Miguel Arraes estava se dirigindo a Abelardo da Hora, principal animador, à época, da efervescência cultural que procurava unir artistas, governo e povo.

⁵⁹ Idem.

De outro modo, o apoio dos educadores católicos estava pautado pelo novo posicionamento que os grupos eclesiais estavam assumindo diante da militância política⁶⁰. No Recife, essa nova postura foi marcada pela tentativa de acabar com os desmandos da ordem estabelecida a partir de intervenções educativas que objetivavam formar homens livres, autônomos e conscientes de que o modelo de sociedade vigente não atendia aos interesses de toda a sociedade.

Esses educadores, estimulados pelas experiências adquiridas por Germano Coelho e sua esposa, Norma Coelho, nos movimentos sociais franceses – *Peuple et Culture* e *Economie et Humanisme* – quando da estada em Paris, em meados da década de 1950, bem como pelo contato que tiveram, em visita a Israel, com os *Kibutzim* israelenses, foram tomados pelo desejo de viver em comunidade – a “comunidade de Camaragibe” – e nela desenvolver um projeto educacional, cuja finalidade era libertar os setores populares da opressão exercida pela dinâmica social vigente e, por conseguinte, a implantação de um novo modelo de sociedade. Experimento que esteve perto de ser concretizado em fins de 1950⁶¹.

Desse modo, para o grupo católico, o posicionamento de Arraes de colocar o aparelho de Estado ao lado das classes menos favorecidas, bem como a possibilidade de fazer parte de um projeto que buscava ampliar as recentes conquistas democráticas por meio da educação – prática já adotada pelo grupo –, constituía-se como o principal determinante para o apoio incondicional a suas iniciativas.

A confluência desses interesses possibilitou a formação de um grupo de trabalho formado por Germano de Vasconcelos Coelho, Anita Paz Barreto, Aluísio Falcão e Maria de Jesus Costa, a fim de, com o apoio voluntário de estudantes universitários e secundaristas, fazer um levantamento dos locais onde as primeiras iniciativas pudessem ser realizadas.

Essa frente de trabalho levantou, durante os finais de semana de janeiro, fevereiro e março de 1960, 500 locais dentre as localidades carentes da capital pernambucana que poderiam ser alvos das primeiras incursões por parte do poder público e dos intelectuais. Depois de estabelecido contato com os líderes comunitários de algumas dessas localidades, o

⁶⁰ Ver a respeito das novas diretrizes assumidas pelos leigos católicos o artigo de PAULA, C. J. Conflitos de gerações: Gustavo Corção e a juventude católica. *Horizonte* – Revista de estudo de Teologia e Ciências da Religião da PUC Minas, v. 10, n 26, p. 619-637, abr./jun. 2012.

⁶¹ Ver a respeito dos Movimentos franceses as notas 20 e 21 deste capítulo. O movimento israelense, *Kibutzim*, foram comunidades rurais, onde o convívio social era pautado pelo auxílio mútuo e pela justiça social. Os primeiros *kibutzim* foram fundados por jovens sionistas, por volta de 40 anos antes do estabelecimento do Estado de Israel. Esse Movimento inspirou os educadores católicos, os mesmos que depois aderiram ao MCP, a projetarem um trabalho análogo no município de Camaragibe, cidade vizinha a Recife, em fins de 1950. Conforme já explicitado, o diferencial do esforço dos católicos era a educação. Essas informações foram fornecidas ao autor pelo prof. Germano Coelho, mas podem também ser consultadas em: ROSAS, Paulo. Depoimento. In: *Memorial do MCP*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1986. p. 19-36.

bairro de Santo Amaro foi escolhido pelas lideranças do Movimento como destinatário das primeiras intervenções.

Localizado na região central da cidade do Recife, o bairro de Santo Amaro apresentava como limites o rio Capibaribe (rua da Aurora), o Parque Treze de Maio e a avenida do Canal (atual Agamenon Magalhães). A rua da Aurora constituía a principal porta de entrada para aqueles que vinham dos bairros de Santo Antônio e São José, região que compõe a parte mais antiga da cidade. Os limites do Parque Treze de Maio, por sua vez, estabeleciam as demarcações do bairro de Santo Amaro com o bairro da Boa Vista, parte central da cidade cuja importância se media pelo acelerado desenvolvimento urbanístico. A oeste, o bairro era delimitado pelo canal Derby-Tacaruna⁶².

As lideranças do Movimento apostavam em uma política pública de melhoria para o bairro, visto que ele era um corredor de passagem entre Recife e Olinda. Dadas essas especificidades, foram inauguradas no dia 1º de maio, em Santo Amaro, com a presença do prefeito, autoridades municipais, intelectuais, estudantes, representantes do MCP e moradores locais, as escolas União dos Servidores Municipais, Onze de Santo Amaro, Escola Mista Oceania, Machado de Assis, Manoel Amaro, Liga de Sueca 5 de Junho, Liga de Dominó 7 de Novembro e Monte Real Esporte Clube. Em uma cerimônia que contou com o discurso do responsável pela associação em que era instalada a escola, com discurso do representante da Câmara Municipal e finalizada com as palavras do prefeito Miguel Arraes⁶³.

O sucesso desse primeiro empreendimento foi seguido da institucionalização oficial do Movimento de Cultura Popular do Recife, cujo quadro administrativo assim foi formado: prof. Germano Coelho – presidente; profª. Anita Paes Barreto – diretora da divisão de ensino; prof. Paulo Freire – diretor da divisão de pesquisa; profª Norma Porto Carrero Coelho – representante dos estudantes e coordenadora de educação pelo rádio; prof. Arnaldo Marques – diretor da divisão de saúde; escultor Abelardo da Hora – diretor da divisão de artes plásticas e artesanato; prof. Geraldo Vieira – diretor da divisão de bem-estar coletivo; maestro Mário Cândia – diretor da divisão de música, canto e dança; jornalista Aluísio Falcão – diretor do departamento de difusão da cultura; teatrólogo Luiz Mendonça – diretor da divisão de teatro; prof. Reinaldo Pessoa – diretor da divisão de esportes; prof. Paulo Rosas – coordenador de pesquisas e a profª Zaira Ary – coordenadora dos centros de cultura. Sendo

⁶² Ver: PERNAMBUCO. Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. *Território Santo Amaro: patrimônios e potencialidades*. Recife: FUNDARPE, 2010.

⁶³ Nota Histórica sobre o Movimento de Cultura Popular retirada do esboço do primeiro boletim do MCP. p. 1-2. APGC.

essas diretorias parte integrante de uma estrutura que centralizava suas ações em dois departamentos: Formação da Cultura (DFC); e Difusão da Cultura (DDC).

O Departamento de Formação da Cultura era responsável por interpretar, desenvolver e sistematizar a cultura popular; criar e difundir novos métodos e técnicas de educação popular; e formar pessoas habilitadas a transmitir a cultura ao povo. Esse departamento era composto de dez divisões: divisão de pesquisa; divisão de ensino; divisão de artes plásticas e artesanato; divisão de música, dança e canto; divisão de cinema, rádio, televisão e imprensa; divisão de teatro; divisão de cultura brasileira; divisão de bem-estar coletivo; divisão de saúde; divisão de esportes. O DFC funcionava por meio dos programas ou projetos especiais, executados pelos responsáveis imediatos das divisões.

O Departamento de Difusão da Cultura tinha como diretriz: encaminhar aos órgãos de direção e aos departamentos as solicitações das Associações e dos Núcleos de Cultura Popular e levar a orientação e os serviços dos órgãos de direção e do DFC aos Núcleos e às Associações de Cultura Popular⁶⁴. Isso o caracterizava como o departamento mais importante do MCP, pois seu diretor influenciava todas as atividades desenvolvidas pelo Movimento, sendo, dessa forma, responsável pelos rumos que cada atividade deveria tomar.

Embora essa estrutura fosse majoritariamente ocupada por intelectuais católicos – Germano Coelho, Anita Paes Barreto, Paulo Freire, Norma Porto Carrero Coelho, Arnaldo Marques, Geraldo Vieira, Mário Cândia, Reinaldo Pessoa, Paulo Rosas e Zaira Ary – tinha à frente de seu principal departamento um representante comunista – Aluísio Falcão – ligado, junto com Abelardo da Hora, ao PCB.

Essas características – fomento estatal que canalizou iniciativas e interesses de parcela da intelectualidade recifense, dando-lhes uma forma institucionalizada – contribuíram para que o MCP fosse tido como uma das principais políticas da gestão de Miguel Arraes, na prefeitura da cidade do Recife.

2.2 Os intelectuais e suas correntes político-ideológicas

A corrente dos intelectuais católicos que militaram no MCP, influenciada pelas concepções teóricas elaboradas pelo dominicano Luis-Joseph Lebret⁶⁵, principal articulador do

⁶⁴ Estatuto do Movimento de Cultura Popular do Recife. APGC.

⁶⁵ Louis-Joseph Lebret (1897-1966) foi pioneiro de uma concepção e de uma prática de transformação do território, em companhia de François Perroux. Os dois são a origem do conceito de “economia humana” visando o “desenvolvimento de todo o homem e todos os homens”. Ele foi reconhecido pelas Nações Unidas

movimento *Economie et Humanisme*, e por Joffre Dumazedier, teórico do movimento *Peuple et Culture*,⁶⁶ movimentos que atuaram na França nos anos 1940-50, concebia a representação católica no meio político e cultural como tendo a finalidade de “instaurar eficazmente, nas várias coletividades humanas, as condições necessárias para que todos, e não somente alguns, alcançassem a mínima soma de bens indispensáveis a uma vida digna de homem”.⁶⁷ Concepção esta que procurava entender os problemas dos homens em seu tempo e que encarava a sociedade como organismo vivo, com características próprias nas diferentes fases de sua evolução⁶⁸.

Para esses intelectuais, tornava-se imprescindível solucionar os imperativos do mundo moderno por meio da supressão da opressão desenvolvida pela tensa relação entre ricos e pobres, desenvolvidos e subdesenvolvidos, burguesia e proletariado. Essa forma de entender a sociedade formulada a partir destes dois teóricos – Lebrete e Dumazedier – colocava em evidência a necessidade de um trabalho consequente no sentido de minimizar os efeitos de uma modernização acelerada, cujo maior fruto era uma gama de pobres desumanizados e uma burguesia egoísta que pensava o ser humano em uma relação meramente funcionalista. Os intelectuais dessa corrente entendiam que o caminho mais promissor para se chegar ao fim desejado era tomando para si a tarefa de pensar, articular e dirigir as massas rumo a um novo regime que pudesse fazer com que essas relações sociais, pautadas pela opressão, fossem superadas⁶⁹.

como expert de primeiro plano para o que concerne à desigualdade dos níveis de vida no mundo. Essa vocação de abertura internacional o conduziu, em março de 1958, a fundar o IRFED (Instituto Internacional de Pesquisa e de Formação, Educação e Desenvolvimento), a fim de promover os métodos de um desenvolvimento global, harmonizado, “autopropulsado”, que procurava incitar a passagem da economia humana à democracia econômica, em vista do desenvolvimento dos povos. Paralelamente a essas atividades, L.-J. Lebrete torna-se, a convite do papa Paulo VI, perito no Concílio do Vaticano II. Foi um dos inspiradores essenciais da encíclica “*Populorum progressio*”. LEBRETE, J.-L. *Notre Histoire*. Disponível em: <http://www.lebrete-irfed.org>. Acesso em: 08 de junho de 2012. (Tradução livre do autor).

⁶⁶ Joffre Dumazedier (1915-2002) foi a origem direta da criação do Movimento *Peuple et Culture*, que ele presidiu até 1967; foi portador das principais inovações que fizeram dele um movimento original, em particular pela teoria do “treinamento mental”. De formação literária, ele se orientou em direção às ciências sociais utilizando-as na sua ação educacional popular. Especialista mundialmente reconhecido da sociologia do lazer, permaneceu por vários anos na direção de pesquisa no CNRS, e como professor na Sorbonne. Ele é detentor de uma vasta obra sobre o desenvolvimento cultural e os métodos de educação de adultos. Les fondateurs de *Peuple et Culture*. CHOSSON, Jean-François. *Peuple et Culture: 50 ans d’innovation au service de l’éducation populaire*. Paris: Édité par *Peuple et Culture*, 1995, p. 14 (tradução livre do autor).

⁶⁷ Ver, a respeito, PRADO, Luís Cintra do. *Economia e Humanismo: princípios básicos e perspectiva do Movimento*; São Paulo: Digestos Econômico, 1947, p. 31-42; e Estatuto do MCP.

⁶⁸ Para os adeptos: “donner une connaissance exacte du sujet. La qualité pratique, technique, scientifique, artistique ou philosophique du contenu, prime. Il ne s’agit pas seulement ‘d’accrocher’ ou de ‘faire parler’ un public. Il faut élever au maximum le niveau d’information, le niveau de culture de tous les membres du groupe et favoriser le maximum ceux qui sont le moins informés” L’application de l’entraînement mental à la conduite d’un cercle cultural. Documento de 24/07/1958 redigido por Joffre Dumazedier. APGC.

⁶⁹ Ver sobre a evolução da esquerda católica: BEOZZO, José Oscar. *Cristãos na universidade e na política*. Petrópolis, Vozes, 1984; NAPOLITANO, Marcos. *Coração civil*. Op. cit., p. 297-328.

É a partir desses pressupostos que o grupo procurava fazer com que a população recifense tanto encarasse a inversão dos valores imposta pelo capitalismo monopolista, cujos tentáculos passaram a envolver o Brasil a partir dos anos 1950, na avaliação de Carlos Guilherme Mota, em *Ideologia da cultura brasileira*, quanto tomasse consciência que as misérias e desigualdades não eram processos inerentes à condição humana, mas, sim, resultantes de uma má gestão dos bens comuns. Tal perspectiva ambicionava uma revolução nas estruturas, cujo fim consistia em que as massas recifenses percebessem seu papel como possível agente modificador desse contexto de opressão, imposto pelos empreendimentos econômicos que não visavam servir ao homem, mas, sim, aos imperativos do lucro.

São precisas novas estruturas de trabalho, de produção, de relações sociais. Faz-se mister planejar antecipadamente novos quadros de vida econômica e política, a serem experimentados e adotados por etapas. Em outros termos, trata-se de preparar, dirigir e realizar uma revolução que não deverá consistir numa simples mudança de governos, com o remendo das velhas instituições. É uma revolução total que se impõe, envolvendo a reforma dos espíritos, dos costumes, das relações entre pessoas, entre profissões, entre povos⁷⁰.

Esse caráter vanguardista diante da revolução brasileira potencializou a participação política da Igreja. Esta, que tradicionalmente jogava a favor da manutenção do *status quo* social e das hierarquias econômicas, foi animada pela crença de que a revolução deveria começar por baixo⁷¹. Grupos eclesiais dedicaram-se, então, à transformação interior dos seres humanos que compunham as “minorias”, em um trabalho por etapas. Tais grupos acreditavam que a conscientização das massas levaria à superação dos processos de opressão e que a participação da Igreja era essencial para que a transformação ocorresse sem violência.

Por outro lado, os interesses dos comunistas que assumiram uma posição de destaque no MCP contemplavam tirar o PCB de uma posição marginal no cenário político pernambucano, por meio de alianças com setores de outras correntes políticas. Contemplavam, também, a mobilização das massas seguindo uma estratégia que tinha como finalidade derrubar as engrenagens políticas há muito vigentes no Nordeste. Mobilizar as massas, sob a direção do partido e de seus militantes, para ocupar os aparelhos de Estado, úteis para promover as reformas nos níveis municipal, estadual e federal que antecederiam a verdadeira revolução.

Embora pareça que, com essa atitude, Abelardo da Hora e Aluísio Falcão estavam se afastando das diretrizes vigentes em nível nacional, isso não ocorria. Essa estratégia estava

⁷⁰ “Positions-Clefs” apud E & H, 1947.

⁷¹ NAPOLITANO, M. Coração civil. *Op. cit.*, p. 298.

completamente inserida nas novas concepções assumidas pelo Partido Comunista, a partir do momento em que foram redefinidas as diretrizes do partido, em 1958, rumo a um novo entendimento das políticas que seriam adotadas a partir de então⁷².

Na busca por assumir uma nova postura diante da opressão que as economias desenvolvidas, sobretudo a norte-americana, estavam exercendo sobre a nação brasileira, o PCB partiu da constatação de que o caráter dogmático e sectário que tinha sido adotado pelo partido não dava conta da nova realidade na qual o Brasil estava inserido, fazendo-se necessária uma nova postura a fim de combater os inimigos de maneira adequada às novas exigências. Constatação iluminada pela leitura dos documentos do XX Congresso do PCUS, realizado em 1956, após a morte de Stalin.

A implantação do Estado socialista, para os comunistas brasileiros, não se configurava mais como sendo a principal batalha a ser travada. O objetivo agora era outro. O processo de desenvolvimento pelo qual o Brasil estava passando à época, sintetizado no famoso lema “50 anos em 5”, de Jucelino Kubischek, fez com que os comunistas traçassem novos objetivos. Era preciso, primeiro, barrar a influência das economias estrangeiras no processo de desenvolvimento interno, sobretudo a dos Estados Unidos. Os comunistas entendiam que esse desenvolvimento estava deixando como saldo para a nação brasileira a diminuição do ritmo de seu desenvolvimento interno e, por consequência, piorando a vida das classes menos favorecidas.

Diante dessa nova forma de entender o processo no qual o Brasil estava inserido, em Pernambuco, as lideranças do Partidão tomaram para si a tarefa de transformar o cenário político do Estado por meio de alianças e da instrumentalização da força política das massas. O objetivo era formar uma frente única contra o imperialismo, dado que eles, os comunistas, não poderiam realizar sozinhos essa tarefa. Substituir o quadro que trabalhava a favor dos latifundiários e do imperialismo norte-americano, por meio da soma de forças de intelectuais, governo e povo, passou a ser o objetivo principal dessa corrente.

A formulação dessa nova estratégia política fez com que a marcha em direção às massas ganhasse um novo caráter. Certos de que a restrição ao voto dos analfabetos, que representavam parcela considerável da população brasileira, era a grande responsável pela situação de exploração imperialista, os comunistas passaram a trabalhar em favor da conscientização política e do desenvolvimento cultural das massas, tendo como horizonte a modificação desse quadro opressor por meio das urnas eleitorais. Assim, ocupar todos os

⁷² Ver a respeito das teses políticas de 1958: Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro, março de 1958 In: *PCB: vinte anos de política, 1958-1970, documentos*. São Paulo: LECH, 1980, p. 3-27.

espaços políticos por meio das urnas virou a palavra de ordem para os comunistas brasileiros⁷³.

Essa estratégia de tomar o Estado de forma pacífica, por meio do processo democrático, fez dos outros problemas – por exemplo, as contradições entre os interesses do proletariado e da burguesia – algo superável diante de um bem maior. O que passou a interessar, a partir dali, era a batalha por uma posição de destaque no cenário político pernambucano, pois, para os adeptos dessa corrente, o proletariado sofria mais pelo atraso em que o Brasil estava mergulhado e pela exploração exercida pelos países desenvolvidos do que pelo processo de desenvolvimento capitalista puro e simples.

Ora, essa mesma orientação, de reverter uma posição de marginalidade no cenário político local, por meio do voto, fora também colocada na ordem do dia pelas outras correntes partidárias. Partidos como PTB e PSB, que detinham uma expressiva base popular nos centros urbanos buscaram nas urnas, tal como o PCB, o meio necessário para chegar aos postos chave do poder local.

O que nos interessa demonstrar em relação a esses partidos, PTB e PSB, é que suas plataformas nacionalistas e democratizantes se coadunavam com o projeto do PCB, partido que, à época, mesmo estando na ilegalidade, detinha uma maior representatividade política. Esse fato acabou transformando esses outros partidos em uma espécie de representantes legais dessa nova forma do PCB encarar o processo político, uma vez que eram partidos que, chancelados pelas massas trabalhadoras, pela pequena burguesia, bem como pelos intelectuais que compunham suas bases eleitorais, já tinham, em suas plataformas políticas, uma prática democratizante.

Diante dessa conjuntura política, os comunistas passaram a considerar a sua nova política de massa como pressuposto básico para aprofundar a crise de hegemonia dos setores tradicionalmente dominantes, tendo como objetivo provocar a ascensão das classes dominadas em um processo que culminaria na tomada do Estado em detrimento das elites conservadoras.

Desse modo, apesar das duas principais correntes que compunham o MCP compartilharem os valores do reformismo nacionalista, elas diferenciavam-se porque a primeira acreditava em um “aprendizado existencial da democracia”⁷⁴ e a segunda, que as reformas deveriam ser levadas a cabo, seguindo a estratégia de ocupar os aparelhos de Estado pacificamente por meio das urnas eleitorais.

⁷³ BRAYNER, Flávio. *O partido comunista em Pernambuco: mudanças e conservação na atividade do partido comunista brasileiro em Pernambuco (1959-1964)*. Recife: FUNDAJ/Ed. Massangana, 1989.

⁷⁴ Termo utilizado por BEISIEGEL, 1982, p. 103 apud NAPOLITANO. M. *Coração civil*. *Op. cit.*, p. 303.

2.3 Como os intelectuais buscaram superar o elitismo cultural?

Dada a polarização das concepções ideológicas no interior do MCP, cada qual com uma visão *sui generis* do papel que a educação e a cultura deveriam desempenhar no processo revolucionário em marcha, as correntes que ali militaram tiveram intensos debates acerca do posicionamento que o Movimento deveria assumir diante da sociedade. Debates que apontaram a preocupação em acomodar as várias perspectivas ideológicas, bem como superar o elitismo cultural que fazia com que se concebessem como os detentores do conhecimento necessário para introduzir um novo modelo de sociedade, presente na base de seus respectivos projetos reformistas. Essa ideia ficou manifesta nas reflexões de Abelardo da Hora: “como íamos tratar com grupos heterogêneos do ponto de vista ideológico, tive o cuidado de fixar uma filosofia que pudesse unir a todos por muito tempo, com o objetivo de democratizar o ensino”⁷⁵.

Tais preocupações, somadas ao fervor político-ideológico que colocava Pernambuco entre o capitalismo norte-americano e o comunismo soviético, potencializava o desejo de desvincular o MCP de quaisquer das ideologias de seus membros, pois, mesmo com a crise agrária que assolou o Brasil após a II Guerra Mundial e com a expansão urbanística dos grandes centros, a política pernambucana ainda estava sob o comando das poucas famílias ligadas à agroindústria⁷⁶. Dessa forma, qualquer empreendimento que contribuísse para a perda de hegemonia das elites agrárias seria alvo de intervenções por parte dos conservadores.

As reflexões geradas diante desse quadro levaram aquelas lideranças intelectuais a conceber que o caminho mais adequado era conduzir um movimento sem bandeira político-partidária, cujo propósito deveria ser, tão somente, conduzir meios de aperfeiçoamento cultural ao encontro das massas. O que, por sua vez, definiria o seu nacionalismo como fruto do anseio do povo pernambucano de desenvolver-se plenamente mediante relações de igualdade e justiça social. Apesar disso, as correntes intelectuais procuravam politizar a cultura, sem necessariamente instrumentalizá-la para esta ou aquela formação intelectual. O importante era fortalecer o campo reformista e nacionalista em um contexto político conservador.

Sendo assim, afirmar que o MCP

nasceu da miséria do povo do Recife. De suas paisagens mutiladas. De seus mangues cobertos de mocambos. Da lama, dos morros e alagados, onde

⁷⁵ Depoimento de Abelardo da Hora. In: *Memorial do MCP. Op. cit.*

⁷⁶ CARONE, Edgar. *A Quarta República (1945-1964)*. São Paulo: DIFEL, 1980.

crecem o analfabetismo, o desemprego, a doença e a fome. Suas raízes mergulham nas feridas da cidade degradada. Fincam-se nas terras áridas do Nordeste. Refletem o seu drama, como síntese dramatizada da estrutura social inteira⁷⁷.

Era dar vida própria ao Movimento, uma espécie de autonomia gerada a partir da valorização da cultura como salvação da miséria, e afirmação do campo reformista como um todo.

O reflexo dessa postura que, ao fim e ao cabo, era tão democratizante quanto os interesses das respectivas correntes, foi alçar, diante da sociedade, a bandeira do desenvolvimento cultural das massas como sendo algo acima de qualquer interesse político-partidário. No entanto, para atingir o objetivo de libertar as massas, os grupos intelectuais e ideológicos achavam que o melhor caminho era tutelá-las no processo de libertação cultural e de conscientização política.

2.3.1 A ação na educação

No campo da educação básica de crianças e adultos, sua atuação foi consubstanciada pelos Núcleos Populares, cuja função era politizar e organizar as massas. No cerne dessa dinâmica, residia a preocupação de formar líderes populares a partir do diálogo com os representantes das comunidades periféricas, o que proporcionava, aos intelectuais do Movimento, aprofundar-se nas aspirações do homem simples do povo e obter, com isso, os subsídios necessários para reelaborar seus valores fundamentais e devolvê-los aos setores populares por meio de todos os veículos culturais de que o MCP dispunha.

Sendo assim, sua existência consistia em formular ações políticas que pudessem responder aos anseios dos vários setores da sociedade que lutavam por transformações político-sociais, a partir da mobilização dos setores populares. Isso fazia com que as atividades educacionais e culturais desenvolvidas pelo Movimento não tivessem um fim em si mesmas, mas traduzissem o desejo das formações intelectuais que ali militaram de introduzir profundas reformas na estrutura política pernambucana.

Analisemos, por exemplo, os meios utilizados para alcançar tais metas:

1. Debates sobre problemas do próprio meio (analfabetismo, custo de vida, pauperismo, etc.);

⁷⁷ ARRAES, Miguel Newton. Que foi o MCP? *Arte em Revista*, ano 2, v. 3, 1964.

2. Conferências ilustradas (“slides”, instrumentos audiovisuais) sobre temas propostos pelo povo;
3. Participação nas diversas realizações dos movimentos de cultura popular: publicações, folhetos, jornais, etc.;
4. Cursos específicos (sindicalismo, etc.);
5. Organização para reivindicações populares (grupo de pressão)⁷⁸.

Para os militantes do MCP, estreitar a relação com os setores populares facilitava o trânsito de ideias entre esses dois grupos, possibilitando, rapidamente, criar condições para que as ideias debatidas no interior do Movimento chegassem às comunidades periféricas. Mobilizando, no interior das próprias comunidades, a conscientização crítica que, na visão das lideranças intelectuais, iria diluir os entraves culturais que impediam as massas de chegar a um estado revolucionário.

Vejamos como essa reelaboração das experiências populares foi aproveitada para politizar as massas nas lições destinadas à alfabetização de jovens e adultos.

Lição n.º 17

RECIFE alagado

Recife Um alagado do Recife alagado

- O Recife tem muito alagado?
- Sim, o Recife tem muito alagado.
- Como é a casa do povo do alagado?
- A casa do povo do alagado é mocambo.

⁷⁸ Documento que define as diretrizes dos Núcleos Populares do MCP, anexo ao IPM 709-3. *Op. cit.*, p. 592.

Figura 1: “Mocambo” – Elijah Von Sohsten⁷⁹

Essa aula buscava transformar a experiência concreta do sofrimento dos setores populares em consciência política. Demonstrar que o sofrimento diário vivido pelas massas não tinha causas isoladas, nem metafísico-religiosas, tampouco naturais, cumpria o objetivo desse método. Nessa perspectiva, contribuir para que os populares se conscientizassem de que as condições subumanas na qual eles estavam imersos eram fruto da opressão exercida pela ordem estabelecida era o propósito dos idealizadores da atividade.

Na lição de nº 24 lemos o seguinte:

Leia e copie

1. O Recife tem muito alagado.
2. O povo sem casa vive no mocambo.
3. O piso do mocambo é de taco?
4. O deputado falou ao povo no comício.
5. Um povo sem pão é um povo sem saúde.
6. Pelo voto o povo decide a vida da sociedade.
7. A vida de cada um é a vida de seu povo.

⁷⁹ Livro de leitura para Adultos, anexo ao IPM UNE-UBES/Pernambuco, pp. 458-459.

8. Um bom político fica ao lado do povo.
9. O povo todo ouve rádio?
10. A batucada é música do povo.
11. O samba também é música do povo.
12. Você ouve a aula pelo rádio?
13. 13 de maio é uma data cívica.
14. Copie seu nome.
15. Copie o nome de sua cidade.

Figura 2: “Nabuco e a Abolição” – Abelardo da Hora⁸⁰ (Mural em azulejos – Ed. Joaquim Nabuco, Recife, PE)

Notemos como os temas de ordem política e social são trabalhados, nessa lição, a fim de conscientizar os setores populares sobre a miserabilidade na qual eles estavam imersos. E que tal situação era o contexto vivido por boa parte da população recifense, por não terem os políticos ao lado das causas populares, sutil mensagem partidária que, no contexto de Pernambuco dos anos 1960, conduzia Arraes à posição de representante do povo no cenário político local. A conscientização prossegue ao ser estimulada nas massas uma visão crítica do contraste que havia entre uma moradia decente e aquelas em que eles moravam, associando a ideia de mudança desse desafortunado cotidiano ao voto. Não por acaso, a lição é finalizada

⁸⁰ Lição anexa ao IPM UNE-UBES/Pernambuco. *Op. cit.*, p.467-468.

justo com a data de 13 de maio, em que se procurava associar o cotidiano das massas ao de um escravo preso pelos interesses das oligarquias pernambucanas.

Outra faceta que podemos observar nas entrelinhas deste último item refere-se ao posicionamento assumido por esses intelectuais ao referenciar o dia 13 de maio como sendo uma data cívica. Citar a data da abolição da escravidão brasileira como sendo o dia 13 de maio, faz com que esses intelectuais considerem o poder do Estado no Brasil como o poder histórico por excelência, não se desvinculando, dessa maneira, de uma tradição intelectual que concebia que o homem só se configurava como histórico quando referendado pelo Estado⁸¹.

Essa perspectiva pode ser também observada na narrativa da ilustração que compunha a referida lição. Analisemos como a obra escolhida para compor essa atividade valorizava a ação de um intelectual no processo de libertação dos escravos, militância que logrou sucesso a partir da incorporação de tais aspirações pelo Estado, em 13 de maio de 1988. A falta de uma problematização acerca dos determinantes que levaram a nação brasileira a se posicionar a favor da abolição denota a importância que o aparelho de Estado tinha para a intelectualidade pernambucana nos anos 1960.

A ideia de explorar a temática da opressão, da desurbanização das favelas e alagados, bem como de tudo aquilo que submetia o povo pernambucano a uma vida indigna, percorreu todas as lições do Livro de Leitura para Adultos do Movimento.

Analisemos a lição nº 46:

Açúcar Pernambuco

Açúcar Pernambuco

engenho enxada

engenho enxada

– A base da economia de **Pernambuco** é o **açúcar**.

– O lavrador ainda cultiva o campo com a **enxada**.

– O camponês do **engenho** do **açúcar** planta e corta a cana.

⁸¹ Ver a respeito dessa tradição intelectual: CHAUI, Marilena. *O nacional e o popular...* Op. cit.

- A casa do povo do alagado é mocambo.
- Sua vida é difícil e insegura.
- Agora o camponês luta por seu sindicato.

O sindicato defende o camponês!

Figura 3: “Cana de açúcar” – Abelardo da Hora⁸² (Mural do Banco de Crédito Popular)

Nessa lição, observemos como, tanto por meio das palavras-chave apresentadas, como pela ilustração escolhida, procurou-se enfatizar o modo rudimentar do trabalho praticado pelos camponeses pernambucanos. Como sua atividade não evoluiu com o passar do tempo, e como os camponeses ainda estavam reféns dos latifundiários. Intencionando, com isso, conscientizá-los de que o meio de que eles dispunham para refutar essa ingrata herança era se unindo em classe e passando a agir em grupos organizados, pois o homem isolado não tinha força política diante do poderio dos latifundiários. Diretriz que procurava veicular que um povo unido e politizado não deixava espaço para os desmandos dos fazendeiros, e passava a exigir destes as medidas necessárias para uma vida mais digna no campo.

⁸² Lição anexa ao IPM UNE-UBES/Pernambuco. *Op. cit.*, p. 494-495.

Notemos como as conclusões eram determinadas e as perguntas dirigidas, o que por sua vez deixava pouco espaço para elaborações mais livres por parte das camadas populares. Dessa forma, essas atividades se colocavam como uma espécie de suporte, cuja tarefa ambicionava unificar politicamente os setores populares. Os temas escolhidos, as problemáticas trabalhadas, as terminologias usadas, tudo concorria para que o objetivo de conscientizá-los de que situação de opressão vivida, no campo e na cidade, não era algo inerente à sociedade. Posicionamento que era animado pela crença de que a unidade política dos vários setores que aspiravam por transformações político-sociais catalisaria o processo revolucionário em marcha.

2.3.2 Na educação informal

O setor de Educação Informal do MCP foi estruturado para utilizar os instrumentos e os métodos apropriados às necessidades de cada comunidade à qual se destinava suas atividades. Nesse sentido, os responsáveis por esse setor procuraram utilizar as motivações adequadas para cada caso específico, privilegiando a facilidade de penetração no meio do povo, o dinamismo na tarefa de conscientizar e politizar, bem como o aproveitamento progressivo das outras iniciativas promovidas pelo Movimento.

Nesse campo, cuja influência era predominantemente da corrente católica, dois setores se destacaram: as Praças de Cultura e as Escolas Radiofônicas⁸³. O primeiro surgiu como uma notável experiência de educação informal, cuja principal característica era fazer uso do entrelaçamento entre diversão e educação para conscientizar cada indivíduo de seu papel na sociedade em que estava inserido. Dessa forma, as Praças de Cultura procuraram:

1. Favorecer o desenvolvimento da consciência crítica, por meio de debates públicos, que, quando possível, deveriam ser feitos com a participação dos núcleos populares.
2. Desenvolvimento da capacidade cultural do povo, por meio de: teatros, programas de TV, cine-clubes, clubes de literatura, biblioteca, ciclo de

⁸³ Cf. esboço do primeiro boletim do MCP, as Praças de Cultura procuravam fazer com que cada um dos logradouros públicos da municipalidade, notadamente aqueles localizados na periferia e nas maiores concentrações proletárias, tivessem um centro de educação informal, visando complementar a educação recebida no lar. As Escolas Radiofônicas, por sua vez, foram responsáveis pela educação de jovens e adultos por meio de programas educativos veiculados pela Rádio Clube e pela Rádio Continental de Pernambuco. APGC.

país, esportes, etc.⁸⁴

Iniciativas que buscaram:

Estimular no povo, um sentido de iniciativa própria e auto-confiança, único meio de convencer este mesmo povo de que ninguém, senão ele, pode realizar a tarefa de sua emancipação⁸⁵.

A ideia era potencializar, a partir do estímulo da apreciação crítica e adequada das leituras propostas, das apresentações de cinema e televisão, bem como dos demais meios coletivos de comunicação, a capacidade dos populares de questionar por si mesmos as informações produzidas pela ordem estabelecida. Na visão dos idealizadores das Praças, melhorar qualitativa e quantitativamente o fluxo desses materiais no interior das comunidades iria contribuir para que os populares se indisciplinassem contra as “normas” que estabeleciam que o povo deveria acatar que os outros sabem melhor do que ele próprio o que lhe convém.

Nesse sentido, a emancipação dos moradores das comunidades se daria por dois caminhos: primeiro, pelo engajamento nessas atividades, e, segundo, pela consequente agregação de um espírito comunitário que a utilização dos recursos estava possibilitando às comunidades periféricas do Recife. Algo que até então não havia sido experimentado, pois, mesmo que esses espaços fossem utilizados para apresentações de festas de rua, a população que para lá afluía não se pensava como um todo político.

Assim, localizadas em diversos bairros da cidade do Recife – Iputinga, Várzea, Casa Amarela, Jardim São Paulo, Torre e Beberibe – as Praças se constituíram, fundamentadas no conjunto de técnicas desenvolvidas por Dumazedier⁸⁶, que imprimia ao lazer mais uma oportunidade de instrução política, como um instrumento importante de politização. O sentido que estava por trás dessas dinâmicas recreativas era proporcionar às comunidades uma vivência que lhes possibilitasse pensar como equipe, como um time que almejasse os mesmos objetivos: fazer parte de um jogo cujos ganhadores deveriam ser os setores populares.

As Escolas Radiofônicas, da mesma forma, configuraram-se como um importante elemento nessa dinâmica de desenvolver um espírito comunitário nos bairros periféricos da cidade⁸⁷. A estratégia de utilizar o rádio, que tinha uma significativa inserção nos lares

⁸⁴ IPM 709-3, *Op.cit.* p. 593.

⁸⁵ Depoimento dado pela coordenadora do projeto das Praças de Cultura, Silke Weber, ao jornal Última Hora do dia 16 de agosto de 1962. p.03.

⁸⁶ Ver a esse respeito a nota 41 deste capítulo.

⁸⁷ O sucesso desse setor estava vinculado ao domínio das técnicas que foram utilizadas para educar as massas, instrumentalizando o rádio como principal ferramenta. Conhecimento gerado pela influência das iniciativas do

pernambucanos, conseguiu levar as discussões travadas em salas de aula, praças, bem como nos núcleos populares, para dentro das residências. Isso proporcionou ao MCP atingir todos os públicos com suas ações politizantes.

Subordinadas ao projeto de Educação de Adultos, coordenado pelo professor Paulo Freire, na sua primeira fase de atuação, a equipe que desenvolveu os programas veiculados pelo rádio era composta por Josina Godoy, Norma Coelho, Samuel Kraimer, Mário Cândia e Carmita Andrade, e as atividades formuladas por esses intelectuais caracterizaram-se por levar ao ar: “Educação de base; Educação musical; Educação sanitária e política; palestras; entrevistas; noticiários; sketches políticos (sic) e programas recreativos”⁸⁸.

Os materiais eram confeccionados pela própria equipe, contando, por vezes, com discos enviados pelo MEC-SIRENA (Serviço de Rádio Educativo Nacional). Nessa fase, o destaque foi a amplitude alcançada pelo novo meio escolhido para politizar as regiões onde até então as políticas do Movimento não haviam chegado, já que o material utilizado não estava atingindo o objetivo pretendido pelas lideranças do MCP – tomar parte do cotidiano das massas para conduzi-las a um estado revolucionário.

Por um breve momento, essa situação causou um desconforto ao principal ideólogo do Movimento, Germano Coelho, que, por sua vez, tomou a iniciativa de pedir aos responsáveis pelo setor a confecção de uma cartilha que procurasse educar e politizar as massas a partir da realidade política e social do estado de Pernambuco⁸⁹.

O empreendimento inseriu uma nova perspectiva às atividades desenvolvidas pelas Escolas Radiofônicas e inaugurou a segunda fase, que se caracterizou por fundamentar seus programas educativos nos centros de interesse do homem do povo, possibilitando uma efetiva mobilização das massas rumo ao objetivo desejado. Dentro dessa nova realidade, os programas veiculados nas transmissões diárias procuraram compor suas atividades de modo a estimular, nos setores populares, o interesse natural sobre os problemas que os afligiam – por exemplo, “técnica de palavreação (palavras-chave) estava agrupado em centros de interesse (casa-mocambo; canavial-reforma agrária; etc.)”⁹⁰. Dessa forma, os setores populares

bispo católico Eugênio Araujo Sales, que no fim dos anos 50 organizou o chamado "Movimento de Natal" e criou a rádio de educação rural de Natal, inspirando-se na experiência das escolas radiofônicas criadas na Colômbia pelo padre Salcedo. O “Movimento de Natal” se transformou mais tarde no Movimento de Educação de Base, MEB. Ver, a respeito das escolas radiofônicas do MEB, CARVALHO BORGES, L. B. Comunidades de base (CEBES) en el Brasil. In: *Recollectio*, 16 (1993), p. 111-112.

⁸⁸ Esboço de boletim do MCP para o ano de 1961. p.1. APGC.

⁸⁹ Idem. Essa cartilha foi desenvolvida por Josina Godoy e Norma Coelho, e posteriormente configurou-se no Livro de Leitura para Adultos do MCP.

⁹⁰ Idem. p. 3.

passaram a ser inseridos em um contexto político-social em que até então estavam marginalizados.

Outra característica dessa segunda fase foi a instalação de Escolas Radiofônicas em postos fixos e a ampliação da equipe, com membros da própria comunidade onde as transmissões eram veiculadas. Dinâmica que proporcionou, já nos primeiros meses de atividade, a ida das Escolas ao encontro das Igrejas e sociedades de bairros.

Escolas Radiofônicas em sociedades – 41; em Igrejas – 8 (protestantes 3, católica 4, e centro espírita 1); e, em prédios da prefeitura – 3; num total de 52 funcionando ainda, sem rádio, mais 4, sendo 3 em sociedades de bairro e 1 em igreja, perfazendo, então, um total de 56 escolas, subordinadas ao setor⁹¹.

Estimular o desenvolvimento de uma visão crítica dessas comunidades populares, o que por si só já cumpriria um papel político fundamental, não foi a única forma encontrada para politizar as massas recifenses. As Escolas Radiofônicas também contribuíram no sentido de desenvolver um espírito comunitário nas comunidades onde suas iniciativas foram empreendidas, proporcionando que os populares passassem a se ver como partícipes de uma mesma conjuntura e que só conseguiriam sair dela a partir do trabalho em conjunto. Ou seja, fazendo-as pensar como grupo que, se unido, teria uma força política expressiva.

2.3.3 Ação na cultura

No campo artístico-cultural – por exemplo, teatro, cinema, música e artes plásticas – as representações desse fenômeno político também podem ser observadas. A política cultural levada a cabo por meio desses setores logrou uma posição de destaque na politização das massas pernambucanas, fosse utilizando-se do suporte dado ao projeto de Educação de Adultos, fosse pelas próprias políticas concebidas nos seus respectivos quadros.

No setor de teatro, por exemplo, essas representações se configuraram em um teatro engajado politicamente. Perspectiva que, sob influência do Teatro de Arena de São Paulo, filiava-se a uma concepção artística que até então era rechaçada pelos grupos teatrais pernambucanos⁹².

⁹¹ Idem. p. 2.

⁹² Cf. Documento intitulado Boletim da Revolução, o Teatro de Arena surgiu em 1952, quando alguns alunos da Escola de Arte Dramática de São Paulo resolveram criar um teatro, que pudesse, facilmente, se deslocar, facilitando assim a apresentação de espetáculos em escolas, faculdades, fábricas, sindicatos, museus, etc. O Arena defendia uma concepção de teatro pautada em um comprometimento que visa direcionar o teatro

Em Pernambuco dos anos 1950, os encenadores que detinham maior expressão no cenário local e nacional defendiam que a dramaturgia jamais poderia deixar se contaminar por interesses políticos. Ora eles se posicionaram a favor da arte pela arte, como foi o caso do teatro de Valdemar de Oliveira⁹³, ora de uma arte de caráter popular, mas sem militância político-ideológica, como foi para o teatro de Hermilo Borba Filho⁹⁴.

Para o TCP (Teatro de Cultura Popular) do MCP, a busca por uma expressão artística autenticamente do povo não poderia ficar restrita à valorização das tradições populares, dos contos, dos mitos e do romanceiro nordestino, mas deveria enveredar-se pela luta política, pelo posicionamento político-ideológico. O objetivo era fazer da manifestação artística o reflexo do espírito combativo do homem do povo, que à época lutava contra as forças reacionárias da elite política local.

Dessa forma, as atividades teatrais do TCP procuraram manifestar, por meio de peças, autos e jograis, que o povo nordestino estava pronto para ser despertado e canalizado para a luta reformista nacionalista.

brasileiro rumo a uma dramaturgia própria, autêntica, que se desvinculasse do hábito de imitar os atores e diretores estrangeiros. Uma dramaturgia que fosse realizada como reflexo das problemáticas brasileiras, e que traduzisse, nos palcos, as necessidades da grande massa proletarizada. Na segunda metade dos anos 1950, o Arena criou um Seminário de Dramaturgia, do qual surgiram várias das suas peças de cunho nacionalista: Chapetuba F.C., de Oduvaldo Vianna Filho; Gente como a gente, de Roberto Freire; A farsa da esposa perfeita, de Edy Lima; Fogo Frio, de Benedito Rui Barbosa; e Revolução na América do Sul, de Augusto Boal, entre outras. A cooperação entre este e as atividades teatrais desenvolvidas pelo MCP foram profícuas durante todo o período em que o Movimento pernambucano esteve em atividade. Estabelecendo-se, inclusive, uma assistência técnica de Nelson Xavier aos empreendimentos teatrais do MCP. APGC.

⁹³ Homem de teatro, Valdemar de Oliveira foi durante anos diretor do Teatro Santa Isabel, exercendo também atividades no meio jornalístico realizando crítica teatral. Conciliando essas atividades com a liderança que exercia no TAP (Teatro de Amadores de Pernambuco), onde defendia a tese de que “uma fórmula que procurasse reunir teatro e povo era algo de contraditório nos próprios termos”. A seu ver, “(...) teatro é exclusivamente uma expressão de arte. E esta, por definição, em suas formas mais elevadas, só é acessível à fruição e apreciação daqueles poucos cultivados em seus sentidos, dotados de uma aprimorada e apurada sensibilidade. Povo, portanto, não tem nada a ver com essa equação”. Ver, a respeito, TEIXEIRA, Flávio Weinstein. *O movimento e a linha: presença do teatro do Estudante e d’Ográfico Amador no Recife* (1946-1964). Recife: Ed Universitária da UFPE, 2007, p 110.

⁹⁴ Hermilo Borba Filho, autor, encenador, professor, crítico e ensaísta, foi o principal expoente do TEP (Teatro do Estudante de Pernambuco) e do TPN (Teatro Popular do Nordeste). Suas teses defendiam uma reação contra um teatro acadêmico, sem ligação com a realidade. Grupos que procuraram valorizar as tradições nordestinas, mas que, por outro lado, posicionaram-se, sobretudo o TPN, “contra a arte engajada (...)”. Arte que, segundo suas concepções, “agrega ao universo da obra o corpo estranho da tese, para fazer do espetáculo um libelo interessado”. Hermilo foi um dos sócios-fundadores do MCP, mas dado o caráter político do Movimento, que ele julgava espúrio, afastou-se em seguida, e passou a militar contra todas as suas atividades. O desfecho disso foi a peça de sua autoria *A Bomba da Paz*, que procurou desqualificar todas as iniciativas do MCP. Ver, a respeito, TEIXEIRA, F. Weinstein. *O movimento e a linha. Op. cit.*, p.163-166.

Figura 4: Cartaz da peça “A Derradeira Ceia”

A peça

A guerra de Canudos (sic) nos longínquos sertões da Bahia, temos certeza disso hoje, foi o resultado de uma política agrária injusta e que os homens da república nascente não souberam compreender. Bandos de fanáticos tendo como tema místico as figuras de Cristo e Pedro II andaram por aquelas terras ressequidas implorando de armas e rosário em punho uma justiça social que não desfrutaram por lhes serem roubadas as vidas pelas balas assassinas dos “macacos”.

Notemos como, nesse trecho da citação, o autor procurou dar ênfase ao caráter heroico dos sertanejos que deram a vida por uma política agrária justa. Era essa expressão de coragem e determinação, que em diferentes momentos e por diferentes sujeitos emanou das reivindicações populares, algo que deveria ser explorado nas encenações teatrais do TCP. Vejamos como essa ideia foi trabalhada na segunda parte do texto:

Um pouco mais de trinta anos depois, próximo às terras da heroica Canudos, outros bandos surgiram, com menos mística e mais intento de represália pela justiça social que lhes era negada. Lampião com todo o cotejo de males que impôs a muitas inocentes famílias nordestinas, não foi o responsável pelos crimes que praticou. Foi vítima do meio social em que viveu. Lampião foi o símbolo da rebeldia praticou o mal contra os inocentes que se tornaram assim, vítimas não de Lampião e seus fiéis seguidores, mas das contradições existentes em nossa sociedade.

Dois direcionamentos se sobressaem nessa segunda parte. O primeiro, dando prosseguimento à argumentação central do texto, é o destaque dado à bravura daqueles que se

rebelaram contra a ordem estabelecida, o que por sua vez, provocava o leitor a conceber uma linearidade revolucionária dos setores populares. O segundo é a ênfase dada ao caráter violento de Lampião como fruto das desigualdades sociais de sua época. O que intencionava explorar a ideia de que todos os males que assolavam a sociedade não tinham causas isoladas, mas eram filhos diletos de práticas sociais injustas. Conduzir as encenações teatrais nessa linha argumentativa fazia parte do esforço daqueles que compunham o teatro do MCP:

“A Derradeira Ceia” retrata em linhas simples e com um diálogo vivo, quanto autêntico, aspectos da vida de Lampião e seu bando. Aborda fatos que se universalizaram não somente no seu espírito de rebeldia, mas também na particularidade dos implicados nos fenômenos. Saturnino, Nazinha, Lampião, Maria Bonita e todo o bando, formam o complexo fenômeno do cangaceirismo, filho dileto e inesperável de uma política agrária que não evoluiu de acordo com o desenvolvimento da sociedade⁹⁵.

Empreendimento que inseriu uma nova concepção estética ao teatro pernambucano ao articular popularização à militância político-ideológica. Para o TCP, assegurar ao povo peças de alto nível artístico impregnadas de teor político era seu principal objetivo.

O teatro é uma arte completa. Reúne todas as artes: a música, a dança, a mímica, o canto, a poesia, a pintura, a escultura e mesmo o cinema.

É um meio de educação do povo.

(...)

O MCP leva o teatro ao povo!⁹⁶

Para tanto, o MCP em conjunto com a prefeitura da cidade do Recife formulou uma nova política teatral que consistia em:

Criação recente da Comissão de Teatro; a instituição de uma verba específica de auxílio ao Teatro, no Orçamento municipal; abolição dos impostos sobre teatro; a instauração de um fundo rotativo para o teatro; a publicação de um boletim mensal sobre a vida teatral; a criação de um museu do teatro; a realização anual do Festival de Teatro do Recife e do Festival do Interior de Pernambuco; a inauguração do teatro do Arraial Velho (primeiro ao ar livre) e do Teatro do Povo (primeiro ambulante); a

⁹⁵ Texto de Luiz Mendonça, teatrólogo, diretor da Divisão de Teatro do MCP. Esse escrito foi publicado pelo MCP para divulgação do repertório das suas peças. APGC.

⁹⁶ IPM UNE-UBES/Pernambuco. *Op. cit.*, p. 519.

publicação do catálogo Coletivo de Teatro da Cidade do Recife, unificando as bibliotecas especializadas e permitindo o planejamento da aquisição; a planificação da pauta anual de teatro, no Recife; a instituição de preços populares; a restauração das velhas casas de espetáculos: o Teatro Santa Isabel e o Teatro do Parque, ambos da Prefeitura do Recife⁹⁷.

Essas iniciativas buscaram aproximar o teatro pernambucano do público mais popular, a fim de que o teatro politizante melhor servisse às causas políticas.

Nos setores de cinema e de música, as realizações também foram bem ambiciosas. No cinema, as atividades consistiam em: realizar encontros nas comunidades para assistir a projeções cinematográficas; fomentar uma cultura museológica dedicada ao cinema do Nordeste; manter em funcionamento cineclubes; contribuir para a formação de quadros aptos a realizar filmes de curta metragem ou experimentais sobre temas nordestinos; e promover estudos sobre os problemas cinematográficos da região nordestina. Iniciativas que contaram com o apoio de diversas instituições, inclusive da Cinemateca Brasileira⁹⁸.

Por meio dessas políticas, o setor de cinema do MCP procurou desenvolver, em todos os arrabaldes recifenses, uma profícua cultura cinéfila, cujo objetivo era colocar essa expressão artística a serviço da politização das massas, visto que, nas projeções realizadas nos subúrbios da cidade do Recife, os filmes apresentados eram preponderantemente de caráter político-educativo.

⁹⁷ Significação do I Festival de Teatro do Recife. Documento confeccionado pelo MCP para descrever as realizações do Festival e seus desdobramentos. APGC.

⁹⁸ Cf. Minuta do Convênio entre a Fundação Cinemateca Brasileira e o Movimento de Cultura Popular para o desenvolvimento cultural cinematográfico do Recife e Pernambuco. APGC.

Figura 8: Projeção popular de cinema. APMC

Mas não só por isso. O caráter politizante desse cinema estava também na relevância dada às problemáticas do Nordeste, sempre em primeiro plano em suas incursões dentro e fora da película. A valorização dessa temática não era por acaso. Colocar as chagas nordestinas em evidência possibilitava ao cinema do MCP demonstrar que os interesses das nações imperialistas estavam ligados diretamente à situação de miséria na qual o povo simples estava imerso. De modo que trabalhar os infortúnios que assolavam as massas, fosse filmando, como ocorreu em *Cabra Marcado para Morrer*⁹⁹, fosse utilizando-se tão somente das projeções realizadas nas comunidades periféricas, visava equacionar, por meio da linguagem cinematográfica, os problemas fundamentais com que se defrontava o povo. Isso possibilitava às camadas populares interpretar social e culturalmente a sociedade da qual faziam parte.

O movimento em direção à instrumentalização dos aspectos da cultura nordestina como meio de politização do homem do povo, visto tanto no teatro, como no cinema do MCP, também era uma característica candente do setor musical¹⁰⁰.

⁹⁹ Documentário produzido pelo MCP em parceria com o CPC do Rio de Janeiro. O filme consiste em trazer para tela do cinema a violência imposta pelos latifundiários nordestinos às Ligas Camponesas.

¹⁰⁰ Ao nos referimos ao setor de música do MCP, fazemos referência à dança, canto e música popular.

Figura 9: Concerto da orquestra sinfônica do Recife e de músicos do MCP, em uma comunidade. APGC

Na música, essa perspectiva configurou-se através da valorização do folclore regional, expressão popular que proporcionou ao Movimento a inserção desejada nos círculos populares das comunidades periféricas da cidade do Recife. O entrelaçamento entre as expressões folclóricas e o setor de música do MCP contribuiu para conscientizar as massas por meio de expressões que em sua essência não representavam e nem estimulavam a ascensão das classes proletarizadas.

Tais limites foram superados por meio da capacitação política dos técnicos e dos alunos que participaram dos cursos livres e regulares de formação artística, bem como dos cursos de instrumentos, musicalização e canto. Proporcionando, assim, nas apresentações dos corais, dos conjuntos folclóricos, dos conjuntos de dança e dos conjuntos instrumentais, a difusão de uma mensagem que codificava a vivência cotidiana dos setores populares, e a utilizava para a conscientização do povo.

Com implicações do mesmo modo importantes, também o setor de artes plásticas e artesanato foi tomado por esse fenômeno político. Nada escapou de representar a posição político-ideológica das correntes que compunham o MCP. A rigor, não poderia ser diferente com essas manifestações artísticas, tendo em vista que a ideia de politizar as massas era algo que borbulhava na cabeça de todos os dirigentes-fundadores do Movimento.

A ideia se expressava nas artes plásticas por meio da mobilização empreendida no sentido de popularizar essa manifestação artística, estimulando a capacidade criadora popular; contribuindo para o desenvolvimento artístico do artesanato; bem como estimulando o diálogo com as famílias de baixa renda por meio de cursos de desenho, pintura, gravura, fantoche, cestaria, cerâmica, estamparia, dentre outras atividades. Isso possibilitava definir, nesse setor, uma linha realmente popular de orientação.

Ao mesmo tempo em que trazia à luz, para todos os participantes desses cursos, as possibilidades geradas com o aprendizado desses ofícios, bem como o espírito que presidia as realizações do MCP, que consistia em romper com as limitações de uma arte de orientação tradicional que se desvinculava do trabalho e da vida do povo.

Esforço que buscava incentivar, em solo pernambucano, uma nova concepção de artes plásticas. Uma arte que fosse capaz de atender as demandas e os anseios da coletividade, assistindo-as e as provendo tudo que fosse necessário ao seu bem-estar¹⁰¹. Objetivos que vislumbravam, como todas as atividades do MCP, desenvolver no povo uma consciência crítica da realidade brasileira para, com ela, partir organizado em direção às soluções concretas para tirar o Estado do julgo político das poucas famílias endinheiradas que comandavam a política pernambucana.

A aludida representação do fenômeno político nas ações do MCP torna-se um elemento importante em nossa análise por trazer à tona a crença que os intelectuais que ali militaram tinham na força política do homem do povo. Faceta de um Movimento que não procurou tão somente dar poder de voto aos analfabetos, mas, sim, educá-los para que pudessem imprimir ao estado de Pernambuco uma nova concepção de sociedade, uma sociedade em que não fosse mais cabível a exploração dos setores abastados sobre as classes populares.

Essa postura se fundamentava no entendimento de que a revolução nas estruturas da ordem estabelecida seria levada a cabo pela síntese do trabalho daqueles que, na visão das lideranças do MCP, possuíam os instrumentos capazes de articular bens culturais e a experiência prática das massas. Elementos que quando unidos possibilitariam romper os entraves culturais que impediam os setores populares de alcançar um estado revolucionário. Cumpre-nos destacar que essa visão os legitimava, ou procurava legitimar, como os possuidores do conhecimento necessário à revolução pretendida.

¹⁰¹ Para os intelectuais do MCP, o bem-estar da população estava atrelado à justiça social, à harmonia, ao equilíbrio e à igualdade nas relações entre os homens.

Essas considerações finais nos levam a dedicar o próximo capítulo à análise dos pressupostos teóricos que informaram a ideia de cultura popular dos intelectuais do MCP. Nesse espaço, buscaremos tratar mais pormenorizadamente das razões pelas quais aqueles intelectuais progressistas não conseguiram se afastar de uma postura elitista de conceber as interações sociais. Esse estudo mais detalhado nos possibilitará melhor entender a postura que concebia um caráter revolucionário nos setores populares, mas que, por outro lado, pretendia apresentar-se como detentora dos instrumentos capazes de promover a verdadeira revolução.

3 CAPÍTULO III: CULTURA NA ÓTICA DO MCP

3.1 MCP e a construção da ideia de Cultura Popular

As análises que se seguirão neste capítulo, têm por objetivos entender e desnudar as formas como a cultura popular foi representada e trabalhada no interior do MCP¹⁰². Ao longo do capítulo anterior, procuramos expor, dentre outras especificidades, que as formações intelectuais que militaram no MCP concebiam a história como uma sucessão de esquemas de dominação social e política que variavam apenas na forma e na intensidade.

Essa premissa, corroborada pelo entendimento comum de que esses esquemas de dominação só sofreriam radicais mudanças quando as classes dominadas se conscientizassem da sua força política¹⁰³, não arrefeceu as tensões provenientes das diferentes leituras sobre como a cultura popular deveria ser trabalhada internamente pelos intelectuais do Movimento. No entanto, a despeito dessas diferentes posições, havia um consenso sobre a necessidade de conhecer cientificamente a realidade social pernambucana para formular alternativas que pudessem confrontar a ordem estabelecida da época. Tendo essa problemática como elemento fundamental a ser analisado neste capítulo, esmiuçaremos como os intelectuais do MCP concebiam a cultura popular dentro dos seus mais variados aspectos, a fim de atingirmos os objetivos acima mencionados.

Nesses termos, não poderíamos nos aprofundar no estudo de como a cultura popular foi concebida pelos intelectuais do MCP, sem apresentar um esboço teórico dos elementos que informaram a ideia de cultura desses intelectuais.

Por cultura, os intelectuais que ali militaram entendiam o conjunto de bens espirituais e materiais de toda sociedade, e não apenas de uma parte, extrato, ou classe dela. Nas palavras de Paulo Freire: “para o homem, o mundo é uma realidade objetiva, independente dele, possível de ser conhecida, em que não apenas está, mas *com* a qual se defronta”¹⁰⁴. Reflexão que subordinava a formação desses conjuntos de bens à existência de homens dotados de todas as suas potencialidades e com possibilidade de pô-las em prática. Dessa forma, a procura da conscientização das massas, elemento que informou todas as

¹⁰² Nossa intenção aqui não é esmiuçar o conceito de cultura. O que está por trás deste estudo é verificar os elementos que informaram a ideia de cultura dos intelectuais do MCP. Para uma melhor compreensão acerca do conceito de cultura, sugerimos a obra: WILLIAMS, 1992. *Op. cit.*

¹⁰³ Ver parágrafo cuja nota 26 dá subsídio.

¹⁰⁴ Grifo do texto original. FREIRE, Paulo. Conscientização e alfabetização: uma nova visão do processo. In: FÁVERO, Osmar et alli. *Cultura popular e educação popular: a memória dos anos 60*. Rio de Janeiro, Graal, 1983. p. 99.

atividades levadas a cabo pelo MCP, configurou-se como uma espécie de filosofia que deveria ser seguida por todos os participantes daquele Movimento.

Parece-nos importante salientar que essa forma de conceber a cultura emergia das contradições sociais e econômicas que caracterizavam o estado de transição pelo qual o país passava à época. Panorama dado pelo inconformismo dos setores populares diante dos esquemas de dominação vigentes há muito na sociedade brasileira¹⁰⁵. Sendo assim, existia uma dimensão política que informava o conceito de cultura daqueles intelectuais. Essa dimensão pode ser verificada a partir das dificuldades que, do ponto de vista das lideranças do MCP, precisavam ser vencidas pelos empreendimentos culturais do Movimento.

A primeira dificuldade seria ultrapassar os limites daquilo que os dirigentes do MCP concebiam como uma “consciência intransitiva”. Característica observada, segundo eles, nas áreas onde os homens ainda encontravam-se sob uma estrutura semifeudal.

Uma comunidade preponderantemente “intransitivada” se caracteriza pela quase centralização dos interesses do homem em torno de formas mais vegetativas de vida. Pela extensão do raio de captação a essas formas de vida, quase exclusivamente. Suas preocupações se cingem mais ao que há nele de vital, biologicamente falando. Falta-lhe teor de vida em plano mais histórico. É a consciência predominante, ainda hoje, dos homens de zonas fortemente atrasadas do país¹⁰⁶.

Para as lideranças do MCP, existia uma preocupação no sentido de remodelar os interesses desses extratos sociais para que sua existência não se resumisse, eminentemente, a saciar suas necessidades primárias.

Uma segunda caracterização que também nos informa sobre como os intelectuais do MCP pensavam a cultura gira em torno de outra definição, aquela que eles denominaram “consciência transitiva”. Concentrada preponderantemente nas áreas urbanas, o principal expoente dessa forma de pensar a sociedade era a classe média, a pequena-burguesia. Essa caracterização era defendida pelos dirigentes do MCP, pois havia um entendimento de que a pequena-burguesia não estava preocupada em realizar uma crítica acurada da sociedade. Mas, sim, em defender seus interesses que versavam em suprir suas necessidades materiais e físicas.

Conforme as reflexões de Paulo Freire, a “consciência transitiva” pode ser significada pela “simplicidade na interpretação dos problemas”; “pela tendência a julgar que o

¹⁰⁵ Ver a respeito das reivindicações populares da época: PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1972.

¹⁰⁶ FREIRE, Paulo. Conscientização e alfabetização: uma nova visão do processo. In: FÁVERO, Osmar et alli. *Op. cit.*, p.108-109.

tempo melhor foi o tempo passado”; “pela subestimação do homem comum”; pela “impermeabilidade à investigação”; pela “fragilidade de argumentação”; bem como pelas “explicações mágicas” que, ainda segundo o teórico, foram herdadas da “consciência intransitiva”¹⁰⁷.

Faz-se necessário esclarecer ao leitor que, em nenhum momento, o referido teórico dá a entender que esses estados são estanques. Desse modo, uma “consciência intransitiva” poderia ser encontrada também em extratos da sociedade urbana, embora essa ocorrência não tenha sido comum. Como poderíamos encontrar, também, nos rincões do interior do Brasil exemplos de comunidades populares cuja forma de entender a sociedade se encaixasse na segunda caracterização. Tanto para Paulo Freire quanto para os demais intelectuais dirigentes do MCP, o homem era um ser “ontologicamente aberto” independente do estágio no qual se encontrava.

Por fim, teríamos o estágio ideal, aquele pelo qual os empreendimentos culturais do MCP se debruçavam, a saber, a “consciência crítica”. Caracterizado pela “profundidade na interpretação dos problemas”; pela “substituição de explicações mágicas por princípios causais”; bem como “por despir-se ao máximo de preconceitos na análise dos problemas”, esse esforço intencionava se afastar de uma concepção mecanicista da história¹⁰⁸. Para os intelectuais do Movimento, o futuro não poderia ser dado como um fim acabado, mas deveria ser construído a partir das experiências vivenciadas no presente. O que, por sua vez, legava ao próprio homem a responsabilidade pela construção de seu futuro¹⁰⁹.

¹⁰⁷ Idem. p. 110.

¹⁰⁸ Idem. p. 110.

¹⁰⁹ Cumpre destacar aqui a aproximação dessas ideias com outras formulações contemporâneas acerca da cultura popular. Para Carlos Estevam Martins, um dos ideólogos do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE), no livro *A questão da cultura popular* (Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1963), a cultura popular não era “mais que uma reforma” apesar de poder ser “uma reforma de sentido revolucionário”, uma vez que assumisse como objetivo final “a transformação material da sociedade”. Preocupado em construir os conceitos de cultura popular, cultura desalienada e cultura alienada a partir de seu modelo teórico-metodológico, Carlos Estevam afirma que “para participar da cultura é preciso já estar na cultura. O povo, entretanto, está à margem e, mantidas as condições vigentes na sociedade de classe, não há como integrá-lo nesse processo exclusivamente vivido pela elite”. Essa afirmativa nos faz refletir que, para o autor, a produção artística do CPC deveria ter um caráter didático, a fim de se aproximar de uma população que, até então, estava alheia a qualquer manifestação de caráter artístico. Estava claro que o principal objetivo deste, nessa formulação, era que a qualidade artística da produção não era o mais importante, denotando uma visão que se afastava de um populismo mais tradicional, entretanto, nutria uma finalidade de cooptação da população em proveito dos interesses da elite intelectualizada. Ora se distanciando, ora se aproximando dessa perspectiva acerca da cultura popular veiculada por Carlos Estevam Martins, estava o poeta maranhense Ferreira Gullar, outro expoente do CPC da UNE. Para Gullar, a cultura popular era, em suma: “a tomada de consciência da realidade brasileira”. Isto é, o autor defendia que a ideia de cultura popular passava, de antemão, pela tomada de consciência dos problemas pelos quais a sociedade estava passando e, depois, pela prática, para que esses problemas fossem sanados. Numa perspectiva nacional-popular, em que se provocava uma aproximação entre os intelectuais e as causas populares, Gullar fornece-nos elementos para interpretar suas ideias como uma teoria que concebe que não há arte sem um fundo político e mergulhada nas causas

Nesse sentido, os dirigentes do Movimento ideavam projetos culturais que promovessem a democratização do conhecimento por meio de debates, discussões, críticas e propostas com todos os extratos da sociedade. No campo teórico, havia um latente desejo de se romper com a tradição de que alguns poucos controlavam o conhecimento e educavam, enquanto outros eram controlados e educados. Premissa que impunha aos projetos do MCP sempre a perspectiva do diálogo.

Estabelecida as bases dos pressupostos que informaram o conceito de cultura dos militantes do MCP, prosseguiremos as análises buscando explorar os fundamentos da concepção de cultura popular dos intelectuais do Movimento. Esse procedimento nos possibilitará melhor entender os projetos colocados em prática a fim de promover os extratos sociais caracterizados como “intransitivos” e como “transitivos” para atores ativamente conscientes de suas potencialidades políticas.

3.2 MCP e a Cultura Popular do Nordeste

A ideia de cultura popular adotada pelos intelectuais do MCP baseia-se nas determinantes culturais da própria região Nordeste. Dito de outra forma, o ponto de partida para alcançar as “técnicas metódicas” à conscientização dos setores populares foi o folclore nordestino. Essa assertiva se fundamenta na opção feita pelos intelectuais do MCP de “pesquisar manifestações culturais, vivência e linguagem do povo (as mais características)”, bem como “descobrir com o povo o valor dessas manifestações (...)”¹¹⁰.

Para melhor entender a relação estabelecida acima, analisaremos, subsidiados pelas reflexões de Florival Seraine, como o folclore corroborou para a ideia de cultura popular dos intelectuais do MCP¹¹¹. Para tanto, partiremos dos fundamentos que o autor traz à tona

sociais. Para ele, a cultura popular demonstrava uma típica divisão de classes, em que o artista devia estar consciente de que a arte tanto poderia ser “um instrumento de conservação, como de transformação social”. Essas ideias também podem ser inferidas a partir dos textos de Martins, mas para este último, o intelectual tinha o papel do iluminado que iria salvar as massas da ignorância e, em Gullar, os intelectuais deveriam estar entre o povo, fazendo uma arte para o povo e uma acurada crítica de sua estética política e social. Essas ideias de Gullar foram apresentadas no livro *Cultura posta em questão* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965). Observemos que, independente das especificidades de cada ideia, havia uma latente crença de que os problemas da realidade social e política brasileira seriam resolvidos por meio do protagonismo político dos setores populares. Desse modo, essa não era uma característica desse ou daquele movimento social, mas, sim, algo que informou grande parte dos projetos políticos-culturais em meados do século XX. Para mais informações sugerimos a obra: RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*. Op. cit.

¹¹⁰ Cf. Resoluções do I Seminário Centro Norte de Alfabetização. APGC.

¹¹¹ As ideias sobre folclore aqui apresentadas foram elaboradas pelo prof. Florival Seraine, da Comissão Cearense de Folclore. Registradas em documento da Comissão Nacional de Folclore do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura – IBCEC. Ibccc / Cnf 1/ Doc. 465, de 02/05/1961.

sobre como o folclore se concreta objetivamente. Ao estabelecer esses fundamentos, buscamos localizar as determinantes da concepção de cultura popular desenvolvida pela intelectualidade que militou naquele movimento.

Havia, por parte de Seraine, uma preocupação em situar suas concepções teóricas no tempo e no espaço. Era no próprio meio ambiente nordestino que o autor buscava os exemplos para alicerçar sua argumentação. Desse modo, revisitamos um dos exemplos utilizados pelo autor para traçarmos os diálogos travados entre a visão acerca do popular encampada pelos folcloristas e a concebida pelos intelectuais do MCP.

Ilustra Seraine: em certas áreas do litoral nordestino, onde os indígenas se estabeleceram por um maior período de tempo, são encontrados alguns objetos de pedra polida que surgem em escavações de poços, ou trazidos à superfície pelos fortes ventos do litoral. Quando perguntado aos moradores não letrados de aldeias rurais sobre aquele artefato, estes vão chamá-lo de “pedra de raio”, denominação oriunda das crenças populares que supunham que o artefato havia caído do céu com algum raio. Um número reduzido de camponeses, até algumas vintenas de anos atrás, reconhecia naquele artefato um machado de pedra polida típico da cultura indígena que ali permaneceu desde tempos idos.

Esse mesmo artefato, de acordo com a argumentação do autor, colocado na presença de uma pessoa detentora de conhecimento científico, ela rapidamente o considerará um “objeto cultural”, um artefato arqueológico fabricado por antigos povos aborígenes, e nunca pelos aldeões onde o mesmo foi encontrado. O folclorista¹¹² ainda acrescenta que o referido artefato nas áreas mais heterogêneas culturalmente, como os grandes centros, será reconhecido como um fragmento de pedra especializadamente brunida, mas cujo significado não se percebe de imediato.

Contudo, os não letrados e aquelas pessoas que não percebem o significado do artefato de imediato estão suscetíveis a receber dois esclarecimentos distintos, os quais transmitirão ao artefato o *sentido cultural* que lhe falta, antes que este tenha recebido uma significação por explicação, ou até mesmo uma definição por conhecimento de sua função. O primeiro, esclarece o teórico, habita a crença popular e encontra-se amplamente compartilhado na coletividade rural. O segundo, por sua vez, afirma-se no conhecimento transmitido pela ciência.

¹¹² Cf. Rodolfo Vilhena, os folcloristas foram os primeiros a formularem um discurso sistêmico sobre a “Cultura Popular”. VILHENA, Rodolfo. *Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 30.

Ele ainda acrescenta que, nas sociedades em que a tradição escrita é hegemônica, os extratos sociais em que a modalidade do saber é o vulgar são tidos como “socioculturalmente inferiores”, pois entre seus integrantes a explicação científica dos objetos não é regularmente alcançada. É entre essas pessoas que se estabelece o domínio do folclórico. Entretanto, integrar um ou outro desses extratos não impede o indivíduo de tomar conhecimento e de incorporar ideias difundidas pela camada social da qual ele não faz parte.

Conceber a sociedade em classes, ou dividi-la em extratos sociais não é fator preponderante da conceituação do folclórico. Sua caracterização é feita com base na qualidade do saber “não influenciado diretamente pelos círculos eruditos e instituições que se dedicam à renovação e conservação do patrimônio científico e artístico humano ou a uma fixação de uma orientação religiosa ou filosófica”¹¹³.

Desse modo, ambas as formas de conhecimento – a vulgar e a científica – apenas encontram significações bem compartimentadas nas sociedades que conseguiram obter certo grau de desenvolvimento cultural. Naquelas, por exemplo, onde não há uma tradição escrita é impossível estabelecer essa diferenciação. Mesmo que se leve em consideração a distinção de especialidades ou de classes sociais, pois, nesse contexto, as formas de conhecimento difundidas não alcançam a esfera da cientificidade.

Encontrado preponderantemente nas camadas populares das sociedades, o “saber do vulgo”¹¹⁴, conforme exposto acima, só adquire essa significação ao entrar em contato com as manifestações culturais reveladas pelos povos grafados. Quando se fala sobre o “saber do vulgo”, algo precisa ficar claro para o leitor. O teórico evidencia que esse tipo de conhecimento não se fundamenta em um “saber racional, metódico, e suas projeções na conduta humana”, mas sim, no “acervo de crenças e conhecimentos empíricos, de atos e práticas deles decorrentes, que dão forma e sentido à cultura popular”¹¹⁵.

Assim, a separação dos dois campos do conhecimento foi uma construção empreendida pela intelectualidade, cujo objetivo consistia em criar uma “abstração metodológica” que pudesse conduzir as apreciações acerca do “saber cultural”. Dito isso, gostaríamos de destacar nessas ideias o que nos parece sintomático para a compreensão dos imperativos dos intelectuais que estruturam suas análises acerca do popular a partir dessas

¹¹³ “Carta do Folclore Brasileiro” – Doc. 235, de 04/10/1957 – Comissão Nacional de Folclore do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura. Apud Documento da Comissão Nacional de Folclore do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura – IBECC. Ibicc / Cnf 1/ Doc. 465, de 02/05/1961.

¹¹⁴ Definição dada por Seraine fundamentada no conceito Folklore, ou, mais didaticamente, folk (vulgo) lore (saber).

¹¹⁵ Para saber mais sobre o desenvolvimento que essa área de estudo alcançou em fins da década de 1950, bem como a influência que exerceu na intelectualidade de meados do séc. XX, ver a obra: VILHENA, R. *Op. cit.*, p. 21-37.

concepções. Interessa-nos sublinhar os preconceitos acerca da cultura popular enredados por essa perspectiva.

A paisagem cultural apresentada por Seraine se estrutura a partir de um cenário cuja principal característica é a hierarquia entre o saber vulgar e o científico. A nosso ver, essa concepção vislumbrava uma incapacidade dos setores populares de se servir da sua própria capacidade crítica. Para ele, bem como para aqueles que concebiam a cultura popular nesses termos, caberia à intelectualidade ilustrada guiar os setores populares rumo à superação de sua passividade diante de sua própria cultura.

Parece-nos distintivo que, para os adeptos dessa perspectiva, era difícil para os setores populares romperem sozinhos os grilhões que os prendiam ao estágio que os folcloristas entendiam como inferior culturalmente. Ao se colocarem nessa posição, os folcloristas admitiam que os setores populares, tomados em conjunto, não tinham as ferramentas intelectuais necessárias para se servirem com segurança de seu próprio conhecimento. Com efeito, cabia aos letrados interpretar e transmitir os sentidos da cultura popular aos próprios populares.

Nessa marcha, os folcloristas decidiam o que era mais ou menos importante para uma compreensão vasta da natureza, da sociedade. Enquanto detentores do conhecimento científico, os folcloristas se viam com o dever de dar conhecimento aos setores populares de suas ideias sobre o que eles concebiam como equivocado nas interpretações empreendidas na ordem do saber vulgar. Exposição que buscava propor a melhor significação acerca da essência das interações sociais. Subjacente a essa postura, havia a crença de que o saber da ordem do vulgar não poderia ser ensinado livremente como melhor lhe parecesse aos populares não letrados, mas, sim, segundo a prescrição do científico e em nome dele.

Dito isso, buscaremos demonstrar em que medida essas ideias foram incorporadas e trabalhadas nos empreendimentos culturais do MCP. Na antinomia política pernambucana – contradições socioeconômicas resultantes da pressão dos setores progressistas daquela sociedade sobre antigas formas de se conceber a política local – interessa-nos localizar a influência das concepções folcloristas de cultura popular no processo de conscientização e politização dos setores populares levado a cabo pela intelectualidade do MCP.

3.3 A cultura popular e o despertar da consciência das massas

A “elevação do nível cultural do povo”, um dos objetivos mais latentes do MCP, foi levada a cabo por meio de educadores/intelectuais qualificados nas causas mais caras aos setores populares¹¹⁶. A Divisão de Pesquisa do MCP – setor de estudos sociológicos dirigido por Paulo Freire – avaliou ser necessário um número indispensável de animadores trabalhando na promoção cultural dos setores populares. Quadros que eram formados no seio do próprio Movimento. No período em que o MCP esteve em atividade, a formação dessas lideranças foi condicionada, sobremaneira, pela conquista da educação popular. Educação cujos pilares fincavam raízes no voluntarismo de compartilhar conhecimento por parte de todos os envolvidos naquela dinâmica.

Aquela experiência, que visava “enfrentar os problemas da universalidade do conhecimento, dentro de uma perspectiva de unidade”¹¹⁷, nos dá preciosas informações para melhor compreender esse trabalho. Subsidiados pelos documentos programáticos do MCP, situamos como condições gerais dessa formação: a contribuição para despertar um estado de confiança nos setores populares, a preocupação candente em saber escutar os testemunhos populares a fim de ressignificá-los, ajudar os populares a compartilhar experiências recíprocas, bem como ajudá-los a melhor utilizar seus próprios conhecimentos.

É nesse sentido que as melhores técnicas foram mobilizadas. Os intelectuais do MCP cumpriram um vasto trabalho de pesquisa e experimentação, no entanto, esse trabalho não foi suficiente para distanciá-los de algumas concepções conservadoras a respeito da cultura popular. Analisemos a ideia central da resolução do I Seminário Centro Norte de Alfabetização:

A elaboração de uma cultura popular poderá vir a ser a síntese do trabalho daqueles que possuem os instrumentos superiores da cultura e daqueles que não podem se apossar desses instrumentos em consequência da nossa atual estrutura. Somente esta interação – cultura e vivência – indicará os caminhos através dos quais a Cultura Popular alcançará seus objetivos¹¹⁸.

Conforme o documento aponta, um conhecimento científico do processo e dos condicionantes do saber popular seria sempre necessário. Por mais que os intelectuais do

¹¹⁶ Estatuto do Movimento de Cultura Popular. p. 1. APGC. Esse consequente objetivo traz consigo uma forte carga ideológica compartilhada pelos intelectuais que militaram naquele movimento. A fim de situar o leitor a partir de um ponto de vista mais teórico, buscaremos demonstrar de que forma aqueles intelectuais progressistas se valeram das concepções conservadoras e elitistas dos folcloristas.

¹¹⁷ Apresentação do Estatuto do Movimento de Cultura Popular. *Op.cit.* APGC.

¹¹⁸ Resolução do I Seminário Centro Norte de Alfabetização. APGC.

Movimento considerassem os testemunhos, os escritos e a vivência cotidiana dos populares indispensáveis na dinâmica educativa levada a cabo pelo MCP, existia uma hierarquia entre o saber vulgar e o científico. Contudo, não se tratava de deixar de lado as ideias dos setores populares acerca da sociedade e da política, mas de compartilhar ou recusar aquilo que portava um interesse particular a todos. Aquilo que revelasse seu sofrimento, sua alegria, suas dificuldades, mas que ao mesmo tempo contribuísse para ascender os populares ao plano da cultura desejada e necessária.

Nesse plano, não era colocado em xeque que os populares tinham um determinado conhecimento, uma experiência, que eles tinham algo a dizer, faltava-lhes, apenas, os meios para se exprimirem. Nessa chave de entendimento, o homem de ofício era tido como aquele cujo trabalho manual lhe fornecia uma maneira *sui generis* de refletir, de ver o mundo. Aquele cuja linguagem habitual para responder aos imperativos da sociedade moderna não se fazia eficaz. Desse modo, parece-nos sintomático que aquela intelectualidade concebia a existência de duas linguagens distintas: a produzida pela vivência cotidiana e a oriunda de um saber especializado, científico.

Para aqueles intelectuais, essas duas linguagens, essas duas formas diferenciadas de ver o mundo, estavam longe de ser a mesma coisa. A rica linguagem da cultura popular, sua maneira de ver e criar significações a partir de suas experiências empíricas deveriam ser vertidas ao domínio do científico. Dito de outra forma, o conhecimento vulgar se revelava, em certa medida, como um entrave de ordem cultural que limitava as ações políticas dos setores populares. Sendo imprescindível, desse modo, a ingerência dos educadores/intelectuais no sentido de conhecer, interpretar e dar vazão aos conhecimentos da ordem das experiências cotidianas.

Embora os populares sentissem mais profundamente as modificações de seu tempo, o intelectual era tido, nesses termos, como quem melhor conhecia as coisas possíveis de serem realizadas. Como os que melhor conheciam o passado, desse modo, como os mais capacitados a dirigir as transformações do presente. Os indispensáveis para conhecer e interpretar as vivências e anseios dos setores populares, como também imprescindíveis por saber o melhor pensamento sociopolítico. De forma mais geral, o conhecimento popular exprimia uma maneira de experiência da vida, de experiência social-histórica, que sem a ingerência dos intelectuais se tornava inócua na batalha pelas transformações social e política empreendidas pelas forças progressistas pernambucanas.

A fim de obtermos uma compreensão mais acurada das formas como essas ideias foram manifestadas nos empreendimentos culturais do MCP, passemos à análise de sua visão

de cultura popular. De que forma o saber científico assumiu uma posição de protagonista em relação ao saber vulgar e como o intelectual foi representado como a voz autorizada de sua época.

3.4 A significação da cultura popular nos festejos populares

Os dois primeiros anos de atividades do MCP – 1960/61 – foram marcados pela valorização das festas populares. Dentro desse plano, três ganharam destaque, a natalina, a carnavalesca e a junina. Em face do espaço que essas manifestações culturais alcançaram no interior do MCP, vamos privilegiá-las nas análises que buscam identificar traços de uma concepção de cultura popular que se coadunava à concebida pelos folcloristas. Pretendemos chegar a esse objetivo por meio da análise dos aspectos formais e funcionais das referidas festividades.

A primeira festa a ser incorporada às políticas culturais do MCP foi a Festa de Natal da cidade do Recife de 1960. Promovida pelo Movimento de Cultura Popular e pela prefeitura da cidade do Recife, com o apoio de comunidades religiosas católicas e protestantes, bem como de várias empresas comerciais¹¹⁹. A festa teve como ponto alto a unidade de vários grupos em prol da realização do evento. Na noite de 24 de dezembro daquele ano, a festividade foi iniciada com a apresentação da Banda de Fuzileiros do 3º Distrito Naval, com participação de uma Banda Naval dos EUA, que passava por Recife naquela data.

Em seguida, começaram as apresentações dos grupos musicais religiosos e as cerimônias litúrgicas. A cargo da preparação do altar, bem como das cerimônias ficaram a JUC, JOC e a JIC, grupos de jovens católicos que desde as primeiras atividades do MCP se fizeram colaboradores. Após uma grande queima de fogos e do repicar dos sinos das igrejas do Recife, às 24h, o arcebispo de Olinda e Recife, dom Carlos Coelho, celebrou a Missa de

¹¹⁹ Grupos religiosos envolvidos na festividade: Coro da Mocidade da Boa Vista, sob a regência de Elza Loureiro; Coral da Mocidade da Igreja Presbiteriana do Recife, sob a regência de José Américo de Lima; Coral Dr. Orlando Vasconcelos da Igreja Presbiteriana da Boa Vista, sob a regência de Hermany Soares; Coral São Pedro Mártir, de Olinda, sob a regência de Otoniel de Lima Mendes; bem como as igrejas: Igreja do Rosário dos Homens Pretos; Igreja da Conceição dos Militares; Igreja de São Pedro dos Clérigos; Igreja do Livramento; Matriz de Santo Antônio; Ordem Carmelitana; Convento de Santo Antônio; e a Basílica Nossa Senhora da Penha. Por sua vez, os estabelecimentos comerciais que apoiaram a festa foram: Cinzano; Companhia Antártica Paulista; Pernambuco Tramways; General Electric; Philips do Brasil; Fogos Caramurú; bem como o Clube dos Diretores Lojistas. Cf. Programa da primeira Festa de Natal da cidade do Recife. APGC.

Natal. O êxito da iniciativa do MCP pôde ser calculado pela expressiva quantidade de pessoas que para o evento afluiu¹²⁰.

Dois elementos nos parecem latentes nessa estrutura. O primeiro, o lúdico-religioso, que desde tempos idos acompanha a festividade natalina, ali representado pelas apresentações dos conjuntos folclóricos natalinos: reisados, pastoris e fandangos. O segundo, o econômico/utilitário, representado pelo apoio das empresas comerciais ao evento. Elementos que nos possibilitam, objetivamente, definir aquela Festa de Natal como lúdico-utilitária.

Dada a falta de registros documentais que nos possibilitem traçar uma acurada análise daquelas manifestações folclóricas, e de como foram apresentadas suas mensagens populares naquela noite de Natal, acentuaremos aqui o aspecto funcional da referida festa, uma vez que

participando, por sua funcionalidade, da cultura de determinada sociedade, o fato folclórico é, por sua natureza, institucionalizado, isto é, integrante de uma estrutura e dum sistema de relações e interações ordenadas a uma função operativa e, sobretudo, regulacional, seja a educação, a religião, o controle dos costumes, seja a recreação, a formação da personalidade, a explicação da natureza e do cosmos.¹²¹

Opção metodológica que, sob essa orientação geral de Thales de Azevedo, nos fornecerá os elementos necessários para compreender a influência das concepções folclóricas nas ações empreendidas pelo MCP. Nesse plano, interessa-nos demonstrar a incorporação de novos “saberes culturais” decorrentes da “cientifização da cultura” à função originária da Festa de Natal.

A esse respeito, analisemos o texto-convite assinado pelo então prefeito da cidade do Recife, Miguel Arraes.

Em cada mil crianças que nascem no Recife, uma centena já nasce morta, e mais de duzentas das que sobrevivem morrem com menos de um ano. A ignorância, o desemprego, a doença e a fome, que dragam o Recife, são responsáveis imediatos pelo crime, mas a sua causa mais profunda finca as suas raízes na organização econômica e social injusta, em que vivemos.

Notemos como o contexto político-social dos anos 1960 foi incorporado e trabalhado na primeira parte do texto. Gostaríamos de chamar a atenção do leitor para dois

¹²⁰ Cf. Esboço do primeiro boletim do MCP. p.3. APGC. Parte dessas informações podem ser encontradas, também, em: COELHO, Germano. *MCP: História do Movimento de Cultura Popular*. Recife: Ed. do Autor, 2012.

¹²¹ AZEVEDO, Thales de. *Ensaio de antropologia social*. Salvador: Universidade da Bahia, 1959.

aspectos distintos, porém, oriundos de uma mesma perspectiva acerca do popular. O primeiro é que o referido texto foi construído em primeira pessoa, o que colocava o governo da cidade do Recife como parte integrante dos setores populares. Apesar dessa incoerência – uma determinada elite abastada se ver como vítima das injustiças sociais – o discurso de Miguel Arraes no texto-convite nutria a intenção de criar uma coesão não espontânea, uma solidariedade entre os grupos – governo e população pobre.

A construção do vínculo entre governo e a parcela mais miserável da população do Recife, a nosso ver, é apenas parte de um duplo processo de identificação que envolvia a coesão entre povo e governo, mas também entre ambos e a figura mítica de Jesus Cristo, oportunamente evocada em função do festejo natalino.

O menino, cujo nascimento em Belém, há quase dois mil anos, o Recife todo festeja, não teve casa para nascer, nem mesmo mocambo. Nasceu numa cocheira, entre os animais, pobre entre os mais pobres. O seu grito de justiça ainda hoje ecoa, no Recife, e em torno de sua mensagem todos os homens de boa vontade se unem para a renovação da face da terra¹²².

Vemos, como segundo aspecto, que a mensagem procurava assemelhar e reconhecer o que há de divino no grito de dor dos humildes. Daqueles que já nasceram órfãos de um sistema político-social justo. Mas não só isso, a mensagem legava aos homens de “boa vontade” a perspicácia de ver naquele grito, um brado de esperança. Um pedido de socorro que seria atendido prontamente. Perspectiva que admitia os setores populares como marginais no que concerne ao exame de sua cultura tanto material quanto espiritual.

Nesse sentido, para os intelectuais do MCP, não se tratava de um simples festejo natalino, mas, sim, da festa de uma cidade proletária, da cidade cuja característica mais latente eram as contradições sociais. Da cidade que o poeta João Cabral de Melo Neto retratou como “metade podre, que com lama podre se edifica.” “Cidade sem nome sob capital tão conhecida”. “Cidade sem ruas e sem casas que se diga”¹²³. Onde os intelectuais se uniam, em uma só esperança, a de transformar aquela realidade em uma sociedade justa e digna para todos.

Desse ângulo, não se pode apresentar separação entre as concepções desenvolvidas por Seraine e a exposta por Arraes, no seu texto-convite. Dado que, tanto em

¹²² Texto citado na obra: COELHO, Germano. *MCP. Op. cit.*, p. 90-91.

¹²³ NETO, João Cabral. As duas cidades. In: *O Rio: ou, Relação da viagem que fez o Capibaribe de sua nascente a cidade do Recife*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, Serviços de Comemorações Culturais, 1954.

uma quanto em outra, o complexo cultural é tido como um “sistema integral”¹²⁴ em que “todo comportamento possui uma significação, todo ato representa uma função e todo objeto tem seu lugar e sua utilidade”¹²⁵, cujos elementos ganham uma determinada representatividade a partir da ingerência ativa da intelectualidade.

É dentro dessa dinâmica cultural, que se estabelece a primeira Festa de Natal da cidade do Recife, iniciativa que ampliou a política cultural do MCP. Essa nova perspectiva – valorizar e explorar o conteúdo cultural e popular dos festejos de rua – foi seguida pela institucionalização não só da referida festa natalina, como também dos festejos carnavalescos e juninos. Política cultural que ganha ainda mais densidade a partir de 1961, quando Germano Coelho assume concomitante à presidência do MCP a diretoria do Departamento de Documentação e Cultura da PMR.

Na esteira desse esforço, que visava coordenar o trabalho de instituições congêneres a fim de poupar recursos materiais e humanos, bem como multiplicar os frutos das ações culturais levadas a cabo pela prefeitura, é concebido o carnaval da cidade do Recife de 1961. Empreendimento que trouxe à tona a preocupação dos intelectuais do MCP de entender aquele festejo como um “fenômeno sociopsicológico”. Perspectiva que, na ótica dos militantes do Movimento, era movida pelo interesse “de dar às grandes festas populares do Nordeste e, particularmente, de Pernambuco, sua versão certa”¹²⁶.

O carnaval daquele ano foi caracterizado não só pelo brilhantismo e animação das manifestações populares, mas também pela expressiva afluência de turistas convidados pela municipalidade ou vindos por iniciativa própria. Intelectuais, poetas, escritores e artistas nacionais acorreram ao Recife a fim de prestigiar a festa de momo da capital pernambucana. Os pontos altos da festa foram o I Baile Municipal da cidade do Recife, realizado nos salões do Clube Internacional do Recife, na noite de sexta-feira da semana pré-carnavalesca, e o Baile dos Artistas, realizado no Teatro do Parque. A colaboração do MCP para o êxito da festividade se deu por meio da colaboração de sua equipe de estudantes, bem como pela

¹²⁴ Aqui, procuramos ressignificar o conceito de “sistema integral”, com base na perspectiva de cultura dos intelectuais do MCP. Mas, na clássica definição da Antropologia Cultural, a “integração” é conceber a cultura como um todo em que os fatos culturais são olhados em todos os níveis de desenvolvimento. Ou seja, pelo papel que desempenham no sistema integral da cultura e como eles estão conectados. Ver a respeito da definição clássica: WILLIAMS, *Op. cit.*, 1992; MALINOWSKI, B. *Uma teoria científica da cultura*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

¹²⁵ Documento da Comissão Nacional de Folclore do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura – IBEEC. *Op. cit.*

¹²⁶ Documento: Dois flashes do carnaval pernambucano (1861-1961). APGC.

participação de seus artistas. Trabalho realizado em parceria com o Departamento de Documentação e Cultura e com outros departamentos da prefeitura da cidade do Recife¹²⁷.

Interessa-nos, aqui, demonstrar ao leitor que a principal característica que se apontava como distintiva do carnaval recifense – fenômeno sociopsicológico – encontrava-se, fundamentalmente, pautada pelo folclore. Buscaremos trazer à tona o peso que o modo de difusão do conhecimento indutivo e empírico teve para a “visão acertada” dos intelectuais do MCP acerca do carnaval do Recife. Dito de outra forma, observaremos a ênfase dada, pelos intelectuais do MCP, à transmissibilidade de geração a geração do fato cultural, no caso em questão, da tradição carnavalesca da cidade do Recife.

Assim, lograremos a explicação de como a perspectiva sociopsicológica se revela para os intelectuais do MCP, bem como de que modo esse ponto de vista se fundamentava em bases folclóricas, a partir da análise da pesquisa realizada pelos intelectuais do Movimento acerca do carnaval pernambucano. Dessa pesquisa, foram retirados os dados essenciais para o folheto de divulgação distribuído durante o carnaval de 1961, para a palestra ministrada sobre o carnaval na III Semana Estudantil de Cultura Popular, bem como para os textos para uma Antologia do Carnaval Pernambucano.

Desse modo, trata-se de um testemunho balizado daquilo que poderíamos chamar de filtro ideológico, uma vez que ela opera os significantes mobilizados pelos intelectuais do MCP para explicar aquela festividade. Dito isso, revisitaremos duas representações que a intelectualidade do MCP elegeu como significativas para entender essa festividade como um “fenômeno sociopsicológico”.

A primeira nos informa que, durante o século XIX, a principal característica do carnaval pernambucano estava na ênfase dada aos valores culturais importados da Europa. Cavalhadas, por exemplo, retratavam os intelectuais, eram os principais eventos do carnaval de rua daquele estado. Essa atração contava com a participação de rapazes e senhores da sociedade que, montados em cavalos, percorriam as ruas procurando acertar com suas lanças as argolas dependuradas ao longo do percurso¹²⁸.

A brincadeira era coroada pela tradição de os vencedores entregarem as argolas, ainda em suas lanças, às senhoras que desejavam cortejar ou simplesmente homenagear. Em contrapartida a essa ação, recebiam prendas de suas eleitas. Outra particularidade desse evento era o cerimonial. Homens tocando clarins se antecipavam pelas ruas do centro do

¹²⁷ Cf. documento manuscrito por Germano Coelho sobre o carnaval de 1961. APGC.

¹²⁸ As informações aqui apresentadas sobre a formação e desenvolvimento do carnaval pernambucano são oriundas do documento: Dois flashes do carnaval pernambucano (1861-1961). *Op. cit.*

Recife anunciando a aproximação dos participantes, que, logo em seguida, desfilavam com suas lanças até o local da realização da partida. As mais importantes cavalhadas da época aconteceram na Rua do Imperador e na Rua da Praia.

Maior interesse por outras formas de divertimento só surge a partir dos anos 1870. Maracatus e mascaradas dão novo tom ao carnaval pernambucano. As fantasias eram mais requintadas com a utilização de lantejoulas, fivelas de vários tipos, bem como cabeleiras postiças. Os desfiles em direção aos bailes carnavalescos acompanhados por foliões, os “mascaras”, tornavam-se mais frequentes. As famílias decoravam suas ruas e as fachadas de suas casas visando atrair as agremiações que floresciam rapidamente naqueles anos. Nesse momento, mudavam-se as características do carnaval de rua daquele estado.

Nos clubes, o carnaval não consistia apenas em bailes. Outras formas de diversão também eram apresentadas aos foliões. Atrações como o “gabinete óptico”, onde eram apresentadas paisagem de cidades europeias, bem como espetáculos de artistas variados eram práticas recorrentes. Era comum que esses bailes apresentassem músicas carnavalescas oriundas de polcas, valsas, operetas e até quadrilhas. Os principais salões de bailes do Recife eram o do Cassino Popular, o do Teatro Santa Isabel, e do Teatro Santo Antônio. Esses bailes procuravam instigar a população de várias formas. Observemos uma delas:

Alerta, rapaziada,

Vai haver satisfação

Os quatro ventos da terra

Já anunciam a função

Quatro noites deslumbrantes

Quatro noites do demônio

Quatro bailes mascarados

Nos salões do Santo Antônio (...).¹²⁹

Diferentemente do carnaval de rua que, à época, já passara por modificações quanto à receptividade de influências estrangeiras, as manifestações carnavalescas em clubes permaneciam sob o padrão hegemônico da cultura europeia. Suas decorações giravam em

¹²⁹ Cf. Documento: Dois flashes do carnaval pernambucano (1861-1961). *Op.cit.*

torno de temas europeus: Paris, Veneza, Londres, Roma, representações das vitórias de Napoleão, tudo que remetesse ao velho continente era tema para ornamentar as entradas dos clubes e teatros pernambucanos, em fins do século XIX.

Nesse contexto, a particularidade apontada pelos intelectuais do MCP como distintiva desse período em tela, foi o início da mudança de postura quanto à receptividade do modelo europeu de cultura. A sociedade recifense começava a imprimir uma tímida crítica às práticas cotidianas nacionais. Alguns elementos culturais tipicamente europeus passaram a ser rejeitados pelos foliões recifenses. A apresentação de touradas, com toureiros espanhóis, foi, conforme os intelectuais do Movimento, recebida com desagrado pela população pernambucana da época. Esse fato já demonstrava uma tímida mudança de postura que ao longo dos anos foi acentuando a perda de influências das manifestações tipicamente europeias em território nacional.

O segundo exemplo versa sobre as características do carnaval pernambucano nas primeiras décadas do século XX. Nesse período, segundo o olhar dos intelectuais do MCP, o carnaval era concebido como um “tríduo de inconsciência, de fraternidade e de emoções francas”. Para eles, o muro da censura estava sendo abalado e a máscara de veludo estava substituindo a máscara do faz de contas do dia-a-dia. Ou seja, a crítica às relações cotidianas nacionais estava logrando uma posição central nas manifestações culturais. Posicionamento observado desde fins do século XIX, mas que, naquele momento, assumira um papel mais significativo.

Os sinais de uma nova postura da sociedade recifense quanto a suas práticas culturais poderiam ser verificados de diversas formas. Elenquemos algumas: na música, por exemplo, o estilo clássico dos carnavais antigos já não tinha tanto espaço como outrora. O frevo e o samba, ritmos tipicamente brasileiros, começavam a ocupar lugar em detrimento dos tangos, fados, valsas e outros ritmos de origem estrangeira. Essa mudança ocorria ao passo da maior participação de troças, blocos e maracatus, agremiações que ao longo dos primeiros vinte anos do século XX ganharam mais representatividade no carnaval pernambucano do que expressões artísticas europeias.

As decorações, por sua vez, antes fruto do empenho isolado de alguns grupos, passaram a ser, no início do século XX, tarefa de comissões previamente designadas. O trabalho era incentivado por concessões de prêmios às ruas que tivessem melhores decorações. Iniciativa que levou os moradores e comerciantes da cidade do Recife a enfeitar suas casas e estabelecimentos comerciais. Outro elemento que se destaca nessa conjuntura é o papel desempenhado pela imprensa, cuja função era estimular os moradores e comerciantes a

enfeitar suas fachadas. A participação ativa desse influente meio de comunicação nesse processo denota a colaboração orgânica que havia, à época, no sentido de modernizar essa manifestação cultural, distanciando-se de padrões europeus.

Outra característica desse período foi a utilização de automóveis para estruturar os carros alegóricos. Os antigos carros de tração animal não eram mais vistos pelas ruas do Recife exercendo essa função. Tudo o que houvesse de mais moderno era utilizado para fomentar agudas críticas aos costumes sociais e políticos daqueles anos. A dinâmica cultural imprimida, a partir dali, não visava tão somente ao divertimento, mas cumpria, também, uma missão histórica, a de remodelar a sociedade brasileira a partir da crítica interna dos seus valores.

Por outro lado, essas inovações coexistiram com expressões culturais que se conservaram ao longo dos anos. Isto é, carnavais de crítica aos costumes, mas também de pastoris, bumba meu boi e fandangos. De inovações estéticas nas ruas, mas de imitações artificiais nos bailes privados. Não existiu, nesses termos, sobreposição entre as práticas culturais, mas sim, ressignificações dessas mesmas práticas a partir do julgamento da realidade e das informações contidas em jornais e livros.

Desse ângulo, o que pretendemos destacar é que, para os intelectuais do MCP, aquele fenômeno foi marcado por um processo acumulativo de experiências. Ou seja, um fenômeno cujas bases se assentavam na incorporação de uma herança, de um legado às condições objetivas da realidade social que se apresentava à época. Tendências psicológicas que se configuravam, para essa perspectiva, como o último significante dos elementos formais da estrutura cultural brasileira. Dessa forma, qualquer fator que tenha vindo a contribuir para a perda de uma determinada atração pelo modelo europeu de cultura, só potencializou um movimento que já estava em marcha na sociedade brasileira. Para aquele grupo de intelectuais, a dinâmica por meio da qual se descortinava um misto de conservantismo e mudança nas práticas culturais era uma realidade da qual não se podia fugir. Eram ocorrências que se achavam inerentes a fatores ambientais, psicológicos e históricos. Assertiva fundamentada no pressuposto de que o homem é herdeiro, criador e transmissor de cultura.

Contudo, esclarecemos ao leitor que para receber o sinete de folclórico não há necessidade de o fenômeno cultural ser oriundo sempre do passado, da tradição. Ajustando-se a configurações culturais preexistentes, inovações introduzidas à dinâmica carnavalesca por meio de difusão ou de criação de novos elementos culturais também se configuram como folclóricas. Nesse caso, ao valorizar as tendências psicológicas do fenômeno que buscaram “dar a interpretação correta”, os intelectuais do MCP fundamentaram suas análises em

pressupostos de bases folcloristas, uma vez que consideraram o caráter acumulativo da cultura como um fenômeno psicocultural. Conceito cujas origens se estabelecem no domínio das concepções folclóricas¹³⁰.

Sendo assim, os intelectuais do MCP tinham como prerrogativa: compreender o sentido da formação do carnaval pernambucano – os elementos que a originaram e a desenvolveram, bem como o que resultou dessa dinâmica – para, a partir desse entendimento, formular suas políticas culturais carnavalescas. Dessa forma, reforçamos ao leitor a compreensão da cultura brasileira, manifestada nos escritos dos intelectuais do Movimento, como fruto da capacidade de os indivíduos absorverem e ressignificarem o que recebem. O que, por sua vez, legava às políticas culturais, por eles desencadeadas, a tarefa de ingerir nas práticas sociais cotidianas, tal como ocorreu no carnaval de 1961 da cidade do Recife.

A fim de atingirmos o objetivo colimado passemos a analisar a I Festa de São João da cidade do Recife, realizada em junho de 1961. Organizada pelo MCP com o apoio do Departamento de Documentação e Cultura da PMR, a programação que se seguiu de 23 a 28 de junho daquele ano era a continuidade do projeto que havia se iniciado com o festejo natalino de 1960. Para os intelectuais do MCP, o objetivo maior daquela festa junina era reestabelecer e valorizar as melhores tradições do São João. E nessa linha de ação encamparam: exposições de cirandas, violeiros, repentistas, coco de roda, bacamarteiros, cantadores e desfiles de clubes inscritos no concurso de quadrilha. Apresentações levadas a cabo sempre no Sítio da Trindade, sede do Movimento de Cultura Popular.

A aparente simplicidade do objetivo da festa guardava suas especificidades. Na ótica dos dirigentes do MCP, havia um declínio progressivo das originárias eficácias das manifestações culturais tipicamente nordestinas. Seja pela absorção, por parte dos setores populares, de formas culturais oriundas da “cientifização do saber cultural”, seja pela introdução de saberes oriundos de fontes sociais diferentes da realidade encontrada no nordeste brasileiro. Sendo assim, interessa-nos aqui demonstrar como essa preocupação dos dirigentes do MCP dialogava com as concepções folcloristas de cultura.

Para esse fim, analisemos o programa da festa em questão:

O Departamento de Documentação e Cultura, com o mesmo espírito com que realizou a I Festa de Natal da cidade do Recife, enriquece hoje o calendário turístico da cidade, promovendo a I Festa de São João da Cidade do Recife, em colaboração com o Movimento de Cultura Popular. Trata-se de um esforço que visa à valorização dos festejos juninos, em declínio

¹³⁰ Ver a respeito dessa perspectiva: DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *Etnias e Cultura no Brasil*. Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura (Série: Vidas brasileiras), 1956.

progressivo de ano para ano e, cada vez mais acentuadamente, perdendo o seu conteúdo popular. **O São João do Recife, que já foi uma das festas mais típicas do seu povo, tornou-se hoje em dia apenas uma referência no calendário mundano dos clubes sociais. Os arraiais, coco, cirandas, desafios, bandeiras, adivinhações e danças folclóricas foram desaparecendo gradativamente, substituídos por um caipirismo artificioso, vazio de conteúdo humano e sem nenhuma autenticidade. É esse processo de descaracterização que pretendemos corrigir[...]**¹³¹.

Os três últimos períodos desse extrato do programa são representativos acerca da influência exercida por concepções folclóricas sobre a intelectualidade do MCP. Neles, podemos observar um latente desejo de se criar uma tipologia dos modos de saber e de valorá-los comparativamente. Aquilo que os folcloristas denominaram de “abstração metodológica”, construção científica que visava conduzir o curso das análises acerca da cultura popular. Distintivo também desse extrato de texto é a ênfase dada ao processo que, na ótica daqueles intelectuais, vinha ocorrendo na órbita da cultura popular. Parece-nos sintomático que ao referenciar a desintegração das manifestações folclóricas em solo pernambucano havia uma preocupação subjacente de quebra dos elementos que ligavam as manifestações folclóricas do presente ao seu passado de outrora. Assim sendo, os intelectuais do MCP alicerçaram suas análises acerca das mudanças culturais dos setores populares em pressupostos conceituais dos folcloristas.

Continuava o programa em sua parte final:

João, o povo, na noite imensa, festeja a ti. Há fogueiras e amores e bebedeiras, mas eu não irei a festa nenhuma. Amanhã, João, esse povo continuará na vida. Por que o distrais assim com teus fogos, João? Amanhã, os pobres estarão mais pobres e os ricos os esmagarão, e muitos homens irão clamar nas cadeias, como tu clamavas. João, amanhã outra vez a miséria dos donos da vida continuará deturpando a beleza da vida; as moças suburbanas irão perder a beleza no trabalho escravo; as crianças continuarão a crescer, magras e ignorantes; o suor dos homens será explorado. João, João, inútil João; o povo está gemendo, as metralhadoras se viram para os peitos populares. Ninguém dividiu as túnicas, nem os pães, como tu mandaste, João, inútil João¹³².

A propósito dessa última parte, acentuamos as marcas históricas e sociopsicológicas subjacentes ao texto. Aspectos que, dentre outras especificidades já apontadas quando da análise dos festejos populares anteriores, demonstram a folclorização do complexo cultural na medida em que o olhar sobre a cultura ganha contornos funcionais.

¹³¹ Grifo do autor.

¹³² Programa da I Festa de São João da Cidade do Recife. APMC. O trecho citado no referido programa é uma crônica de autoria de Rubem Braga intitulada: VÉSPERA DE S. JOÃO NO RECIFE.

Embora nossa assertiva tenha uma estrutura interna consequente, lembramos ao leitor que o caráter da funcionalidade não existia só em relação à cultura popular, mas era uma prática exercida pelos intelectuais do MCP em todos os domínios da cultura. Nesse plano, cumpre destacar, com efeito, que o folclore ou cultura popular, para aqueles intelectuais, era mais um dos vários elementos da cultura, tratava-se, mais enfaticamente, de um setor da cultura, portanto, a própria cultura.

Assim, é na interpretação dada ao folclore que residem os valores mais significativos que buscamos explorar e nela é que se revela a conexão lógica entre as concepções formuladas e levadas a cabo pelos intelectuais do MCP e as concepções teóricas apresentadas no início deste capítulo.

3.5 Educação sob o signo da cultura popular

Em 1960, no Brasil, uma das mazelas mais candentes era o analfabetismo. Estimava-se que naquele ano cerca de 33 milhões de brasileiros acima de 11 anos não sabiam ler e escrever. Desse contingente, 16 milhões eram maiores de 18 anos. Considerando o número de votantes que acorreram às urnas para a eleição presidencial daquele ano, 12,5 milhões de pessoas, tinham-se, à época, menos eleitores que o número de indivíduos impedidos de votar¹³³. Ao confrontar esses dados com a emergência dos vários Movimentos de Alfabetização que surgiram nessa década – MCP, CPC, MEB e CEPLAR – temos elementos para asseverar a natureza política do empreendimento que visou alfabetizar os setores populares, mesmo levando em conta que o caráter político do processo não esgota a sua compreensão.

Nesse sentido, a tarefa que o MCP tomou a si era mais que um esforço humanitário. Na batalha contra o subdesenvolvimento, a miséria, a fome, pelas reformas de base, seus objetivos eram: enrijecer os laços da aliança estado-intelectual-povo; tomar conhecimento da realidade brasileira por meio da vivência particularizada de cada analfabeto e criar condições, a partir dessa experiência, para o avanço da capacidade crítica dos setores populares com relação a seu sofrimento. Nesse plano, interessa-nos apresentar ao leitor, em termos da discussão desenvolvida nos itens anteriores, a visão dos intelectuais desse Movimento acerca da educação popular.

¹³³ Cf. Números apresentados no projeto da campanha de alfabetização de adultos da UNE. APGC.

Como ponto de partida para o fim almejado, passemos a entender como os intelectuais do Movimento enxergavam a educação no contexto sociopolítico dos anos 1960. Para eles, pensar a educação era refletir também sobre o lugar que os indivíduos ocupavam na dinâmica das relações sociais de produção. Interessava-lhes compreender e modificar a posição dos não letrados no mundo moderno. Ou seja, sua posição em face dos desequilíbrios apresentados pela relação entre agricultura / indústria, produção / distribuição, campo / cidade e setores populares / burguesia. Desse modo, tratava-se, em suma, de pensar o analfabetismo como consequência das relações de força que se estabeleceram historicamente no seio da sociedade pernambucana¹³⁴. O que, por sua vez, concebia a educação como parte integrante das relações sociais.

Desse modo, para uma sociedade como a dos anos 1960, em que homens e mulheres se dividiam, fundamentalmente, em duas classes – os detentores dos meios de produção e aqueles que dispunham da força de trabalho para sobreviver – a educação era pensada como um elemento que tanto poderia servir para a conservação da ordem vigente, como para revolucioná-la a favor dos menos favorecidos naquela dinâmica social.

Em reflexão, 22 anos após o abrupto fechamento do MCP, Paulo Rosas, um dos dirigentes do Movimento, relatou:

É quase um lugar-comum, em certos textos críticos, afirmar-se que a educação, no curso da História, tem sido um poderoso instrumento de fortalecimento das estruturas e valores estabelecidos pelas classes dominantes. Talvez por isso mesmo, por conhecerem seu poder, tanto maior quanto sirva, contraditoriamente, à propaganda e ao proselitismo, as classes dominantes a temem. E, porque a temem, controlam-na. Sim, porque a educação pode ser tão poderoso instrumento de conservação das estruturas e valores, quanto de seu questionamento e reforma. E, se ela for coerente com os anseios que tão freqüentemente entre nós professa, de objetivar o desenvolvimento pleno das potencialidades da pessoa, terá uma inevitável vocação dialética - no sentido lógico do termo - mesmo autoquestionadora, quase "autofágica". Será, obrigatoriamente, anticonservadora¹³⁵.

Para ele e para os demais militantes do MCP, diante dessa permanente contradição – característica típica de uma sociedade de classes – fazia-se necessário desenvolver instrumentos educacionais capazes de reformar as estruturas sociais vigentes à época. Havia um ideal de que a revolução se concretizaria lentamente, na medida em que

¹³⁴ Para uma visão mais pormenorizada acerca da compreensão do contexto no qual surgiu o maior surto de movimentos educacionais no Brasil, ver: KREUTZ, Lúcio. Os Movimentos de Educação Popular no Brasil 1961-64. 1979. 121 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia da Educação) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1979.

¹³⁵ ROSAS, Paulo. Depoimento. In: Memorial do MCP. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1986, p. 19-36.

homens e mulheres analfabetos potencializassem sua voz política por meio do processo educativo. Não se visava, pois, realizar as modificações necessárias àquela sociedade por meio do derramamento de sangue, mas, sim, por um longo trabalho em etapas que utilizasse a experimentação metódica de novas formas educativas não como fim, mas como o começo do trabalho que deveria culminar na conscientização política dos marginalizados daquela dinâmica opressora.

Tratava-se, desse modo, de entender a educação como um sistema voltado para solucionar os problemas com que se defrontava a sociedade e também como leitura conscientizadora de mundo, sobretudo por parte do adulto analfabeto. É nesse sentido, e levando em consideração que os problemas mais cadentes dos anos 1960 atingiam com mais força os setores populares, que o sistema de educação do MCP se estruturou a partir de estudos sistemáticos sobre os complexos culturais populares. Pautando, com efeito, sua forma pelo regionalismo e seu conteúdo pelo nacionalismo. Essa perspectiva tinha um ideal de educação para o desenvolvimento, porém, o que os intelectuais do MCP propunham como desenvolvimento era o progresso material, cultural e espiritual, cujo objetivo visava à supressão da exploração dos homens pelos próprios homens.

É a partir desses postulados doutrinários que o MCP tratava de planejar a reestruturação de novos quadros de vida e trabalho, de acordo com um sistema próprio, uma espécie de arcabouço da revolução social. Desse modo, a luta para facilitar o acesso de crianças, homens e mulheres à educação básica, à formação cultural, à formação cívica e social buscava contribuir para participação direta dessas próprias pessoas na resolução dos problemas que as afligiam. Para eles, a revolução que, à época, vários setores da sociedade almejavam deveria ser pensada e executada a partir de baixo, a partir de um trabalho conjunto com os setores populares.

A execução desse plano era previamente regulada por uma tática de ação que consistia na criação de núcleos populares de cultura que pudessem mediar a relação dos intelectuais com os setores populares. As principais lideranças do MCP concebiam esses núcleos como organismos facilitadores às exigências formativas da população periférica da cidade do Recife. Os núcleos eram pensados como espaços em que os setores populares poderiam adquirir as primeiras noções da alfabetização. Ter o primeiro contato com práticas culturais, pesquisas e esportes voltados ao processo educativo. Esforço que pretendia, de um lado, valorizar a cultura popular como eixo para uma educação crítica e, de outro, colocar a educação no circuito normal da vida das pessoas que não tinham acesso a ela.

A complexidade das tarefas que iam da alfabetização a experimentos culturais, de trabalhos artesanais a técnicas profissionalizantes, demandava dos intelectuais do MCP acurados conhecimentos acerca da cultura popular, já que havia entre eles a preocupação de elaborar essas práticas educativas com e a partir dos valores fundamentais das classes populares. Na medida em que os preceitos educativos do MCP se alicerçavam a partir das experiências e vivências dos não letrados, interessa-nos demonstrar que a perspectiva que informou seu conceito de educação popular refletia as concepções acerca da cultura popular elaborada pelos folcloristas.

Analisemos alguns conceitos e metas da ação educativa:

Tem como finalidade trazer à tona os valores do povo e suas necessidades ainda latentes e bloqueadas.

Se propõe a elaborar cultura popular, que nascida dos anseios do povo, busca sua libertação enquanto pelo dominado (através da politização e organização) e, enquanto na relação homem sociedade possibilita que tal diálogo se faça, não em termos de dominação, mas em termos de comunicação e reconhecimento (através da conscientização)¹³⁶.

Embora as metas a serem alcançadas tivessem um caráter multiforme, o empreendimento almejava, ao fim e ao cabo, preparar e assegurar a transição dos setores populares de uma fase desumanizada, em que eles eram vistos como objetos, para uma fase mais humanizada, na qual passariam a ser enxergados como sujeitos detentores de todas as suas liberdades democráticas. Para os intelectuais do MCP, na medida em que se colocavam a tarefa de assegurar a promoção de indivíduos ao plano de cidadãos conscientes, promoviam, ao mesmo tempo, uma nova ordem de relações sociais.

À primeira vista, essas ações nada se correlacionavam aos pressupostos folcloristas apresentados nos itens anteriores. Mas, ao igualar a alfabetização aos outros instrumentos de cultura popular – teatro, música, artes plásticas, festas populares, praças de cultura etc. – os intelectuais do MCP estavam concebendo a educação, também, sob o signo das interpretações dos folcloristas acerca da cultura popular. Essa nossa assertiva se fundamenta na definição dada pelos intelectuais do Movimento aos objetivos de um movimento de cultura popular.

O objetivo de um movimento de cultura popular é o da utilização de todos os instrumentos culturais existentes, desde os mais primitivos aos mais refinados, para desenvolver no povo uma consciência crítica da realidade

¹³⁶ Conceitos e necessidades do MCP anexo ao IPM UNE-UBES/Pernambuco. *Op. cit.*, p.588.

brasileira e, com ele, partir organizados em busca de soluções concretas para a sua libertação¹³⁷.

Novamente, as citações acentuam certo grau de marginalidade dos setores populares quanto à análise e à autocrítica dos aspectos materiais e espirituais de sua própria cultura, de seu cotidiano. Para os intelectuais do MCP, os camponeses, o proletariado urbano e, sobretudo, os não letrados, só identificavam vagamente as significantes da efervescência política e cultural da qual faziam parte. Dessa forma, havia uma crença, entre os militantes do Movimento, de que os setores populares não conheciam as configurações íntimas da estrutura social na qual estavam inseridos, e só passariam a tê-las a partir de uma ingerência por parte dos trabalhos realizados pelo Movimento.

O processo de folclorização do complexo cultural popular, nesses termos, se dá na medida em que os intelectuais do MCP veem o brado daqueles que não tinham suas vozes políticas institucionalizadas como sendo fruto de influências históricas e sociopsicológicas. Perspectiva que, para eles, colocava os setores populares como objetos de sua própria cultura e não como sujeitos dela. Era concebendo a cultura popular nessa chave de interpretação que os intelectuais do MCP se colocavam na posição de vanguarda dos setores populares na dinâmica cultural dos anos 1960.

Vejamos, por meio da análise de uma das provas aplicadas aos alunos durante o processo educativo, como se configurava, na prática, esse ponto de vista dos intelectuais do MCP. Atentemos à tonalidade empregada no sentido de revelar aos setores populares as verdadeiras causas de seu sofrimento:

1. Risque o que você achar certo.
 - a) Povo é toda a população de um país.
 - b) Povo são apenas aquelas pessoas produtoras de bens materiais.
 - c) Povo é a classe social economicamente elevada.
 - d) Povo é o conjunto de classes, camadas e grupos sociais empenhados na solução objetiva das tarefas de desenvolvimento progressista do país em que vive.
2. Assinale o que achar correto:
O Brasil é um país:
 - () Desenvolvido
 - () Independente
 - () Socialista
 - () Agrícola
 - () Dependente economicamente
 - () Subdesenvolvido
 - () Capitalista
3. Que significam essas iniciais:
SESP

¹³⁷ Cf. Resoluções do I Seminário Centro Norte de Alfabetização. APGC.

CONSINTRA
 EEUU
 SUPRA
 SUDENE
 URSS
 IAA
 IAPI
 UNE
 CODEPE
 SAI

4. Numere a segunda coluna de acôrdo com a primeira
(1) Democracia	() Govêrno de uma classe
(2) Reforma de Base	() Grupo de pressão popular
(3) Revolução	() Forma de governo
(4) CGT	() Govêrno do Povo
(5) IBAD	() Partido político
(6) PTB	() Mudança lenta de estrutura
(7) Presidencialismo	() Grupo de pressão internacional
(8) Ditadura	() Transformação parcial da estrutura
(9) Evolução	() Obstáculo ao desenvolvimento do país
(10) Imperialismo	() Transformação rápida da estrutura ¹³⁸ .

O horizonte da atividade era pragmático. Nela, podemos destacar o engajamento dos formuladores da avaliação em conduzir os alunos a refletirem sobre o porquê da exploração à qual eram submetidos; quais as variáveis que levavam a tal estado; quem eram seus promotores; quais eram suas motivações políticas e econômicas; e quais extratos da sociedade eram atingidos por aquela dinâmica exploratória. Estratégia que visava contribuir para a construção de um quadro crítico que libertasse os setores populares de seus entraves psicoculturais. Notemos que, assim como as lições apresentadas no capítulo anterior, essa avaliação seguia uma rígida estrutura metodológica cuja função era revelar para os setores populares suas próprias potencialidades.

Desse modo, para os intelectuais do MCP, a alfabetização dos setores populares não se tratava de um fim em si mesmo, mas, sim, de um meio para removê-los da posição política, econômica e social na qual se encontravam. Era um esforço para preparar e conduzir os populares a se adaptarem a novas tarefas, a novas atitudes sociais, ao novo contexto que lhes demandavam um trabalho na esfera da política institucionalizada. Nesse sentido, a educação popular estruturava-se a partir da intervenção dos intelectuais no cotidiano dos setores populares a fim de promovê-los a outros patamares da batalha política dos anos 1960.

Portanto, é nesses termos que se estabeleciam as ligações das interpretações acerca da cultura popular dos intelectuais do MCP e a dos folcloristas. Embora a visão dos militantes do MCP, em certa medida, tenha ganhado fisionomia própria, a forma dada aos

¹³⁸ Atividade do programa educacional do MCP, Apud IPM 709-3. *Op. cit.*, p. 570-571.

empreendimentos culturais do Movimento conservaram as características mais latentes das interpretações de bases folcloristas. Essa conclusão se fundamenta em que a forma do empreendimento cultural – seja ele de qual ordem for – é o que mais informa sobre as características dele. A nosso ver, os elementos analisados nesse capítulo são o que há de mais significativo da fundamentação teórica levada a cabo pelos intelectuais do MCP para interpretar a cultura popular.

4 CAPÍTULO IV: O MOVIMENTO E O GOLPE

4.1 *Os caminhos da repressão*

Para abordar a abrupta interrupção das atividades do MCP, analisadas nos capítulos anteriores, é pertinente alargarmos o escopo e contemplarmos outros olhares sobre os motivos que levaram os militares, quando da instauração do golpe civil-militar, a interromper aquela experiência cultural no dia 31 de março de 1964. Sem nenhuma pretensão de realizar, *stricto sensu*, uma exegese da lógica do *ethos* conservador da sociedade pernambucana de meados do século XX, cabe realizar nossas reflexões buscando responder uma questão. Por que os empreendimentos educacionais e culturais do MCP se configuravam em ameaça aos promotores do golpe de 1964?

Embora possa parecer acaciana, uma assertiva precisa ser retomada: o conflito entre grupos sociais com projetos distintos de sociedade e de cultura era o maior problema do Brasil nos idos dos anos 1960. Desse modo, a resposta para a nossa pergunta deve ser buscada naquilo que mais refletia o estado de espírito daqueles anos. Ou seja, como a cultura anticomunista dos militares procurava criminalizar os projetos que colocavam em xeque um sistema de artes, de leis e costumes e de ordem social que privilegiava um pequeno nicho abastado da sociedade, característica ainda mais forte em regiões empobrecidas do Brasil, como o Nordeste.

Nesse sentido, a partir dos IPMs instaurados após o golpe para investigar a atuação política e cultural do MCP, buscaremos destacar o ponto de vista dos militares no que tange àquela experiência. Esse caminho vai nos conduzir a melhor compreender quais eram as preocupações das elites conservadoras acerca daquela nova forma de conceber a sociedade brasileira levada a cabo pelos militantes em cultura do MCP.

4.2 *A produção da culpa*

Em 1967, foi publicado pela editora do Exército brasileiro (BibliEx) o terceiro volume da coleção de livros que apresentava de forma didática as conclusões do inquérito policial militar (IPM) sobre as atividades comunistas no Brasil. Tratava-se de mais um livro da coleção organizada pelo coronel Ferdinando de Carvalho, cujo objetivo era levar ao grande

público a visão dos militares acerca da efervescência política e cultural do período anterior ao golpe de 31 de março de 1964¹³⁹.

Nesse volume, foram abordados os seguintes temas: os meios de propaganda comunista; a imprensa comunista; o Jornal Novos Rumos; a movimentação de rua; greves; A Tática da Frente Única; O Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT); A Política Operária (POLOP); A Ação Popular (AP); O Movimento Unificado da Revolução Brasileira (MURB); e o Movimento de Cultura Popular do Recife. Esse estudo apresentava as representações realizadas pelo Exército brasileiro sobre a “subversão” em cada uma dessas organizações, com especial destaque ao MCP.

O intuito de vincular todos os movimentos de esquerda, independente de sua matriz ideológica, ao termo genérico “comunismo”, contribuiu para que o MCP fosse alvo de outras investigações desencadeadas pelos militares. Em 1967, portanto, mesmo ano em que foi publicado o terceiro volume do relatório geral do IPM-709, o Conselho Permanente de Justiça Militar aceitou denúncia contra dezoito pessoas arroladas em inquérito sobre as atividades do movimento estudantil em Pernambuco no pré-golpe. Também nesse IPM, cujo objetivo era investigar as “atividades prejudiciais e perigosas à segurança nacional, dentro das normas, princípios e técnicas do Partido Comunista”¹⁴⁰, o MCP foi alvo de investigações.

Com base no IPM 709-3, bem como no IPM da UNE-UBES/Pernambuco, como também eram conhecidos os referidos inquéritos, desenvolveremos algumas reflexões acerca do lugar histórico legado ao MCP pelos militares golpistas que puseram fim ao regime

¹³⁹ “Ferdinando de Carvalho, nascido em 21/08/1918. Formado em 1962 no curso de Estado Maior e Comando das Forças Armadas (CEMCFA) da Escola Superior de Guerra (ESG), integrava o corpo permanente da ESG por ocasião do movimento político-militar de 1964. A sua permanência como coronel responsável pelo IPM do PCB causou uma série de problemas. Ele era identificado com a “linha dura” e estava interessado em comprovar as ligações de Negrão de Lima (governador recém-eleito pelo Estado da Guanabara no ano de 1965) com o comunismo. Por conta disso, houve conflito entre setores militares que defendiam a permanência de Negrão de Lima, criando impasses entre a Presidência da República e a comissão de investigação militar. Finalmente, depois de inúmeras discussões entre a cúpula militar, Ferdinando de Carvalho solicitou a prisão do governador ao STM, em resposta à ordem que recebera do governo de concluir as investigações. Com essa ordem, o governo pretendia encerrar o IPM nº 709 como um instrumento de opressão contínua nas mãos da “linha dura”. Ao pedir a prisão preventiva do governador eleito, Carvalho também ignorou a advertência de Costa e Silva (então ministro da Guerra) aos encarregados de inquéritos no sentido de que não tomassem medidas isoladas capazes de retardar as providências a serem tomadas até o desfecho das investigações. O pedido de prisão foi julgado improcedente. Posteriormente, a tendência que se impôs para resolver as dificuldades que o governo enfrentava com a “linha dura” foi a do apaziguamento, sendo mantidos os comandos de unidades na Guanabara e confirmando o coronel Ferdinando na chefia do IPM do PCB. Desse modo, o coronel foi considerado um “especialista” na repressão ao comunismo, sendo promovido a general de brigada em 1973.” Cf. verbete do *Dicionário histórico brasileiro pós-1930*, 2. Ed., Rio de Janeiro, FGV, 2001 apud CZAJKA, Rodrigo. A Luta pela Cultura: Intelectuais comunistas e o IPM do PCB. In: Napolitano, Marcos; CZAJKA, Rodrigo; MOTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.). *Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2013, v. 1, p. 247.

¹⁴⁰ IPM UNE-UBES/Pernambuco. *Op. cit.*, p. 02

democrático brasileiro, ao depor o presidente João Goulart (1961-1964)¹⁴¹. Essa tarefa propõe trazer à tona como os militares viam aquela ebulição política e cultural, além de identificar os elementos que os militares elegiam como “subversivos”, bem como discutir como os militares lidaram com esses projetos e atores político-culturais após o golpe. Ao considerarmos os IPMs como investigações cujo resultado é buscado intencionalmente e com clara consciência dos seus fins, nossas análises partirão das acusações que os militares imputaram ao Movimento pernambucano, bem como do argumento que fundamentava essas inculpações¹⁴². Esse procedimento nos conduzirá a compreender a cultura militar anticomunista e de que forma o MCP se apresentava como uma ameaça ao projeto encampado pelos militares em 31 de março de 1964¹⁴³. Dito isso, passemos a analisar o conceito e a finalidade dos IPMs.

O IPM era um instrumento de investigação criminal, cuja finalidade era apurar a existência e a autoria de um delito militar. Ou seja, seu objetivo versava em criar um conjunto probatório de elementos à propositura penal ou tão somente indícios que possibilitassem o Ministério Público Militar apresentar denúncia, ou arquivamento da ação penal à autoridade judiciária. Esses procedimentos foram estabelecidos pelo decreto-lei 6.227 de 24 de janeiro de 1944. De acordo com o referido decreto, as imputações eram essencialmente direcionadas aos militares das Forças Armadas que cometessem crimes definidos em lei, no entanto, havia dispositivos legais em que civis poderiam ser investigados e indiciados por IPMs.

À época do golpe, esses dispositivos eram fundamentados partir do art. 82 do Código da Justiça Militar; do art. 108, § 1º da Constituição de 1946; bem como pela Lei de Segurança Nacional, em vigor desde 1935. Nessas leis, qualquer cidadão, militar ou não, comprovada sua culpa em crimes contra a segurança externa do país e/ou contra as instituições militares era passível de ser investigado e indiciado em foro especial de competência militar. Fora com base nessas prerrogativas que, a partir de 1964, os IPMs foram

¹⁴¹ Ver, a respeito do Golpe de 1964, os trabalhos de RIBEIRO, David. Da crise política ao golpe de estado: conflitos entre o poder executivo e o poder legislativo durante o governo João Goulart. 2013. *** f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2013; BARRETO, Túlio Velho; FERREIRA, Laurindo. (Orgs.). *Na trilha do golpe: 1964 revisitado*. Recife: Massangana, 2004.

¹⁴² Os argumentos que desenvolvemos neste capítulo intencionam destacar como o mecanismo da “repressão preventiva” foi utilizado pelo Regime Militar para criminalizar o MCP. Essa perspectiva se fundamenta nas ideias elaboradas por Marionilde Dias Brepohl acerca da lógica da suspeição no pós-golpe. Ver, a respeito da lógica da suspeição durante o regime militar brasileiro, BREPOHL, Marionilde Dias. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista Brasileira de História*, vol. 17, nº 34, São Paulo, 1997.

¹⁴³ A respeito da cultura anticomunista dos militares, trabalhamos a partir das definições elaboradas por MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, FAPESP, 2002.

utilizados de forma indiscriminada pelos militares golpistas para investigar, prender e indiciar qualquer cidadão que se indispucesse contra a ordem ditatorial estabelecida.

Dito de outra forma, essas normas caracterizaram-se como uma espécie de “sinal verde” para que os militares instaurassem, em qualquer tempo, contra qualquer pessoa e/ou instituição, um IPM. Desse modo, embora a lei não previsse, os inquéritos foram utilizados durante o regime militar como um instrumento de tutela da sociedade e de repressão política sobre cidadãos e movimentos sociais. Isso significava que, no contexto da Guerra Fria em que os militares cerraram as fileiras ideológicas e políticas ao lado dos EUA, os grupos que não comungassem com essas opções deveriam ser vigiados, criminalizados e expurgados do convívio social.

Se no transcurso normal de uma investigação criminal a figura do indiciado, pessoa sobre a qual recaem as investigações, só passava à condição de réu quando concluso os autos e comprovada sua culpa em algum delito, na dinâmica constituída pelos militares a partir de 1964, os indiciados já respondiam aos IPMs na condição de réus, cuja culpa só precisava ser formalizada em documento, conforme deixava claro o Ten. Cel. Manoel Costa Cavalcanti, presidente do IPM UNE-UBES/Pernambuco: “na realização do IPM que me é atribuído, não abrirei mão de nenhuma prerrogativa que o CJM me faculta, inclusive as possíveis prisões preventivas que julgar necessárias”¹⁴⁴.

Não estando presos a nenhuma espécie de normatização quanto à elaboração dos inquéritos, os encarregados dos IPMs não faziam distinção entre discricionariedade e arbitrariedade, dirigindo suas investigações como bem lhes conviessem. Nossa argumentação se fundamenta no fato de a convicção da culpa dos investigados ser elaborada antes mesmo das investigações começarem, conforme este excerto de texto do IPM 709-3:

A agitação e a propaganda são tarefas consideradas como permanentes e fundamentais na vida partidária dos comunistas. Todo militante é sempre um agitador, um propagandista ou ambas as coisas. Essa obrigação é incutida de modo tão sistemático na mentalidade dos comunistas que se torna um encargo natural, uma tendência constante e indefectível. É através dessas atividades que os membros do Partido Comunista praticam o proselitismo, angariam simpatizantes, mobilizam grupos para a ação e aperfeiçoam suas convicções e capacidade de liderança¹⁴⁵.

Nesses termos, uma assertiva nos parece sintomática: o IPM não tinha o mero caráter de uma instrução provisória à ação penal. O conjunto de provas obtido pelos militares, independente de sua natureza, era considerado isoladamente e como sendo idôneo para a

¹⁴⁴ IPM UNE-UBES/Pernambuco. *Op. cit.*, p. 03.

¹⁴⁵ IPM 709-3. *Op. cit.*

elucidação de possíveis crimes. Sendo assim, suficiente para produzir a convicção de culpa perante o juiz. Isso significava que as provas produzidas pelos inquéritos embasavam de forma exclusiva as sentenças condenatórias levadas a cabo pela justiça militar. Portanto, não havendo espaço para o contraditório, para a ampla defesa dos indiciados, depreende-se que os IPMs instaurados durante o regime militar brasileiro excediam seus objetivos de busca da existência e autoria do delito militar prescrito em lei. Suas investigações, bem como a produção de provas, serviam, fundamentalmente, à criminalização dos indiciados¹⁴⁶. No caso do MCP, um movimento de ação cultural, o crime estava ligado ao conceito de “agitação”, condição para a subversão da ordem e inerente ao militante, conforme denota o trecho acima.

4.3 A “subversão” do MCP nos IPMs: 709-3 e UNE-UBES/Pernambuco

Na visão construída pelos militares acerca do MCP, o movimento pernambucano tinha como objetivo: “empreender uma impregnação ideológica coletiva de elementos ignorantes, de frações incultas do povo, criando grandes possibilidades para mobilização dessa gente, moralmente preparada para a aceitação de motivações subversivas”¹⁴⁷. Em torno dessa tese, que colocava as camadas populares na condição de suscetíveis às “motivações subversivas” por serem ignorantes e manipuláveis, os militares fundamentaram todo o conjunto de suas argumentações no sentido de criminalizar a aliança governo municipal-intelectual-povo proposta pelos intelectuais do MCP. Ao levarmos em consideração que essa perspectiva era alicerçada pela lógica da doutrina de segurança nacional, que pregava que os de baixo só se rebelavam estimulados e manipulados, dedicaremos esta parte do nosso estudo à compreensão das principais linhas argumentativas trabalhadas nos respectivos IPMs.

A caracterização realizada do MCP nos referidos inquéritos era permeada por concepções anticomunistas. Para os militares, as práticas culturais e educativas desenvolvidas pelos militantes daquele movimento visavam, de um lado, à propaganda dos ideais marxistas e, de outro, à agitação revolucionária. Esse esforço empreendido pelos militares de vincular o método e a finalidade do processo educativo do movimento pernambucano à propaganda e à agitação partia da associação dessas práticas à definição do teórico marxista Vladimir Lênin sobre esses dois conceitos.

¹⁴⁶ Para um detalhamento mais acurado sobre diretrizes formais da instauração dos IPMs durante o regime militar, sugerimos a leitura de CZAJKA, Rodrigo. Os IPMs e a construção da subversão nos meios intelectuais no Brasil. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis (Orgs.). *Intelectuais e modernidades*. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 223-246.

¹⁴⁷ Inquérito Policial Militar nº 709-3. O comunismo no Brasil: a agitação e a propaganda. *Op. cit.*, p. 565.

Por propaganda entenderíamos a explicação revolucionária de todo o regime atual ou de suas manifestações parciais, prescindindo de sabermos se isto se faz em forma acessível somente a algumas pessoas ou para as grandes massas. Por agitação, no sentido estrito da palavra (sic!) entenderíamos o apelo dirigido às massas para a intervenção revolucionária direta do proletariado na vida social¹⁴⁸.

Desse modo, a agitação e a propaganda foram apresentadas nos IPMs como sendo a sensibilização dos setores populares em torno de uma determinada ideia. Uma espécie de convite ao levante das paixões mais calorosas das massas urbanas e camponesas. Embora possa parecer que não haja nenhum tipo de nuance interpretativa nessa argumentação, frisamos, por um lado, que, na ótica dos militares, o perigo estava nos motivos da mobilização e de sua decorrente ação social e, por outro, estava o latente desejo de criminalizar as ações do MCP por suas possíveis vinculações ao comunismo internacional.

Analisemos de que forma essa argumentação embasava a criminalização do MCP:

A aliança estudantil-operária-camponesa foi incentivada, através de métodos de alfabetização nitidamente subversivos, onde se fazia incutir no homem do campo o ódio de classe, inspirados na desigualdade social. Foi, desse modo, promovido o incitamento da classe operária-camponesa, por meio de campanha de alfabetização popular, cuja finalidade precípua era a doutrinação dos princípios Marxistas-Leninistas (sic), com a incitação constante do ódio de classe e pregação da violência, conforme se observa pelos ensinamentos contidos na "Cartilha Proibida" [...], no "Livro de Leitura para Adultos" [...] entre outros meios de ensinamentos subversivos abordados no presente inquérito¹⁴⁹.

O teor da citação nos informa que, para os militares, os métodos utilizados pelo MCP fundamentavam-se, essencialmente, na sobreposição da ideologia de fundo marxista aos processos de ensino. Para eles, os procedimentos de ensino-aprendizagem eram utilizados como uma corrente de transmissão para a doutrinação política dos setores populares de Pernambuco. Em matéria de agitação e propaganda, não existia nada comparável no território brasileiro, no entendimento dos militares exposto a partir dos IPMs.

Para demonstrar concretamente o que o regime militar localizava como “subversivo” na obra do MCP, passemos a examinar um trecho de uma “sondagem” para seleção do corpo de professores das escolas do Movimento:

1. Assinale ao lado o que achar conveniente:

¹⁴⁸ LÊNIN, Vladimir. Que Fazer? Apud IPM 709-3. *O comunismo no Brasil: a agitação e a propaganda*. *Op. cit.*, p. 03-04.

¹⁴⁹ IPM UNE-UBES/Pernambuco. *Op. cit.*, p. 05.

Quando você alfabetiza adultos prefere partir de:

- palavras
- sílabas
- letras, ABC, etc.
- sentenças ou frases

Por que essa preferência? Porque acha?

mais rápido

mais interessante para os alunos

mais fácil de ser usado pelo professor

2. Você acha que num programa de educação de adultos é suficiente apenas ensinar

a ler

a escrever

a cantar

ou que outras coisas acha que deve ensinar?

3. Para que você acha que serve realmente ao homem adulto, operário, camponês, etc., saber ler e escrever?

4. Você sabe que em cada 10 brasileiros há 6 que não sabem ler. Parece urgente educar e alfabetizar essa grande quantidade que é a maioria do povo. Talvez seja difícil. Talvez seja impossível. Talvez seja desnecessário. Talvez não seja preciso tanta pressa. Talvez não compense gastar tanto dinheiro do país em alfabetizar adultos.

Que acha você?

5. Você acha que na maioria dos casos os operários camponeses, etc., estão desejando alfabetizar-se?

Se desejam, por que e para quê?

Se não desejam como despertar o interesse deles para isso?

6. Que acha você do andamento das coisas no Brasil?

Uns dizem que ele caminha para o desenvolvimento.

Outros: que só com a ajuda do estrangeiro poderá melhorar,

que tudo vai bem e algo precisa mudar, VOCÊ:

a) que acha?

b) algo deve mudar? O quê? Como?

c) algo deve permanecer? O quê? Por quê?

7. Você acha que a educação de um povo ajuda a ele se desenvolver e a enriquecer? Por quê?

8. Diga alguma das crendices ou superstições mais encontradas no pessoal do seu lugar.

Você crê em alguma delas?

Quais?

9. Você acha que a natureza surgiu espontaneamente ou que seu 1.º material foi criado por alguma força?

Esclareça seu pensamento a esse respeito.

10. Você acredita que o homem pode modificar a natureza ou que esta é inalterável?

11. Você acha que o homem pode desenvolver satisfatoriamente a sua própria natureza (inteligência, sensibilidade, vontade)

– inteiramente entregue a si, sozinho?

– ou melhor quando em contato com outras pessoas?

Por quê?

12. Você acha que, havendo possibilidade, seria melhor educar ou ensinar às pessoas.

– individualmente (uma por uma). Por quê?

– em grupos. Por quê?

13. Você acha necessário criar um programa de educação de adultos para Pernambuco especialmente, ou acha mais prático trazer um, já em uso noutro Estado, e aplicá-lo aqui?

Por quê?

14. Se lhe coubesse sugerir aos Pôderes Públicos medidas indispensáveis à proteção da saúde dos habitantes de sua localidade, que sugeriria de mais urgente?¹⁵⁰

Arrolado nos IPMs como único processo de seleção do professorado do MCP, os militares utilizaram esse material para indicar que ali estava montado um sistema de perguntas que contribuía para determinar a filiação ideológica, as convicções políticas e suas tendências em relação ao socialismo dos futuros professores. Essa estratégia visava demonstrar a subserviência do movimento pernambucano aos preceitos do PCB, bem como do PCUS (Partido Comunista da União Soviética). Mas não como formuladores teóricos que recrutavam novos militantes. Os militares entendiam o MCP, dos principais dirigentes aos estagiários, como divulgadores das formulações teóricas definidas pelo Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro. Como vimos, o MCP era plural, mas essa pluralidade não foi levada em conta na hora de nomear todo o leque da esquerda que atuava no Movimento como “comunista”, o que, por si, era indicativo de culpa e subversão.

Nessa perspectiva dos militares, entretanto, não existia liberdade ideológica nas fileiras do movimento pernambucano. Todos os seus empreendimentos estavam subordinados às necessidades e aos interesses do comunismo, cujo objetivo, segundo argumentos constantes nos IPMs, versava em depreciar a ordem estabelecida por meio da manipulação da alfabetização dos setores populares. No cerne dessa ideia, estava a intenção de caracterizar o processo de educação desenvolvido pelos militantes do MCP como uma estratégia, uma espécie de técnica criada, tão somente, para ampliar o campo de ação da propaganda e da agitação daqueles que eram tidos como comunistas.

Cumpre-nos destacar que esses argumentos pautados pelo anticomunismo não eram uma exclusividade legada ao MCP, conforme exposto pelo Cel. Ferdinando de Carvalho, na introdução ao primeiro volume do IPM-709:

Não quisemos que essa investigação tivesse apenas um sentido punitivo,

¹⁵⁰ Trecho de sondagem Apud IPM 709-3. O comunismo no Brasil: a agitação e a propaganda. *Op. cit.*, p. 573-575.

uma expressão coatora, em benefício da integridade institucional do País. A ação judicial contra elementos isolados no quadro amplo do movimento esquerdista no País tem menos importância do que o conhecimento acurado da técnica de ação, das bases do proseletismo, das formas sub-reptícias das alianças criminosas que se realizam nas brechas da legalidade, na sombra da corrupção protetora.

Estamos convencidos de que a melhor defesa contra o comunismo está na consciência esclarecida de cada pessoa, na percepção realista das possibilidades nacionais, no patriotismo indeclinável que não se submete (...) ¹⁵¹.

Essa argumentação ganhou mais força nas inculpações direcionadas a aquele movimento porque as atividades por ele desenvolvidas foram encaradas pelos militares como fruto de uma “frente-única” das esquerdas pernambucanas. Isso denotava, em um primeiro plano, que a luta dos militares não era contra o “comunismo”, mas, sim, contra o esquerdismo como um todo. E que existia uma lógica que ligava os empreendimentos culturais à propaganda esquerdista. Esses elementos eram mais que suficientes para que todos os temas trabalhados na alfabetização de crianças e adultos fossem tidos como “subversivos”, uma vez que os militares conseguiam ligar até o tema mais desprezível a alguma organização de esquerda. De todos os modos, os militares buscavam construir uma imagem de que o MCP tinha como principal propósito a destruição antipatriótica, pela criação e desenvolvimento do complexo da insatisfação, do ódio e da revolta dos setores populares. O que, ao fim e ao cabo, fazia dos IPMs uma peça de contrapropaganda, mais do que uma peça judicial.

Como prova evidente da intensa propaganda e agitação “subversiva” promovida pelo MCP, os inquéritos arrolavam uma expressiva amostra das atividades desenvolvidas pelo movimento pernambucano. Nelas, tentou-se demonstrar os pormenores do trabalho que visava, na ótica expressa pelos inquéritos, ao persistente e inflexível intuito de moldar as mentes dos trabalhadores rurais e urbanos analfabetos da sociedade pernambucana. Vejamos uma dessas atividades, bem como os argumentos utilizados para criminalizá-la, retomando um documento citado anteriormente:

1. Risque o que você achar certo.
 - a) Povo é toda a população de um país.
 - b) Povo são apenas aquelas pessoas produtoras de bens materiais.
 - c) Povo é a classe social economicamente elevada.
 - d) Povo é o conjunto de classes, camadas e grupos sociais empenhados na solução objetiva das tarefas de desenvolvimento progressista do país em que vive.

¹⁵¹ IPM 709-3 vol. 1, p. 2. Apud SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. Sete matizes do rosa ou o mundo contaminado pela radiação comunista: homens vermelhos e inocentes úteis. 2009. 207 f. Tese (Tese em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Bahia. 2009.

2. Assinale o que achar correto:
O Brasil é um país:
☐ Desenvolvido
☐ Independente
☐ Socialista
☐ Agrícola
☐ Dependente economicamente
☐ Subdesenvolvido
☐ Capitalista
3. Que significam essas iniciais:
 SESP
 CONSINTRA
 EEUU
 SUPRA
 SUDENE
 URSS
 IAA
 IAPI
 UNE
 CODEPE
 SAI
4. Numere a segunda coluna de acordo com a primeira

(1) Democracia	☐ Governo de uma classe
(2) Reforma de Base	☐ Grupo de pressão popular
(3) Revolução	☐ Forma de governo
(4) CGT	☐ Governo do Povo
(5) IBAD	☐ Partido político
(6) PTB	☐ Mudança lenta de estrutura
(7) Presidencialismo	☐ Grupo de pressão internacional
(8) Ditadura	☐ Transformação parcial da estrutura
(9) Evolução	☐ Obstáculo ao desenvolvimento do país
(10) Imperialismo	☐ Transformação rápida da estrutura ¹⁵²

Vale a pena destacarmos mais uma vez essa atividade dentre todas as que foram arroladas pelos IPMs. A partir dela, observamos com mais nitidez o distinto caminho trilhado pelas interpretações que os militares desenvolviam acerca do comunismo e seus objetivos nas obras do MCP. Analisemos as inculpações:

Essa prova, demonstra em seu texto claro, o sentido político subversivo do Movimento de Cultura Popular, em virtude da base esquerdista e comunista do seu material e dos seus processos de ensino.

A terminologia usada, as definições sugeridas, as idéias que procura desenvolver, os assuntos encarados, todos os aspectos, em suma, que podemos encontrar nesse documento significativo demonstra a sua vinculação comunista (...)¹⁵³.

¹⁵² Atividade do programa educacional do MCP, Apud IPM 709-3. *Op. cit.*, p. 570-571.

¹⁵³ Idem, p. 572.

Conforme indica essa citação, não havia nenhum tipo de tergiversação. Todos os argumentos procuravam associar as atividades do MCP ao comunismo, sinônimo de traição, crime de lesa-pátria e subversão da ordem social e das tradições “cristãs”. O documento analisado pelos militares mudava, mas a interpretação, como algo já viciado, era a mesma – o MCP era um instrumento da propaganda ideológica comunista. E foi nesse sentido que as resoluções dos inquéritos caminharam. Na ótica dos militares, as condições de atraso e pauperismo da Região Nordeste contribuíam para a infiltração das ideias bolchevistas no território brasileiro. Sendo necessário barrar toda e qualquer experiência que contribuísse para “insuflar um ideal revolucionário” nos setores menos abastados daquela sociedade. Desse modo, cortar os laços de uma determinada intelectualidade de esquerda com os setores populares fazia-se imprescindível ao projeto levado a cabo pelo golpe civil-militar em 31 de março de 1964. No próximo item, analisaremos, pormenorizadamente, a estratégia encampada pelos militares no sentido de associar os projetos e as atividades do MCP àquilo que eles entendiam como “frente única das esquerdas pernambucanas”.

4. 4 Inimigos à vista: a frente comunista pernambucana nos autos dos IPMs

A posição dos militares em face do comunismo é antiga. Desde pelo menos a década de 1930, a “infiltração comunista” em terras brasileiras sempre foi tratada pelos militares como uma constante ameaça àquilo que eles entendiam como sendo os direitos fundamentais do homem, cujas principais expressões eram a “liberdade ideológica” e o “bem-estar coletivo”. Tão indesejável era a mais remota possibilidade do Brasil se tornar um país comunista que todos os esforços possíveis foram empreendidos, sobretudo pelo Exército brasileiro, para criminalizar qualquer ação social simpática aos preceitos do PCB¹⁵⁴.

Nesse sentido, eram dinâmicos, permanentes e bem orientados os combates às ideias que almejavam a transformação das estruturas da ordem estabelecida, mesmo que essas não tivessem qualquer ligação orgânica com o Partidão. Essa postura era justificada pelos militares como sendo fruto do temor de que o Brasil viesse a se transformar em campo de batalha por consequência de interesses de “forças estrangeiras”. Cenário que poderia colocar, segundo essa ótica, em risco a unidade nacional. A consequência dessa posição foi elevar aquilo que eles ideavam como “comunismo” à categoria de mal destruidor.

¹⁵⁴ Ver a respeito os trabalhos de: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Op. cit.*, 2002; SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. *Op. cit.*, 2009.

Embora os militares nutrissem uma latente crença nas possíveis dificuldades que as “ideias bolchevistas” teriam para dominar o território brasileiro – dada a acentuada influência dos princípios cristãos na orientação geral da sociedade – eles admitiam que o “comunismo” procurava se impor e resistir em determinados pontos do território nacional. Parte considerável dos militares acreditava que o atraso socioeconômico e o pauperismo, conforme citamos no item anterior, eram condições das quais se valiam os “comunistas” para propagar suas ideias¹⁵⁵. Essas prerrogativas colocavam as iniciativas dos setores progressistas pernambucanos na alça de mira dos militares, uma vez que, em meados do século XX, o Nordeste brasileiro era considerado uma das regiões mais pobres do mundo¹⁵⁶.

A despeito de possíveis inferências no sentido de que os militares concebiam os moradores das regiões atrasadas do Brasil como ingênuos e, por isso, mais suscetíveis aos ideais “comunistas”, cumpre-nos destacar que a preocupação estava justamente no potencial revolucionário dessas pessoas. Contexto que colocava as vanguardas capitaneadas por estudantes e intelectuais como alvos de uma orquestrada linha de ação desencadeada e levada a cabo pelos militares.

As principais ações – inquéritos, inculpações criminais e prisões – recaíam em grande medida sobre os estudantes e intelectuais, por dois motivos: primeiro, porque eram eles que davam maior projeção aos problemas enfrentados pelas pessoas que habitavam as regiões subdesenvolvidas do Brasil e, segundo, porque, na ótica dos militares e dos grupos mais conservadores da sociedade brasileira, os estudantes e os intelectuais eram os principais idealizadores das reformas que pretendiam um Estado pautado pelo anti-imperialismo e pela superação das desigualdades sociais.

Nesse sentido, independente do grupo ou filiação ideológica, essas vanguardas foram encaradas como uma espécie de “frente única subversiva” pelos inquéritos instaurados pelo Exército, despreocupados em analisar e pontuar os diversos grupos ideológicos que compunham o MCP. Dentro desse molde amplo e dúctil, que já traz em si a potencialidade da repressão imposta àqueles atores, o caminho vislumbrado e posto em prática pelas autoridades militares foi criminalizá-los, associando suas respectivas instituições e partidos ao PCB. Essa dinâmica podia ser verificada na maior parte dos IPMs instaurados para investigar as

¹⁵⁵ Em entrevista concedida ao Diário de Pernambuco, em 21 de agosto de 1962, o Marechal Teixeira Lott manifestou seu posicionamento em relação ao perigo da infiltração comunista no Nordeste do país. Ele deixou claro que o atraso do Nordeste foi um dos principais fatores da propagação das ideias comunistas. Na mesma entrevista, ele destacou também que a infiltração do comunismo na América Latina se deu pelo mesmo motivo. Ao entrecruzarmos essa entrevista com o material contido nos IPMs 709-3 e UNE-UBES/Pernambuco verificamos que esse posicionamento é majoritário entre correntes distintas da oficialidade do exército.

¹⁵⁶ Ver a respeito da miserabilidade do Nordeste em meados do século XX: CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

esquerdas pernambucanas, mas teve seu ponto alto no inquérito do movimento estudantil do Recife, em que uma expressiva quantidade de pessoas e projetos foi arrolada.

Posto isso, convém analisarmos um dos relatórios elaborado pelos militares para criminalizar um leque heterogêneo de atores no IPM do movimento estudantil, no qual os projetos do MCP foram utilizados para consubstanciar as acusações de “subversão”. Cabe aqui demonstrarmos o alcance das inculpações.

Nos inícios de 1956 (mil novecentos e cinquenta e seis) começaram a circular pelo Recife notícias vagas sobre o CESP (clube dos esrudantes [sic] secundários de PE) e logo depois foram espalhados em pedacinhos de papel a sigla do CESP. No fim dêsse ano a divulgação já era grande. O CESP (Clube) transformou-se em CESP (Centro). E passou a atuar nos movimentos estudantis. Havia suspeitas que a orientação fôsse de esquerda:

- as ligações dos elementos de destaque do CESP com Francisco Julião, Miguel Arraes e Pelópidas [da Silveira];
- reuniões na casa de Julião, em Caxangá, sob pretexto de esportes, segundo diziam os estudantes da época, tinham por finalidade a politização;
- as atividades do CESP tinham apôio e cobertura da UBES e da UNE;
- os líderes do CESP eram Jarbas***, Clovis*** e Diniz*** e mantinham contatos, além de serem prestigiados pelos políticos supracitados.

É reparo singular desse documento, primeiro, a estratégia de ligar o Movimento a personalidades notórias consideradas agentes da “subversão”, a organizações proscritas, elencando possíveis suspeitos e líderes menos conhecidos e, segundo, a periodização. Nesse recorte temporal, poderiam ser arroladas todas as reuniões que vieram à tona sob o signo do movimento estudantil a partir da segunda metade dos anos 1950. Encontros que recebiam direta ou indiretamente contribuições de integrantes da recém-formada Frente do Recife, das lideranças das Ligas Camponesas, dos intelectuais da esquerda católica e das esquerdas independentes do Recife. O elevado número de pessoas, organizações e partidos que poderiam ser vinculados ao movimento estudantil daquela capital o configurava como o ponto de partida para criminalizar temas como: reforma agrária, voto do analfabeto, elegibilidade dos sargentos, união operária-estudantil-camponesa, reforma bancária, nacionalização do petróleo, autodeterminação dos povos, defesa da paz mundial, coexistência pacífica, comercialização com todos os povos, solidariedade a Cuba, alfabetização popular, entre outras bandeiras que não necessariamente eram do movimento estudantil, mas que, ao fim e ao cabo, eram caras à elite conservadora pernambucana, fosse ela civil ou militar.

Na segunda parte do documento, os militares procuravam dar mais destaque à polarização do movimento estudantil em dois grupos distintos, o que por sua vez reforçava a visão de uma frente única das esquerdas. Vejamos:

O prestígio do CESP cresceu na proporção da inércia da UESP (união dos estudantes secundários de PE).

Desde o segundo semestre de 1956 (mil novecentos e cinquenta e seis) os estudantes democráticos se uniram: fundaram a FACESP (Frente dos Estudantes Secundários de PE), depois a FESP (Frente dos Estudantes Secundários de PE) e conseguiram englobar num só movimento outras organizações como a Cruzada Estudantil e a Legião Democrática.

O ano de 1957 não teve outra característica a não ser a tomada de posição mais definida entre as duas alas: a de tendência esquerdista e a democrática.

Em 1958 a influência política do CESP cresceu e suas vinculações nacionais foram maiores, com a filiação à UBES.

Deve-se notar que a esta altura já havia uma ligação entre o CESP e os sindicatos, que lhes facilitavam inclusive a sede para reuniões como o dos gráficos e o dos comerciários.

[...]

Recife, 15 de setembro de 1965¹⁵⁷.

Por meio dessa polarização – “esquerdistas” e “democráticos” – os militares ratificavam sua posição no sentido de unir todos os agrupamentos da esquerda pernambucana sob uma única bandeira, a do “comunismo”. Encampar àqueles grupos o epíteto de “comunistas” fazia parte da estratégia de vincular todos aqueles atores àquilo que os militares entendiam como sendo um “movimento comunizante” ligado ao PCB que, nesse contexto, era concebido como um órgão central e articulador dos demais movimentos e instituições de esquerda.

Em seu significado usual, os militares ligavam a palavra “agitação” à ideia de “produção de inquietação política e social”. Mesmo que as diversas pessoas, grupos, partidos ou instituições de esquerda se diferenciasssem em seus métodos e perspectivas imediatas, elas eram encaradas como um conjunto a serviço da construção do “comunismo”, logo,

¹⁵⁷ Relatório do Movimento Estudantil do Recife utilizado como peça de fundamentação teórica para as inculpações dos setores progressistas de Pernambuco. Documento anexo aos autos do IPM UNE-UBES/Pernambuco. *Op. cit.*, p. 283.

“agitadores” e “propagandistas” que nada mais faziam do que senão executarem essas atividades em proveito do PCB.

Nesses termos, os militares procuravam demonstrar que se tratava de uma articulada “conspiração comunista”, cujo objetivo último era colocar todo operário, camponês, estudante ou qualquer outro cidadão em condições plenas de ação revolucionária. Ou seja, uma politização feita de modo sistêmico por meio das organizações que, a partir desse entendimento, agiam como tentáculos do Partidão. Essa postura tornava-se ainda mais evidente pelas acusações apresentadas nos autos do referido IPM. Nelas, os militares deixavam claro que a simples mudança de organização não modificava o “caráter subversivo” dos empreendimentos, nem o que os militares procuravam combater. Passemos a verificar o conjunto de uma delas:

Esses elementos cometeram os seguintes delitos:

- I - Promoviam reuniões, de caráter subversivo, nas quais tomavam parte civis e militares, integrantes do movimento trotskista, ou simpatizantes e contribuintes do mesmo, ocasião em que se discutiam os meios para a derrubada do governo e a implantação do regime socialista no país.
- II - Doutrinavam seus companheiros de Partido, civis e militares, para a subversão da ordem, nos quartéis, nas fábricas, nas escolas, nos Bancos, no Campo e nas repartições públicas, incitando-os à desobediência aos seus chefes, superiores e patrões, contra os quais deveriam indisciplinar-se.
- III - Sua atuação no PORT tinha como objetivo a mudança da ordem política e social estabelecida na Constituição, com a ajuda ou auxílio do exterior, uma vez que o movimento era de caráter internacional.
- IV - Desejavam a substituição do regime democrático por um Estado Operário Revolucionário Socialista dirigido por operários e camponeses.
- V - Pretendiam, inicialmente por meios pacíficos, e, futuramente, por meios violentos, mudarem a forma de Governo do País, por não estarem de acordo com o regime atual.
- VI - [ilegível]
- VII - faziam, publicamente, pregavam, visando a lançar empregados contra patrões, e subordinados contra superiores, procurando incentivar a divergência e discordância entre eles.
- VIII - Redigiam ou distribuíam, clandestinamente, boletins, panfletos, manifestos, planos de ação e jornais contendo propaganda para a luta entre as classes patronais e assalariadas, pregando o ódio entre elas.

IX - Incitavam, direta e propositadamente, as classes trabalhadoras a lutarem por suas reivindicações de modo violento.

X - Mesmo após o Movimento de 31 de março de 1964, continuaram instigando militares, estudantes, camponeses, operários e funcionários públicos a desobedecerem, coletivamente, as ordens das autoridades e as leis do país, mostrando-se contrários ao Ato Institucional outorgado pelo ALTO COMANDO REVOLUCIONÁRIO [...] ¹⁵⁸.

Esse excerto de relatório torna-se emblemático por esboçar o lugar comum das acusações impostas àqueles que eram entendidos como “subversivos” pelos militares. Originalmente redigido como peça acusatória para o IPM do PORT (Partido Operário Revolucionário Trotskista), esse documento também serviu tanto aos propósitos do IPM do movimento estudantil, quanto ao do IPM 709-03, inquéritos nos quais, não por acaso, o MCP foi arrolado como destacado protagonista. Ao examinarmos atentamente o citado trecho passamos a entender por qual motivo essa vinculação ocorria.

Nos quatro primeiros itens da citação, os militares procuravam demonstrar que a forma como o partido mobilizava seus quadros era uma nítida evidência de seu caráter “antidemocrático” e, por isso, “subversivo”. Esse argumento dava o tom da linearidade das acusações levadas a cabo pelos militares em diferentes momentos e contra diferentes atores. O núcleo central dessa premissa estava no detrimento de uma participação espontânea dos estudantes, camponeses, e operariado nas atividades e projetos idealizados pelas lideranças não só do PORT, mas também das outras instituições e partidos cujas inculpações se valeram desses mesmos argumentos.

De qualquer sorte podemos concluir que, fundamentados pela definição de propaganda e agitação, os militares procuravam enfatizar que havia, por meio de formas deliberadas, a apresentação de ideias propiciadoras ao desenvolvimento e à expansão do “comunismo” ¹⁵⁹. Essa assertiva tinha como finalidade produzir o entendimento de que o PORT e os demais grupos ligados ao PCB trabalhavam no sentido de alienar setores urbanos e camponeses sobre uma realidade que não era sua, a saber, homens e mulheres insatisfeitos com seus respectivos modos de vida.

A seguir o relatório do PORT apresentava, implicitamente, a forma mais significativa da propaganda “subversiva”. Do item V ao IX, podemos verificar a intenção de demonstrar como os “comunistas” procuravam “moldar as mentes dos trabalhadores”, tendo

¹⁵⁸ Documento arrolado aos autos do IPM UNE-UBES/Pernambuco. *Op. cit.*, p. 304-305.

¹⁵⁹ “A definição mais simples procura associar a idéia da propaganda à individualidade do público, enquanto a agitação destina-se às grandes massas. Segundo Martinov, citado por Lênin, a agitação se caracteriza por um apelo às massas para a ação”. IPM 709-3. *O comunismo no Brasil: a agitação e a propaganda. Op. cit.*, p. 05.

como porta de entrada os “meios pacíficos” – ou dito explicitamente, a educação popular. Naquele contexto, o processo educativo ganhava mais destaque porque havia, entre os militares, o entendimento de que em regiões subdesenvolvidas a educação popular, bem como as manifestações culturais, assumia grande relevo no processo revolucionário.

O exemplo utilizado para se chegar a essa constatação era o protagonismo de estudantes e intelectuais em revoluções burguesas, cujos objetivos visavam reformas estruturais em sociedades encaradas como sendo atrasadas. Esse mesmo cenário era encontrado no Brasil. País subdesenvolvido, marcado por traços anti-imperialistas e antifeudais em que os estudantes e intelectuais assumiam lugar de destaque ao promoverem políticas culturais e educacionais com vistas a educar aqueles que eram tidos como a mola propulsora da revolução – os camponeses analfabetos¹⁶⁰.

Era desse contexto que surgia a vinculação dos projetos do MCP a um número tão expressivo de inquéritos policiais. Do ponto de vista dos militares, os empreendimentos do MCP eram os grandes responsáveis por aplicar a linha geral do projeto revolucionário do Partido Comunista. Ou seja, os militares legavam ao MCP a tarefa de conscientizar, politizar e organizar as massas em prol da revolução, mas também a de dialogar e agir junto a outros grupos políticos a fim de sintonizá-los aos interesses políticos e ideológicos do PCB.

Para os militares, o MCP considerava como objetivo inalienável da humanidade, no campo econômico, a substituição da economia do proveito pela da necessidade como forma de política para se chegar à superação das desigualdades sociais. E, no campo cultural, que a educação fosse pautada por práticas democráticas que visassem à fraternidade e à abolição dos privilégios de classe. Embora essas conclusões fossem acertadas, elas foram utilizadas para consubstanciar o MCP como o elo entre o PCB e os demais grupos da esquerda pernambucana. A estratégia de desconsiderar a complexidade de ideologias e projetos políticos que se abrigavam no MCP era fundamental para produzir a culpa. Por outro lado, também ajudaram a consolidar uma determinada memória sobre o MCP, como parte da politização geral da cultura brasileira nos anos 1960.

Desse modo, valendo-se de que o MCP poderia conciliar, em Recife, e, de fato conciliou, por um lado, a colaboração autônoma de indivíduos e grupos e, por outro lado, orientações e apoio de autoridades públicas, ele era utilizado como a instituição que ligava todos os grupos da esquerda no estado de Pernambuco. Era com base nesses princípios que a

¹⁶⁰ Projeto de Opinião sobre Reforma Universitária para Seminário de Reforma Universitária dos Estudantes Comunistas. O texto faz referência ao protagonismo citado no parágrafo e foi utilizado para consubstanciar as acusações do referido inquérito. Esse documento foi anexado aos autos do IPM UNE-UBES/Pernambuco. *Op. cit.*, p. 80-109.

repressão imposta pelos militares conseguia abranger um número tão expressivo de pessoas, tivesse ela ligação ou não com o PCB.

Nesse sentido, a socialização dos meios básicos de produção de culpa tornava-se um instrumento profícuo nas inculpações dos elementos atrelados a essa “frente única”, sobretudo pela ressignificação e criminalização das características dos projetos culturais empreendidos pelo MCP.

4.5 Os militares e o temor do “Zé Ninguém”

Para os militares, uma coisa lhes parecia certa, o “processo de comunização” dependia de um pressuposto básico: a organização das camadas populares. Desse modo, não cabia entender os projetos do MCP em termos lógico-formais. O que lhes interessava, ao fim e ao cabo, era barrar os projetos cuja finalidade fosse fortalecer os anseios de mudança das camadas oprimidas política e socialmente pela ordem vigente à época.

Como consequência da perspectiva de que a organização das massas era a premissa básica para a “comunização”, os empreendimentos do MCP eram pensados e interpretados a partir de uma ideia central. Os projetos educativos eram tidos como exemplos de atividades que visavam à implantação de uma sociedade “comunista”. Nessa chave de interpretação, o MCP teria como ponto de partida organizar sistemas e sistematizar ideias, cuja finalidade seria colocar as camadas populares nas mãos dos “emissários dos interesses do comunismo internacional”, fossem eles instituições, partidos políticos ou qualquer outra organização de esquerda. Ou seja, os militantes em cultura daquele movimento trabalhavam como agentes de controle ideológico, como reguladores de valores e conhecimentos, cuja função era ratificar tudo aquilo que servisse ao ideário de dominação política, econômica e social daqueles que eram entendidos como “comunistas”.

Dito isso, vale a pena entendermos essa leitura realizada pelos militares a partir dos próprios empreendimentos do MCP. Para esse fim, vejamos o que versava seu hino, simbólica fonte das principais diretrizes seguidas pelo movimento.

Onde homens houver que não saibam

O que a todos se deve ensinar,

um punhado de luz levaremos

porque a Pátria nos manda levar.

Luta vã não será nossa luta,

oh! Humildes obreiros da paz,

pois, se a infância de luz não tivestes,

mesmo tarde uma infância se faz.

Côro Desde os cerros longínquos ao mangue,

vêde um povo aprendendo, de pé,

uma língua de heróis, esta língua

com seus cantos de luta e de fé

Este canto é de quantos desejam

uma Pátria celeiro de luz.

Uma terra sem campos de fome,

mas, de fortes à sombra da cruz.

É um grito de fé aos que dormem,

esquecidos de um povo que sua

ao encontro de pão, que não acha,

e à procura de um lar pelas ruas.

Côro Desde os cerros longínquos ao mangue, etc...

Mas, se um dia, as falanges do mal

Contra nós suas armas mover,

Por maior que se faça em perfídia

Não nos pode um covarde vencer.

Somos raios na luta e na paz,

- homens de aço de luzes na mão -,

Ao marchar a cultura levamos,

Popular e sublime à Nação. [...] ¹⁶¹

Ao desdobrar concretamente as questões implícitas a essa poética, observamos tudo quanto, ironicamente, os militares condenavam como “inspiração comunista” nas atividades desenvolvidas pelo MCP. O principal ponto a se destacar seria o esforço de repor uma educação verdadeiramente democrática no circuito normal da vida dos setores menos abastados da sociedade pernambucana, cujo objetivo seria a melhoria das condições de vida das camadas populares em detrimento dos privilégios da ordem estabelecida. Ou seja, pensar a educação como a principal engrenagem para solucionar os problemas com que se defrontava a subdesenvolvida sociedade pernambucana de meados do século XX.

Desse modo, ao considerar o relevante papel desempenhado pelos empreendimentos do MCP no sentido de organizar as camadas populares criticamente, os militares o elevaram à categoria de peça fundamental no processo de preparação da mais ampla unidade de todas as forças que desejavam lutar por uma sociedade que refletisse as aspirações de mudança do povo. Nesse sentido, ajudaram, involuntariamente, a consolidar a memória de um movimento cultural orgânico, coeso e convergente ideologicamente, sem divisões internas, ideia esta que procuramos matizar ao longo de nossa dissertação. Dessa forma, o caráter “subversivo” que levou o MCP a ser temido e incriminado pelos militares conservadores foi a sua orgânica ligação com as camadas populares, encaradas como uma notável potência revolucionária no contexto político e social pernambucano. Na visão da repressão, extinguindo-se a ação cultural sobre as massas, os conflitos e desníveis sociais deixariam de ser percebidos como foco de instabilidade política e social. Nesse sentido, os militares também não teriam supervalorizado a cultura como produtora da ação política, tal como os “esquerdistas” que tanto temiam?

¹⁶¹ COELHO, Germano. *MCP. Op. cit.*, p. 105.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do nosso texto, procuramos entender as dinâmicas internas do Movimento de Cultura Popular do Recife e a aproximação de uma determinada elite intelectualizada das camadas populares. Buscamos atingir o fim colimado, alicerçando nossas análises a partir das “estruturas de pensamento [...], comandadas pelas evoluções socioeconômicas que organizam as construções intelectuais”¹⁶². Desse modo, nossa dissertação, por meio do entrelaçamento das análises realizadas na documentação oficial do MCP e da conjuntura sociopolítica pernambucana de meados do século XX, intencionou desnudar as múltiplas facetas do projeto político-cultural levado a cabo pelo MCP nos anos 1960. Dito isso, resta-nos aqui pontuar algumas questões que já estão subjacentes ao texto.

O MCP foi uma organização que teve como fim arregimentar a população pernambucana para dar sustentação política a uma determinada elite. Isto é, no cerne dos trabalhos daquele movimento, estava a intenção de incorporar as camadas populares no jogo da política institucionalizada, embora o MCP tenha ido além em suas práticas e em seu significado histórico. É importante destacar que essa postura só foi possível graças à valorização que os dirigentes do movimento dispensavam às massas. Posição que ratificava uma premissa bastante em voga no pensamento das esquerdas, à qual os intelectuais do MCP se filiavam, que consistia em afirmar que profundas modificações nas estruturas políticas, econômicas e sociais só seriam possíveis com a participação efetiva das camadas populares.

Subsidiados por essa premissa, os intelectuais ligados ao MCP buscaram fazer uma leitura das reais condições em que a população pobre recifense vivia. Essa tarefa foi realizada a partir dos projetos culturais e educacionais do movimento e nutria a finalidade de atingir um estado revolucionário agregando todos os setores da sociedade interessados em mudar as estruturas da ordem estabelecida à época. Esse empreendimento buscava verter todas as experiências das camadas populares em prol de um novo ideal de sociedade pensado pelas elites progressistas do Estado de Pernambuco. Experiência que até então não havia sido experimentada por nenhuma instância política no Brasil.

As considerações que se seguem ao longo de toda a dissertação, desse modo, servem como contribuição para o conhecimento dos princípios que animaram o movimento, para o entendimento da filosofia que presidiu seu desenvolvimento e para a compreensão dos métodos que nortearam suas linhas de ação. Como toda experiência social, dinâmica por

¹⁶² SOARES, Gabriela Pellegrino. *História das Ideias e mediações culturais*: breves apontamentos. Cadernos de Seminário de Pesquisa. São Paulo: USP-FFLCH-Editora Humanitas, 2011.

excelência, o MCP não se reduzia prontamente a uma fórmula simples de definição que contivesse implicitamente todos os seus traços essenciais. No entanto, ao chegarmos ao fim deste trabalho, algo nos parece sintomático: havia uma latente preocupação dos intelectuais em ampliar a participação política das camadas populares, mas dentro de uma dinâmica de participação orientada pelas elites progressistas intelectualizadas.

Dessa maneira, uma das problemáticas associadas à nossa interpretação é a de compreender os projetos do MCP não como uma forma abstrata de solidariedade humana que requeria de seus militantes a abnegação de si mesmos como pessoas engajadas em um determinado projeto político, mas, sim, entendê-lo como uma peça fundamental nos embates dos projetos ideológicos e de sociedade travados na cena política pernambucana dos anos 1960.

Nesse sentido, uma das muitas preocupações que nosso trabalho traz intrinsecamente nas argumentações é não desenvolver uma mística do MCP que o torne uma torre de marfim longe dos interesses políticos e de classe de um determinado nicho da sociedade pernambucana. Essa perspectiva nos fez direcionar nossas atenções para entender de forma acurada suas funções e a natureza dos empreendimentos educacionais e culturais levados a cabo pelo movimento. Dito isso, cumpre situar o leitor quanto a nossa hipótese central e às conclusões a que chegamos sobre as políticas culturais do movimento.

Entendemos que os jovens intelectuais que militaram no MCP, uma vez confrontados com os desafios do meio sócio-político-cultural popular da cidade do Recife e do interior do Estado de Pernambuco, acabaram desenvolvendo propostas programáticas e ações político-culturais que contribuíram para a percepção de que as classes populares deveriam ser sujeitos da sua história e protagonistas da construção de sua identidade. Na nossa hipótese, esse processo se confronta com as ações e os valores dos intelectuais que não deixavam de se caracterizar por certo dirigismo e elitismo. Em outras palavras, é plausível supor que a experiência histórica do MCP tenha rompido os limites e valores que motivaram os intelectuais que formaram o movimento.

A partir dessa hipótese, nossa primeira conclusão é de que o MCP surgiu de um interesse político-partidário, mas acabou indo além dele. Isto é, os artistas e intelectuais que militaram naquele movimento acabaram desenvolvendo, face ao contato direto com as comunidades populares, propostas programáticas e ações político-culturais que não correspondiam aos interesses políticos diretos de suas facções partidárias. Nossa segunda convicção é a de que o lugar dos intelectuais no movimento foi tensionado entre o dirigismo e o contato efetivo com as massas populares, na construção de um idioma cultural e ideológico

comum, marcado por um reformismo e pelo nacionalismo progressista. Nossa terceira convicção é de que as relações entre intelectuais e povo, no contexto recifense, seguiram padrões nacionais (intelectual como mediador entre povo, Estado e Nação), mas também sofreram influxos do contexto local. E, por último, de que o MCP, como movimento cultural e político, não teve tempo de maturar suas próprias contradições, dado seu fim abrupto em 1964.

Essas conclusões que acabamos de apontar povoam todo o texto. Um texto que buscou entender o projeto político cultural do MCP a partir de sua aproximação e troca de experiências com as camadas populares da cidade do Recife.

FONTES

Arquivo particular de Germano de Vasconcelos Coelho

- Anteprojeto dos estatutos do Movimento de Cultura Popular.
- Documento intitulado “Boletim da Revolução”.
- Comparativo das realizações do Movimento de Cultura Popular com o que propõe a mensagem enviada à Câmara pelo Sr. Prefeito.
- Convênio celebrado entre a Prefeitura da Cidade do Recife, o Movimento de Cultura Popular, a Universidade do Recife, o Conselho Nacional de Cultura e a Ordem dos Músicos do Brasil.
- Contrato de administração de bens e serviços entre o Município do Recife e o Movimento de Cultura Popular.
- Documento da Presidência da República: mobilização nacional contra o analfabetismo.
- Documento referente às formalidades e condições de admissão aos cursos populares de música.
- Documento do 1º Festival de Teatro do Recife.
- Documento do 1º Encontro Nacional de Cultura Popular.
- Documento do 1º Curso de Preparação de Técnicos em Alfabetização pelo Rádio.
- Esboço manuscrito do 1º Encontro Nacional de Cultura Popular.
- Esboço manuscrito do projeto do MCP em nível nacional.
- Esboço manuscrito do Projeto do Movimento de Cultura Popular.
- Estatuto do Movimento de Cultura Popular.
- Minuta do convênio entre a Fundação Cinemateca Brasileira e o Movimento de Cultura Popular para o desenvolvimento cinematográfico do Recife e Pernambuco.
- Projeto do plano de ação do Movimento de Cultura Popular
- Plano de educação e cultura: roteiro de trabalho.
- Projeto do livro de leitura para adultos.
- Projeto de educação pelo Rádio.
- Plano de atividades do serviço nacional de teatro para 1961.
- Plano de atividades do serviço nacional de teatro para 1962.
- Projeto da pesquisa “dois flashes do carnaval pernambucano 1861/1961”, realizada pela Divisão de Pesquisa do MCP.

- Planejamento para movimentar a Divisão de Cinema do Movimento de Cultura Popular
- Programação da festa de Natal da Cidade do Recife de 1960.
- Relatório de atividades do MCP: janeiro a junho de 1962.
- Relatório de atividades do Centro D. Olegarinha 1961/1962.
- Relatório de Graça Mello sobre o primeiro festival de teatro do Recife.
- Relatório das atividades da escola de motorista.
- Relatório das atividades das Praças de Cultura.
- Relatório das atividades do Coral do MCP 1962
- Relação das atividades do setor de saúde.
- Ofícios, cartas e outros tipos de documentos.
- Acervo de fotos do Movimento de Cultura Popular

Prontuário particular de Germano de Vasconcelos Coelho depositado no Arquivo da DOPS - Recife (APEJE).

Documentos da divisão de ensino.

Relação das professoras e escolas do MCP até o mês de junho de 1960.

Partes, Circulares, Cartas, Ofícios.

Documentos produzidos pelo Regime Militar.

Autos do IPM UNE-UBES/PERNAMBUCO. V. Iº/5. 1965.

Inquérito Policial Militar nº 709-3. *O comunismo no Brasil*: a agitação e a propaganda.

Rio de Janeiro: 3.v. Biblioteca do Exército editora, 1967.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de. Nationalisme et action politique au Brésil: une étude sur l'ISEB. 1975. Tese (Doutorado em Sociologia) – Université Paris Descartes, França, 1975.
- AGUIAR, Roberto Oliveira de. *Recife da frente ao golpe: ideologias políticas em Pernambuco*. Recife: Ed. UFPE, 1993.
- ARRAES, Miguel Newton. Que foi o MCP? *Arte em Revista*, ano 2, v. 3, 1964.
- AZEVEDO, Thales de. *Ensaio de antropologia social*. Salvador: Universidade da Bahia, 1959.
- BARBOSA, Letícia Rameh. *Movimento de Cultura Popular: impactos na sociedade pernambucana*. Recife: d. Autor, 2009. p.16.
- BARRETO, Túlio Velho; FERREIRA, Laurindo. (Orgs.). *Na trilha do golpe: 1964 revisitado*. Recife: Massangana, 2004.
- BEOZZO, José Oscar. *Cristãos na universidade e na política*. Petrópolis, Vozes, 1984.
- BOSI, Alfredo. Economia e humanismo. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo, vol. 26. nº. 75. maio/ago. 2012.
- BRAYNER, Flávio. *O partido comunista em Pernambuco: mudanças e conservação na atividade do partido comunista brasileiro em Pernambuco (1959-1964)*. Recife: FUNDAJ/Ed. Massangana, 1989.
- BREPOHL, Marionilde Dias. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista Brasileira de História*, vol. 17, nº 34, São Paulo, 1997.
- BRUNNER, José Joaquim. *América Latina: cultura y modernidad*. México: Grijalbo/Consejo, 1992.
- CAPELATO, M. H. R. *Multidões em Cena*. Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- CARONE, Edgar. *A Quarta República (1945-1964)*. São Paulo: DIFEL, 1980.
- CARVALHO BORGES, L. B. Comunidades de base (CEBES) en el Brasil. In: *Recollectio*, 16 (1993), p. 111-112.
- CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CEVESCO, Maria Elisa. *Para ler Raymond Williams*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- CHAUÍ, Marilena. *O nacional e o popular na cultura brasileira: seminários*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CHOSSON, Jean-François. *Peuple et Culture: 50 ans d'innovation au service de l'éducation populaire*. Paris: Édité par Peuple et Culture, 1995.

COELHO, Germano. *MCP: História do Movimento de Cultura Popular*. Recife: Ed. do Autor, 2012.

CZAJKA, Rodrigo. "A Luta pela Cultura": Intelectuais comunistas e o IPM do PCB. In: Napolitano, Marcos; CZAJKA, Rodrigo; MOTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs.). *Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2013, v. 1, p. 231-250.

CZAJKA, Rodrigo. Os IPMs e a construção da subversão nos meios intelectuais no Brasil. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis (Orgs.). *Intelectuais e modernidades*. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 223-246.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *Etnias e Cultura no Brasil*. Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura (Série: Vidas brasileiras), 1956.

DUMAZEDIER, J. *Les autodidactes par eux mêmes*. "Université d'été" de Peuple et Culture. HOUGATE. Juillet, 1958.

FCCR. *Memorial do MCP*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1986.

FREIRE, Paulo. Conscientização e alfabetização: uma nova visão do processo. In: FÁVERO, Osmar et alli. *Cultura popular e educação popular: a memória dos anos 60*. Rio de Janeiro, Graal, 1983.

GARCIA, Miliandre. A questão da cultura popular: as políticas culturais do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, p.127-62 – 2004.

GULLAR, Ferreira. *Cultura posta em questão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. O engajamento cepecista. In: *Impressão de viagem: CPC, vanguarda e desbunde: 1960/1970*. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1981.

KREUTZ, Lúcio. Os Movimentos de Educação Popular no Brasil 1961-64. 1979. 121 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia da Educação) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1979.

LEBRET, J.-L. *Notre Histoire*. Disponível em: <http://www.lebret-irfed.org>. Acesso em: 08 de junho de 2012.

LEITE, Sebastião Uchoa. Cultura Popular: esboço de uma resenha crítica. In: FÁVERO, Osmar (org.). *Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

LÊNIN, Vladimir. Que Fazer? Apud IPM 709-3. *O comunismo no Brasil: a agitação e a propaganda*. Op. cit., p. 03-04.

MALINOWSKI, B. *Uma teoria científica da cultura*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

MARTINS, Carlos Estevam. *A questão da cultura popular*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1963.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1994.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, FAPESP, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. *Coração civil: arte, resistência e lutas culturais durante o regime militar*. Tese de Livre Docência em História do Brasil Independente, Universidade de São Paulo, 2011.

NETO, João Cabral. As duas cidades In: *O Rio: ou, Relação da viagem que fez o Capibaribe de sua nascente a cidade do Recife*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, Serviços de Comemorações Culturais, 1954.

NETO, José Batista. “MCP: o povo como categoria histórica”. In: REZENDE, Antonio Paulo (org). *Recife: que história é essa?* Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1987. p. 232.

PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1972.

PAULA, C. J. Conflitos de gerações: Gustavo Corção e a juventude católica. *Horizonte - Revista de estudo de Teologia e Ciências da Religião da PUC Minas*, v. 10, n 26, p. 619-637, abr./jun. 2012.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PERNAMBUCO. Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. *Território Santo Amaro: patrimônios e potencialidades*. Recife: FUNDARPE, 2010.

PRADO, Luís Cintra do. *Economia e Humanismo: princípios básicos e perspectiva do Movimento*; São Paulo: Digestos Econômico, 1947, p. 31-42.

RIBEIRO, David. *Da crise política ao golpe de estado: conflitos entre o poder executivo e o poder legislativo durante o governo João Goulart*. 2013. 231 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2013.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000.

ROSAS, Paulo. Depoimento. In: *Memorial do MCP*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1986. p. 19 -36.

SEGATTO, J. A.. *Reforma e Revolução: vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SOARES, Gabriela Pellegrino. *História das Ideias e mediações culturais: breves apontamentos*. Cadernos de Seminário de Pesquisa. São Paulo: USP-FFLCH-Editora Humanitas, 2011.

SOARES, José Arlindo. *A frente do Recife e o governo do Arraes: nacionalismo em crise - 1955/1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOUZA, B. N. S. O ser e o fazer: os intelectuais e o povo no Recife dos anos 1960. 2010. Dissertação (Dissertação em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco. p.16.

SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. Sete matizes do rosa ou o mundo contaminado pela radiação comunista: homens vermelhos e inocentes úteis. 2009. 207 f. Tese (Tese em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Bahia. 2009.

TAVARES, Cristina; MENDONÇA, Fernando (org.). *Conversações com Arraes*. Belo Horizonte, Editora Vega, 1979, p.11.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. *O movimento e a linha: presença do teatro do Estudante e d'Ográfico Amador no Recife (1946-1964)*. Recife: Ed Universitária da UFPE, 2007, p 110.

TEIXEIRA, Wagner da Silva. Educação em tempos de luta: história dos Movimentos de educação e cultura popular (1958-1964). 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. p. 21.

VILHENA, Rodolfo. *Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 30.

WEFFORT, Francisco Correia. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980. p.77.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ANEXO 1: MAPA DO RECIFE COM A INDICAÇÃO DOS BAIRROS CONTEMPLADOS PELOS PROJETOS CULTURAIS DO MCP

Movimento de Cultura Popular de Recife

Produção: Santos Antonio Cicero
Fonte : IBGE